

DIÁLOGOS COM JOÃO DOS SANTOS PELO JARDIM DAS AMOREIRAS

PORQUE AINDA HÁ CRIANÇAS E BORBOLETAS

Patrícia Helena Carvalho Holanda
Ana Cláudia Uchôa Araújo
Antônia Lis de Maria Martins Torres
Rosane de Fátima Ferreira Serra
Hermínio Borges Neto
(Organizadores)



Copyright © 2017

Linha História e Educação Comparada e Product Solutions Catalysis Ltd

Título - Diálogos com João dos Santos pelo Jardim das Amoreiras - Porque Ainda Há Crianças e Borboletas

Organizado por Patrícia Helena Carvalho Holanda, et al.

1ª Edição (formato PDF), Setembro de 2017

ISBN 978-0-9932730-5-6

Edição de Product Solutions Catalysis Ltd, Woking, Surrey, Reino Unido

Capa - O Jardim das Amoreiras em Lisboa

A editora pode ser contactada através dos seguintes *email* ou *site*:

info@joaodossantos.net - www.joaodossantos.net

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer meio ou forma electrónica ou mecânica, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer sistema de arquivo de informação, recuperável ou não, sem a autorização escrita da Linha História e Educação Comparada ou Product Solutions Catalysis Ltd.

Alguns capítulos da presente obra não seguem as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Copyright © 2017

Linha História e Educação Comparada and Product Solutions Catalysis Ltd

Title - Diálogos com João dos Santos pelo Jardim das Amoreiras - Porque Ainda Há Crianças e Borboletas

Organized by Patrícia Helena Carvalho Holanda, et al.

1st edition (PDF format), September 2017

ISBN 978-0-9932730-5-6

Published by Product Solutions Catalysis Ltd, Woking, Surrey, United Kingdom

Cover - O Jardim das Amoreiras em Lisboa

The publisher may be contacted through the following email or website:

info@joaodossantos.net - www.joaodossantos.net

All rights reserved. No part of this publication may be reproduced, stored in a retrieval system, or transmitted, in any form or by any means, electronic, mechanical, photocopying, recording or otherwise, without the prior written permission of Linha História e Educação Comparada or Product Solutions Catalysis Ltd.

SUMÁRIO

DIÁLOGOS COM JOÃO DOS SANTOS PELO JARDIM DAS AMOREIRAS

- ✕ Copyright © 2017
- ✕ AUTORES
- ✕ AGRADECIMENTOS
- ✕ Ficha de Créditos

APRESENTAÇÃO

- ✕ Um diálogo, um café e o Jardim das Amoreiras
- ✕ Como tudo começou: uma breve descrição do Curso “Introdução ao Pensamento de João dos Santos: estudo sobre a Pedagogia Terapêutica”.

I - INFÂNCIA, AFETOS E EDUCAÇÃO

- ✕ SONHAR A DORMIR - A EXPRESSÃO E FUNÇÃO DOS SONHOS DAS CRIANÇAS SEGUNDO JOÃO DOS SANTOS: ESTUDO BIBLIOGRÁFICO E EXPLORATÓRIO COM ABORDAGEM QUALITATIVA

Maria Portugal

Karine Moura de Farias Borges

Paulo César Lopes Cunha

- ✕ PEDAGOGIA TERAPÊUTICA: CONTRIBUIÇÕES DE JOÃO DOS SANTOS PARA A EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA

Ana Iza de Sousa Pereira

Andrezza Cardoso Correia Lima

Tania Maria Rodrigues Lopes

Polliana de Luna Nunes Barreto

- ✕ A ARTE DE VIVER, DE CRESCER E DE EXISTIR EM INTERAÇÃO COM O OUTRO, DIFERENTE DE MIM

Mafalda Sofia Gonçalves Borges Coito

André Luís Correia de Almeida

Regiane Rodrigues Araújo

Simone Vieira de Mesquita

- ✕ A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE AFETIVA DA CRIANÇA A PARTIR DA PEDAGOGIA TERAPÊUTICA DE JOÃO DOS SANTOS

Cieusa Maria Calou e Pereira

Neyla Shirley Costa e Silva Moreira

Regiane Rodrigues Araújo

Simone Vieira de Mesquita

- ✖ O MÉTODO INTERVENTIVO DA PEDAGOGIA TERAPÊUTICA E O INSUCESSO ACADÊMICO DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS: DIÁLOGOS POSSÍVEIS A PARTIR DE UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Luiza Eridan Elmiro Martins de Sousa
Evaldo Cavalcante Monteiro
Maíra Maia de Moura

II - FAMÍLIA, ESCOLA E CRIANÇA

- ✖ QUANDO A RELAÇÃO ESCOLA FAMÍLIA ENTRA EM CONFLITO

Tânia Cristina S. A. da Cruz Caeiro
Maria José Barbosa

- ✖ RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA: ONDE ENCONTRAR O ÊXITO

Dalievany Marques Barros
Karine Moura de Farias Borges
Paulo Cesar Lopes Cunha

- ✖ DE LAÇOS DADOS: COMO A PARCERIA FAMÍLIA E ESCOLA INFLUENCIA NA FORMAÇÃO DA CRIANÇA EM INICIAÇÃO ESCOLAR

Fabiana Caldas Cidrão Neves
Francione Charapa Alves

- ✖ FAMÍLIA E EDUCAÇÃO: ENVOLVIMENTO PARENTAL NA ESCOLA

Isabel Cristina Cruz
Jarles Lopes de Medeiros

- ✖ FAMÍLIA E ESCOLA – AS REUNIÕES DE PAIS E MESTRES E SUAS CONTRIBUIÇÕES

Francisco Augusto Ferreira Almeida
Maria José Barbosa

- ✖ INSUCESSO ESCOLAR E PERCEPÇÃO DOS PAIS SOBRE O COMPORTAMENTO DE CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR

Joana Catarina Gonçalves Afonseca
Tania Maria Rodrigues Lopes

- ✖ A ESCOLA À LUZ DO REFERENCIAL SANTIANO: APROXIMAÇÕES INICIAIS

Daniele Cariolano da Silva
Evaldo Cavalcante Monteiro
Maíra Maia de Moura

III - EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO

- ✖ AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO: PORTUGAL E BRASIL

Itamara Peters
Cícero Edinaldo dos Santos

- ✖ POLÍTICA DE INCLUSÃO: OFICINAS TERAPÊUTICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Jefferson Falcão Sales

Sumara Frota do Nascimento

Maria José Barbosa

- ✖ POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE AS CONTRIBUIÇÕES DE JOÃO DOS SANTOS E OS MARCOS POLÍTICOS E LEGAIS QUE MARCARAM A TRAJETÓRIA EDUCACIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

Tânia Maria Lima

Tânia Maria Rodrigues Lopes

AUTORES

Ana Cláudia Uchôa Araújo

Possui Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (2003), Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará (2010), vinculado à Linha de Pesquisa Avaliação Educacional e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará (2015), vinculado à Linha de Pesquisa História e Educação Comparada. Atualmente atua como Pedagoga no Instituto Federal do Ceará, lotada na Pró-Reitoria de Ensino, no Departamento de Ensino Básico e Técnico, já tendo coordenado Projetos no âmbito da Educação a Distância. Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação de Jovens e Adultos, Proeja, Educação Profissional, Educação a Distância, Formação de Professores e História da Educação Comparada.

E-mail: ana@ifce.edu.br

Endereço do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2238185129695360>

Ana Iza de Sousa Pereira

Pedagoga pela Universidade Federal do Ceará (2013), exerceu atividades de monitoria e pesquisa enquanto bolsista do Programa de Iniciação à Docência (2010) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (2010 - 2012), UFC e CNPq. É pós-graduanda em Psicopedagogia Clínica, Institucional e Organizacional pela Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul (2015 - 2017). Ocupou o cargo de professora da educação básica na Prefeitura Municipal de Maracanaú (2014 - 2015) e leciona, atualmente, pela Prefeitura Municipal de Fortaleza.

E-mail: anaizad@gmail.com

Endereço do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7273979155492738>

André Luís Correia de Almeida

É Terapeuta Ocupacional, licenciado pela Escola Superior de Saúde do Alcoitão. Exerce funções de terapeuta ocupacional na Santa Casa da Misericórdia de Albufeira, na resposta social de saúde mental de adultos, Casa da Paz. Lá desenvolve semanalmente actividades de AVD's, acompanhamentos individuais, grupo de debate e apoio, estimulação cognitiva, sessões de movimento e relaxamento, boccia, caminhadas, modernices – oficina de informática e sessões individuais de snoezelen. Participa também na hidroginástica e em actividades de integração e participação social. Antes exerceu funções de terapeuta ocupacional na Associação Cultural e de Apoio Social de Olhão, com adultos, na área da deficiência mental e motora. Também exerceu funções na Rehab4life - International Center 4 Intensive Medical Rehabilitation Algarve, clínica de medicina física e reabilitação a trabalhar com o protocolo PediaSuit, nomeadamente com crianças.

E-mail: to.andre.almeida@gmail.com

Andrezza Cardoso Correia Lima

Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (2002). Graduada em Psicologia pela Universidade de Fortaleza- UNIFOR (2016). Atualmente é psicóloga clínica na abordagem psicanalítica no atendimento de crianças, adolescentes e adultos e desenvolve um Projeto de Orientação Profissional para alunos do ensino médio.

E-mail: andrezzacardoso@hotmail.com

Endereço do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1566230356810321>

Antônia Lis de Maria Martins Torres

Pedagogia (FACED/UFC), Mestrado (FACED/UFC) e Doutorado também pela Universidade Federal do Ceará. Professora efetiva do ensino superior desde 2004. Atualmente é professora efetiva vinculada ao Departamento de Estudos Especializados da Faculdade de Educação da UFC com atuação na área de educação a distância e tecnologias digitais. Vice-Líder do Grupo de Pesquisa: Laboratório de Pesquisa Multimeios, atuando em projetos de ensino, pesquisa e extensão desde 2009. Os projetos estão articulados às seguintes áreas: educação a distância, informática educativa, formação de professores em contextos virtuais, redes sociais e inclusão digital. Colaboradora no quadro de avaliadores da Revista Extensão em Ação/UFC. Atuou como Coordenadora de Tutoria do Curso de Pedagogia/EAD da UFC.

E-mail: lisdemarie@gmail.com

Endereço do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0290068964313599>

Cícero Edinaldo dos Santos

Historiador, Mestre e Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), vinculado à linha de pesquisa História e Educação Comparada. Integrante do grupo de pesquisa História da Educação Comparada, certificado pela UFC. Desenvolve estudos com ênfase nos discursos de Gênero, Sexualidade, Juventude, Família e Educação Confessional Católica.

E-mail: ciceroedinaldo@live.com

Endereço do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5893214914798763>

Cieusa Maria Calou e Pereira

Professora do IFCE – Campus Juazeiro do Norte, atualmente é Coordenadora do Curso de Bacharelado em Engenharia Ambiental (1917). Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP/SP (2013), Área de Concentração: Organização do Espaço e Linha de Pesquisa Análise Ambiental. Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA – UFC (2005), Especialista em Ecologia- UFC (1987) e Especialista em Educação de Jovens e Adultos – IFCE (2007),

Graduação em Biologia (1985) e Pedagogia (1992) pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Trabalha com as disciplinas de Biologia, Educação Ambiental, Saúde e Meio Ambiente. Tem experiência com temas no Saneamento Ambiental, Resíduos Sólidos, sendo membro do Grupo de Pesquisa QUIMISAN – IFCE. É Coordenadora do Núcleo de Educação Ambiental – NEA no IFCE – Campus Juazeiro do Norte, também vivenciando experiências em coordenação e trabalhos pedagógicos.

E-mail: cieusacalou@gmail.com

Endereço do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7754012034816130>

Dalievany Marques Barros

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará – UFC (2003), Especialista em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira pela Universidade Estadual do Ceará – UECE (2005). Trabalhou com Coordenação e Supervisão Pedagógica em Projeto de Alfabetização de Adultos e como instrutora de minicursos de capacitação de orientadores voluntários para alfabetização de adultos. Ministrou aulas de Orientação Monográfica e aulas de Compreensão e Produção Textual.

E-mail: dalievany@gmail.com

Endereço do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9544095058130481>

Daniele Cariolano da Silva

Graduada em Pedagogia e Especialista em Alfabetização de Crianças pela Universidade Estadual do Ceará. Especialista em Docência no Ensino Superior pela Faculdade Integrada Grande Fortaleza – FGF/POSEAD e Mestra em Educação pela Universidade Estadual do Ceará - Área de concentração em Formação de Professores. Atuou na Rede Pública de Ensino de Fortaleza. Atualmente, é Pedagoga no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Quixadá.

E-mail: dannicariolano@yahoo.com.br

Endereço do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3661354691629344>

Evaldo Cavalcante Monteiro

Graduado em Terapia Ocupacional pela Universidade de Fortaleza (1984), Especialista em Gerontologia pela Universidade Estadual do Ceará e Mestre em Gerontologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002). Desde 1985 é terapeuta ocupacional da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS. Tem experiência na área de Terapia Ocupacional, com ênfase nos seguintes temas: envelhecimento, gerontologia, saúde psíquica, terapia ocupacional e família. É doutorando em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará.

E-mail: evaldo.monteiro@stds.ce.gov.br

Endereço do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2440693328275786>

Fabiana Caldas Cidrão Neves

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (2002) e Pós-Graduação em Metodologia e Docência do Ensino Superior e Psicopedagogia Institucional, Hospitalar e Clínica. Atualmente é Pedagoga nas séries iniciais do Ensino Fundamental I. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Permanente, atuando principalmente no seguinte tema: Língua Portuguesa.

E mail: fabianaregio@gmail.com

Endereço do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7537800160854271>

Francione Charapa Alves

Pós-doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará-UECE. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará- UFC/CAPES-DS, linha Educação, Currículo e Ensino (2012-2016), com Doutorado Sanduíche na Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa- UL, Portugal (2015-2016). Mestra em Educação pela Universidade Estadual do Ceará- UECE, linha de pesquisa Didática e Formação Docente/CAPES (2009-2011). Especialista no Ensino de Língua Portuguesa pela Universidade Regional do Cariri - URCA (1998). Graduada em Pedagogia pela Estácio de Sá (2017). Licenciatura em Filosofia pela Faculdade de Ciências e Letras de Cajazeiras (2007); licenciada no Ensino de Matemática para o Ensino Fundamental e Médio pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (2004); bacharelado em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri - URCA (1997). Vinculada ao Grupo de Pesquisa Currículo, subjetividade e desenvolvimento profissional docente- CNPq.

E-mail: francionecharapa@gmail.com

Endereço do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3924678282455249>

Francisco Augusto Ferreira Almeida

É licenciado em Física pela UECE, bacharel em Física pela UFC, especialista em ensino de Física pela Faculdade Farias Brito, especialista em gestão escolar pelo SENAC e mestrando em ensino de Física pela UFC, em um programa de mestrado nacional profissional. Na linha de educação, vem desenvolvendo uma pesquisa sobre uma metodologia para o emprego de jornais científicos como ferramenta de ensino e aprendizagem. É professor titular da rede pública estadual, atuando no ensino médio, lecionando Física.

E-mail: fco_augusto@yahoo.com.br

Endereço do Lattes:

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4500834J1>

Hermínio Borges Neto

Concluiu o Doutorado em Matemática pela Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) em 1979. Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal do Ceará. Publicou 20 artigos em periódicos especializados e 86 trabalhos em Anais de eventos. Possui 9 capítulos de livros e 4 livros publicados. Possui

3 softwares. Orientou 31 dissertações de mestrado e co-orientou 5, orientou 21 teses de doutorado na área de Educação. Recebeu 2 prêmios e/ou homenagens. Atua na área de tecnologias digitais na Educação, com ênfase em EaD e inclusão digital e em Ensino de Matemática. Em suas atividades profissionais interagiu com 71 colaboradores em co-autorias de trabalhos científicos. Em seu currículo Lattes, os termos mais frequentes na contextualização da produção científica, tecnológica e artístico-cultural são: Sequência Fedathi, Ensino de Matemática, Raciocínio Matemático, Ambientes de aprendizagem, Ambiente virtual de ensino, Educação a distância, Colaboração, Postura e Inclusão Digital. Bolsista de extensão do CNPq.

E-mail: herminio@multimeios.ufc.br

Endereço do Lattes:

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4727014H5>

Isabel Cristina Cruz

Psicóloga, Mestre em Psicologia da Educação e Doutora em Psicologia Clínica. Reconhecida pela Ordem dos Psicólogos Portugueses como: especializada em psicologia clínica e da saúde, em psicologia da educação e como psicoterapeuta. Formação terapêutica e psicoterapeuta: em Arteterapia, em Terapia Familiar e Psicanálise e Psicoterapia do Casal e da Família. É formadora creditada pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua da Universidade do Minho. Foi orientadora de estágios acadêmicos, atualmente orienta estágios profissionais de psicólogos. Tem várias publicações na área da parentalidade, competências parentais, luto entre outros. Faz parte dos órgãos de Direção da POIESIS.

E-mail: cristinacruz75@hotmail.com

Itamara Peters

Mestra em Letras (Proletras) UENP. Docente de Língua Portuguesa no Serviço de Atendimento a Rede de Escolarização Hospitalar - SAREH/SEED- Paraná no Hospital Pequeno Príncipe, Curitiba. Especialista em Educação e Direitos Humanos e Especialista em Educação e Saúde. Graduada em Letras pela Universidade Tuiuti do Paraná e em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná. Membro do GP DIALE (CNPq/UENP) e GP Direitos Humanos (CNPq/FAE).

E-mail: itamarapeters@gmail.com

Endereço do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8150056760038524>

Jarles Lopes de Medeiros

Pedagogo pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Licenciado em Língua Portuguesa pela Faculdade da Grande Fortaleza (FGF), especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica na Faculdade da Aldeia de Carapicuíba (FALC) e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Ceará (PPGE/UFC). Professor efetivo de Língua

Portuguesa vinculado à Secretaria da Educação (SEDUC). Pesquisador colaborador no Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq Ética, Educação e Formação Humana.

E-mail: jarlles@hotmail.com

Endereço do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3423080131766387>

Jefferson Falcão Sales

Doutorando em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará na linha Avaliação Educacional. Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Estado do Ceará - Área de Concentração em Formação de Professores. Especialista em Formação de Formadores em Educação de Jovens e Adultos pela Universidade de Brasília. Especialista em Psicopedagogia pela Faculdade Christus. Especialista em Gestão Escolar pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Graduado com Licenciatura Plena em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará. Atualmente exerce a função de professor da Educação de Jovens e Adultos semipresencial (Ensino Médio) na Secretaria de Educação do Estado do Ceará e de docente do Ensino Superior atuando no Centro de Ensino Superior do Ceará. Além disso, atua como professor formador no Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. Pesquisa na área de Inclusão Social de Pessoas com Deficiência, com ênfase no Transtorno do Espectro do Autismo.

E-mail: salesjf.professor@gmail.com

Endereço do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9229191842511963>

Joana Catarina Gonçalves Afonseca

Licenciada em Psicologia e Mestra em Psicologia Clínica e da Saúde pela Universidade Portucalense Infante D. Henrique (Porto). Exerceu funções como técnica numa Comissão de Proteção de Crianças e Jovens numa intervenção comunitária e atuou numa escola de 2º e 3º ciclos onde trabalhou com crianças e jovens dos 10 aos 18 anos numa vertente educacional. Paralelamente, realizou voluntariado num Núcleo de Apoio à Família e Aconselhamento Parental onde trabalhou com famílias multiproblemáticas, realizando terapia familiar.

E-mail: afonseca.joana@gmail.com

Karine Moura de Farias Borges

Possui Graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (2000) e Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará (2008). Experiência na área de Psicologia Clínica, tratamento da obesidade, Cirurgia Bariátrica. Experiência na área da Educação: Ensino das disciplinas Desenvolvimento Humano, Aprendizagem, Educação Infantil, Psicologia da Saúde. Orientações de trabalhos de conclusão de curso de graduação. Coordenação e participação de Projetos com adolescentes, profissionais da Saúde e Formação de professores. Experiência em Gestão: Coordenação técnico-administrativa de CAPS.

E-mail: karinemfarias@hotmail.com

Endereço do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9378928443040777>

Luiza Eridan Elmiro Martins de Sousa

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (2005), com Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará/MAPPS/UECE (2010). Atualmente é psicóloga na Universidade Federal do Ceará, possuindo experiência nas áreas de Psicologia Social, Institucional e da Educação, atuando nos temas: políticas públicas, direitos humanos, políticas e programas sociais e educacionais, socioeducação, educação superior.

E-mail: luizaeridan@gmail.com

Endereço do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7260347841050450>

Mafalda Sofia Gonçalves Borges Coito

Licenciada em Educação de Infância pelo Instituto Superior de Ciências Educativas (2004). Professora Especializada em Educação Especial (2009). Mestra em Educação na área de Especialização em Formação Pessoal e Social pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (2013). Exerce funções de Docente de Educação Especial com crianças desde os níveis etários do pré-escolar até aos jovens do ensino secundário com Necessidades Educativas Especiais. Tendo estado dois anos numa Equipa Local de Intervenção do SNIPI (Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância) onde interveio junto de crianças até aos 6 anos de idade. Durante 1(um) ano letivo apoiou alunos numa Unidade de Ensino Estruturado para alunos com perturbação do espectro do Autismo (UEEA). As suas funções passam por Acompanhar/ Desenvolver/ Estimular/ Planificar/ Avaliar/ Organização processual/ Articulação em Equipa Multidisciplinar.

E-mail: mafaldacoito@gmail.com

Maíra Maia de Moura

É Psicóloga de Orientação Junguiana com número de inscrição do Conselho Regional de Psicologia CRP 11\04747, Membro e Professora do Curso de Capacitação em Psicologia Analítica pelo Laboratório de Individuação e Reintegração da Totalidade (LABIRINTO). Coordenadora de grupos de estudo em Psicologia Analítica na Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Possui Graduação em História e Geografia - Licenciatura pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA, 2005), Graduação em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR, 2008) e Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA, 2001). Tem Especialização em Metodologia do Ensino Fundamental e Médio pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA, 2002) e Especialização em Educação para Recuperação de Dependentes Químicos pela Universidade Estadual do Ceará (UECE, 2006). Mestra em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará (UECE, 2013). Doutoranda em Educação Brasileira, na Linha História e Educação Comparada - LHEC pela Universidade Federal do Ceará (UFC), desenvolvendo atualmente pesquisa que estuda as Contribuições da Pedagogia Terapêutica de João dos Santos e da Psicologia Contemporânea para os Problemas de Aprendizagem e Sociabilidade da Adolescência: a interação família, escola e sociedade. Atualmente é professora auxiliar do curso de graduação em Psicologia na Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Leciona as disciplinas

de Tópicos especiais em Psicologia (Psicologia Analítica), Estágios clínicos em Psicologia Analítica e Plantão Psicológico (Aconselhamento Psicológico e psicoterapia breve-focal) e também as disciplinas de Aconselhamento Psicológico, Prática Integrativa II, Prática Integrativa III, Orientação em Projeto de pesquisa e Orientação em Trabalho de conclusão de curso .

E-mail: mairamaiamoura@hotmail.com

Endereço do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4349202440577300>

Maria José Barbosa

Pedagoga e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Com trabalhos publicados na área de Avaliação Educacional, Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos. Orientação de trabalhos de conclusão de curso de especialização na área de Psicopedagogia pela Faculdade Vale do Jaguaribe e Instituto Dom José e de Educação do Campo pela Universidade Federal do Ceará. Foi professora da rede pública estadual de ensino, coordenadora pedagógica do Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos para Professores do Sistema Prisional e formadora de professores do ProJovem Campo Saberes da Terra. Atualmente é professora da Faculdade de Educação/UFC, Departamento de Estudos Especializados no setor de estudos Letramento e Alfabetização e Educação Especial.

E-mail: sampa.ce@uol.com.br

Endereço do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3859026952963278>

Maria Portugal

É Psicóloga Clínica, Membro Efectivo da Ordem dos Psicólogos Portugueses. Mestra em Psicologia, área de especialização Psicologia Clínica, pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada - ISPA (2009), Pós-Graduada em Ciências da Família e do Bebê pela Fundação Brazelton/Gomes-Pedro (2017). Trabalha em clínica privada e em contexto escolar onde faz acompanhamento e avaliação psicológica de crianças, jovens e adultos. Colabora com a Associação Arisco (IPSS) onde desempenha funções na área da Intervenção Comunitária, ao nível da implementação de projectos de prevenção e promoção global da saúde em contexto escolar; e na criação e dinamização de programas de desenvolvimento de competências pessoais e sociais.

E-mail: portugalmmaria@gmail.com

Neyla Shirley Costa e Silva Moreira

É Pedagoga pela Universidade Paulista - UNIP. Especialização em andamento nas áreas de Educação de Jovens e Adultos - EJA e Psicomotricidade pela Faculdade em Venda Nova do Imigrante - FAVENI, desenvolvendo a pesquisa A Importância da Leitura no Desenvolvimento da Criatividade Humana na Perspectiva da Psicomotricidade em Alunos da Educação de Jovens e Adultos. Graduanda em Letras Português pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Participante dos grupos de estudos: Semiótica

Literária, Semiótica Greimasiana - SEMIOCE e Grupo de Estudos de Residualidade Literária e Cultural - GERLIC pela UFC. Técnica em Atendimento Educacional Especializado pelo Centro de Referência em Educação e Atendimento Especializado do Ceará (CREAECE). Tem interesse na Literatura Clássica, estudo das obras de Aristóteles. Cursando Língua Latina do Núcleo de Línguas da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

E-mail: neylashirley@gmail.com

Endereço do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7514536490561297>

Patrícia Helena Carvalho Holanda

É Psicóloga, Mestre, Doutora em Educação pela UFC e Pós-Doutora na área de concentração de Desenvolvimento Profissional Docente pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UNB. Realizou o estágio sênior, bolsista-CAPES, na Universidade de Lisboa, investigando o psicanalista, psicopedagogo, pedopsiquiatra, João dos Santos. É Professora de Psicologia da Educação do Departamento de Fundamentos da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFC, vinculada à linha de pesquisa História e Educação Comparada, sob sua coordenação. É cadastrada nos grupos de pesquisa do CNPq, Avaliação Curricular, certificado pela UFC, e é Coordenadora do grupo de pesquisa História e Educação Comparada, certificado pela UFC. Na Linha História e Educação Comparada, vem desenvolvendo uma pesquisa que tem como objetivo investigar os laços familiares e constituição dos sujeitos à luz da teoria de João dos Santos nos espaços formais de Educação em perspectiva comparada Brasil-Portugal.

E-mail: profa.patriciaholanda@gmail.com

Endereço do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0578752312396260>

Paulo César Lopes Cunha

Especialista em Planejamento Educacional e Docência do Ensino Superior - Escola Superior Aberta do Brasil-ESAB (2012). Possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal do Ceará (2007) e Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade de Educação Regional Serrana (2014). Servidor Técnico Administrativo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará –IFCE - campus Fortaleza.

E-mail: paulocesarifce@gmail.com

Endereço do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1044768541940919>

Polliana de Luna Nunes Barreto

Doutoranda em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará. Mestre em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior pela Universidade Federal do Ceará. Graduada em História pela Universidade Regional do Cariri (2004). Professora da Universidade Federal do Cariri, ministra aulas no Bacharelado em História com ênfase em Gestão do Patrimônio Histórico e Cultural. Na Linha História e Educação Comparada

(LHEC/UFC), vem desenvolvendo uma pesquisa que tem como objetivo analisar a relação entre a santificação popular de mulheres e os discursos educacionais e práticas sociais que elaboram representações do feminino.

E-mail: polliana.luna@ufca.edu.br

Endereço do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7335633721226330>

Regiane Rodrigues Araújo

É Filósofa e Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Ceará- UECE. Aluna do Doutorado em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará- UFC. Integrante da Linha de Pesquisa História e Educação Comparada - LHEC/UFC. Tutora a Distância do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará- UAB/UECE. Atualmente desenvolve pesquisas voltadas ao Movimento das Escolinhas de Arte no Brasil e em Portugal com ênfase na Arte de Cecília Menano.

E-mail: regianearaujo@hotmail.com

Endereço do Lattes:

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4326363J6>

Rosane de Fátima Ferreira Serra

Pedagoga pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, especialista em Educação a Distância. Atualmente, é discente do Curso de Especialização em Psicopedagogia Clínica e Hospitalar pela Unichristus e trabalha como Coordenadora de Informática Educativa no Colégio Santa Cecília, em Fortaleza. É Membro da Associação Brasileira de Psicopedagogia, ABPp – Seção Ceará e voluntária do Projeto Lumiar, de Atendimento Psicopedagógico. Atuou como Membro da DEaD/IFCE - Capacitação e na Coordenação Pedagógica do Curso de "Introdução ao Pensamento de João dos Santos: estudo sobre a Pedagogia Terapêutica".

E-mail: rosaneserra@gmail.com

Endereço do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2673489017470343>

Simone Vieira de Mesquita

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará – UFC (2008); Especialização em Gestão Escolar pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (2011); Mestrado em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará – Área de concentração: História da Educação no Eixo de Instituições Escolares na Linha de História da Educação Comparada (2011). Doutorado em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará - Área de concentração: História da Educação no Eixo de Instituições Escolares na Linha de História da Educação Comparada (2016). Integra a Linha de Pesquisa História da Educação Comparada – UFC. Professora da Rede Municipal de Educação de Fortaleza lotada na Célula de Apoio a Gestão Escolar e Supervisão da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza.

E-mail: simonevmesquita1@gmail.com

Endereço do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9468120384226544>

Sumara Frota do Nascimento

Graduada em Serviço Social e Especialista em Políticas Públicas e Seguridade Social pela Faculdade Cearense - FAC. Especializada em Orientação e Mobilidade pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE.

E-mail: sumaraassistentesocial@gmail.com

Endereço do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4271092545893937>

Tânia Cristina Sampaio Ângelo da Cruz Caeiro

É professora licenciada do Ensino Básico, variante de Português e Inglês pela Escola Superior de Educação de Leiria (2003). Exerce funções de Docente de Inglês do 3º ao 6º ano na Cooperativa de Ensino "A Torre".

E-mail: taniacruz.caeiro@sapo.pt

Tânia Maria Lima

Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (2015). Pós-graduanda em Educação Pobreza e Desigualdade Social pela Universidade Federal do Ceará-UFC (2017). Mestranda do Programa de Pós-Graduação - Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE), pela Universidade Estadual do Ceará- UECE (2017). É Membro do Grupo de Estudos Obra Histórica e Filosófica de Dermeval Saviani. Possui três anos de experiência na docência, atuando especialmente no Ensino Básico.

Email: tania21lima@gmail.com

Endereço do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8460340047468567>

Tania Maria Rodrigues Lopes

Graduada em Pedagogia pela Universidade Regional do Cariri – URCA (1990), Mestrado em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (2009) – Área de concentração: Formação de professores, pela UECE. Doutorado em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (2015) – Programa de Pós-Graduação em Educação, na linha História e Educação Comparada. Pós-Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB (2016/2017), na área de concentração história da educação, cultura e gênero. Professora Adjunta da Universidade Estadual do Ceará (Centro de Educação, Ciências e Tecnologia da Região dos Inhamuns – CECITEC) no setor de estudos Fundamentos da Educação, com experiência na área de Educação, atuando como investigadora nos seguintes temas: formação de professores, instituições escolares e educação comparada, coordenação e trabalho pedagógico. Membro do Grupo de Pesquisa Práticas Educativas Memórias e Oralidades – PEMO; Colaboradora do Projeto de Pesquisa Educação e Educadores (as) no Ceará do século XX: práticas, leituras e representações (2013-atual). Integra a Linha de Pesquisa História da Educação Comparada (UFC). Coordenadora de Gestão de Processos Educacionais PIBID/UECE (2014-2017). Assessora da Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD/UECE.

E-mail: taniarlobes@gmail.com

Endereço do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9648110299176748>

AGRADECIMENTOS

O Curso “Introdução ao Pensamento de João dos Santos: estudo sobre a Pedagogia Terapêutica” e o e-Book “Diálogos com João dos Santos pelo Jardim das Amoreiras: porque ainda há crianças e borboletas” são frutos de um projeto de investigação iniciado no âmbito da Linha História e Educação Comparada – LHEC, integrante do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, a partir de intercâmbio acadêmico realizado com a Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa, por meio da realização do Estágio Sênior, sob a Supervisão do Professor Doutor Pedro Morato, no período de agosto de 2015 a fevereiro de 2016. Desse modo, tais ações tiveram apoio das seguintes instituições no Brasil e em Portugal, com as quais renovamos o nosso propósito de dar continuidade à referida parceria e apresentamos os nossos mais sinceros agradecimentos:

- ✖ À Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa, pela acolhida e suporte acadêmico, em nome do Professor Doutor Pedro Morato;
- ✖ À Casa da Praia, especialmente, à sua Vice-Diretora, Doutora Clara Castilho, pela permissão para acompanhamento das suas atividades de atendimento, no campo da Psicopedagogia;
- ✖ Ao Jardim Infantil Pestalozzi, em nome da Doutora Paula Santos Lobo e da Professora Manuela Cruz, por terem partilhado conosco seus conhecimentos e assim enriquecido os nossos propósitos de estudos, no que se refere à educação através da arte;
- ✖ À Fundação Liga, na pessoa da sua Presidente, Doutora Guida Faria;
- ✖ Ao Doutor Luís Grijó dos Santos, por nos ter dado o apoio e empenhado esforços generosos de colaborar com o nosso curso e investigação.
- ✖ Ao Laboratório de Pesquisa Multimeios, da UFC, particularmente, ao seu Coordenador, Professor Doutor Hermínio Borges Neto e à Professora Doutora Antonia Lis de Mara Martins e à equipe de bolsistas, representada por Daniele Xavier, que acolheram e deram suporte técnico ao curso.
- ✖ Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará-IFCE, especialmente, ao seu Pró-Reitor de Ensino, Prof. Ms. Reuber Saraiva de Santiago, ao Diretor de EaD, Professor Márcio Daniel Santos Damasceno, e ao grupo de colegas desta Diretoria, Professora Dra. Ana Cláudia Uchôa Araújo, Professora Rosane de Fátima Ferreira Serra, Professor Alles Lopes de Aquino e Professora Luciana Andrade Rodrigues;
- ✖ À Pró-Reitoria de Extensão da UFC, na pessoa de Márcia Maria Tavares Machado, que aprovou o nosso projeto;

- ✖ Ao Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Prof. Antônio Gomes de Souza Filho, pelo apoio às realizações da Linha História e Educação Comparada.
- ✖ À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo apoio dado através da concessão de uma bolsa de Pós-Doutoramento na Universidade de Lisboa.
- ✖ À Professora Doutora Maria Eugênia Carvalho e Branco, por nos apresentar a sua Tese defendida na Universidade de Lisboa, na área de História da Educação e partilhar conosco seus livros, documentos e ensinamentos sobre a obra de João dos Santos.
- ✖ Aos autores que colaboraram com o nosso livro intitulado *Pedagogia Terapêutica: diálogos e estudos luso-brasileiros sobre João dos Santos*, externamos a nossa satisfação por terem aceitado participar do nosso curso através dos textos elaborados para o referido livro.
- ✖ Aos Professores, Doutores, Doutorandos e Mestrandos, vinculados à Linha de Pesquisa História e Educação Comparada – LHEC, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, que atuaram como professores formadores do Curso e orientadores dos artigos que compõem este e-Book.
- ✖ Aos bolsistas de trabalho, Rafael Silva, Assíria Vasconcelos e Renê Dino do Programa de Iniciação Científica - PIBIC da Linha História e Educação Comparada que deram o suporte necessário às ações que possibilitaram a oferta do Curso.
- ✖ Aos Discentes do Curso “Introdução ao Pensamento de João dos Santos: estudo sobre a Pedagogia Terapêutica”, que brilhantemente participaram desta formação, que culminou com os textos publicados neste material.

Ficha de Créditos

Presidente da República

Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro da Educação

José Mendonça Bezerra Filho

Reitor da Universidade Federal do Ceará

Prof. Henry de Holanda Campos

Vice-Reitor

Prof. Custódio Luís Silva de Almeida

Pró-Reitora de Extensão

Prof.^a Márcia Maria Tavares Machado

Pró-Reitor de Pesquisa

Prof. Antônio Gomes de Souza Filho

Diretora da Faculdade de Educação

Prof.^a Maria Isabel Filgueiras Lima Ciasca

Coordenadora da Linha de Pesquisa História e Educação Comparada e do Curso de Extensão Introdução ao Pensamento de João dos Santos: estudo sobre a Pedagogia Terapêutica

Profa. Patrícia Helena Carvalho Holanda

Coordenadores do Laboratório de Pesquisas Multimeios - UFC

Prof. Hermínio Borges Neto

Profa. Antônia Lis de Maria Martins Torres

Coordenadores Pedagógicos

Profa. Ana Cláudia Uchôa Araújo

Profa. Rosane de Fátima Ferreira Serra

Prof. Alles Lopes de Aquino

Professores Formadores

Allana de Freitas Lacerda

Cícero Edinaldo dos Santos

Evaldo Cavalcante Monteiro

Fabiane Elpidio de Sá

Francilda Alcantara Mendes

Francione Charapa Alves

Francisca Geny Lustosa
Jarles Lopes de Medeiros
Karine Moura de Farias Borges
Maíra Maia de Moura
Maria José Barbosa
Paula Ferreira Freire
Paulo Cesar Lopes Cunha
Polliana de Luna Nunes Barreto
Regiane Rodrigues Araujo
Simone Vieira de Mesquita
Tânia Maria Rodrigues Lopes

Bolsistas Web e Design Pedagógico

Raianny Lima Soares
Daniele de Oliveira Xavier
Francisca Vânia dos Santos Silva

Conselho Editorial de Product Solutions Catalysis Ltd

Presidente: Doutor Luís Grijó dos Santos

Conselheiros: Doutora Paula Santos Lobo, Professora Doutora, Maria Eugénia Carvalho e Branco, Professora Doutora Patrícia Helena Carvalho Holanda

Revisão Textual

Leonora Vale de Albuquerque

Normalização Bibliográfica -Normas da ABNT

Perpétua Socorro Tavares Guimarães CRB 3 801/98

Secretário Administrativo

Francisco Rafael da Silva Sousa
Assíria Vasconcelos

APRESENTAÇÃO

Um diálogo, um café e o Jardim das Amoreiras

Não é por acaso que estamos no Jardim das Amoreiras.

Sentamos e vemos e ouvimos a algazarra benfazeja das crianças. Ah, as crianças!

E João dos Santos também nos olha e nos sorri.

Toma o seu café vagarosamente e nos convida a fazer o mesmo, como a dizer: sinta sem pressa, aprenda com as sutilezas das coisas.

E assim tentamos, desajeitados, de início.

Começa por falar de coisas simples, de acolhimento e esperança, de amar a criança, para tocar o adulto que dela virá.

Fala de família e da mãe. Retoma o princípio do cuidado.

E, sem nos darmos conta, transformados somos pelo que fala e revisitamos a criança que fomos e seremos.

E as borboletas que nos observam nesse jardim?

João nos pede para olhá-las.

E assim o fazemos.

De todas as cores e tamanhos, ensaiam um balé magistral.

Parecem tomadas pela energia dos miúdos com quem partilham o lugar.

São casulos voadores, a todo instante, anunciando transformação e recomeço, deslumbramento e belezura.

Ele novamente nos olha como a adivinhar este pensamento, que povoa a nossa mente, para além daqui, borboleteando cada espaço desse jardim e do que aqui escrito está nas páginas que você lerá.

Os Organizadores.

Como tudo começou: uma breve descrição do Curso “Introdução ao Pensamento de João dos Santos: estudo sobre a Pedagogia Terapêutica”.

Os artigos dispostos nesta publicação estão irremediavelmente ligados ao Curso “Introdução ao Pensamento de João dos Santos: estudo sobre a Pedagogia Terapêutica”. Por isso, precisamos contar como começou esta história, que se iniciou com a criação de um curso de trezentas vagas, com mais de seiscentos pedidos de inscrição de todas as regiões de Portugal e do Brasil, tendo por intuito difundir os estudos do importante psicanalista e médico, pertencente à segunda geração de psicanalistas ligados a Freud, considerado hoje um dos introdutores da Psicanálise em Portugal: o Doutor João dos Santos. Sua obra tem nos colocado diante de uma visão integrada do desenvolvimento humano, que envolve a educação na família, na escola e na comunidade, ao propor uma *Pedagogia Terapêutica*, que é, antes de tudo, acolhedora.

O objetivo precípua do Curso, desenvolvido na modalidade a distância, via internet, por meio de ambiente virtual de aprendizagem (Plataforma Moodle/UFC), no período de 22 de agosto de 2016 a 30 de dezembro de 2016, com a duração de 160 horas-aula, consistiu em promover ações formativas voltadas para qualificação de profissionais e alunos da graduação e pós-graduação das áreas de educação e saúde do Ceará-Brasil e Portugal, com vistas a um melhor atendimento à infância em seu processo cognitivo-afetivo e social de escolarização, com destaque para as crianças com alguma deficiência e dificuldades mais significativas, que repercutam na aprendizagem da leitura, da escrita e cálculo, visando fortalecer a habilidade linguística, o raciocínio lógico e o restabelecimento de relações afetivas e de sociabilidade, cujo fim reside em favorecer a inclusão plena dessas crianças no sistema escolar e em seu meio social. Pretendeu-se, dessa forma, oferecer uma formação articuladora das questões cognitivas e afetivas na prática pedagógica dos professores e profissionais da área de educação e saúde, muitas vezes, não reconhecidas no espaço da escola.

Os conteúdos que emergiram da obra de João dos Santos foram escritos e organizados em módulos temáticos e contaram com a colaboração de especialistas, da Universidade Federal do Ceará e outros parceiros de instituições coirmãs e com *expertise* na área. O material concebido foi enriquecido com resultados de pesquisa realizada, no ano de 2015, no âmbito do estágio sênior

pós-doutoral, na Universidade de Lisboa, apoiado pela CAPES, acerca da teoria do psicanalista português, João dos Santos.

As aulas do Curso, desenvolvidas na Plataforma Moodle/UFC, ocorreram, num primeiro momento, por meio da apresentação dos conteúdos abordados nos módulos de estudo, acompanhados de reflexões propiciadoras de um diálogo do professor com o texto e com os alunos cursistas e destes, entre si, conforme o quadro que se segue:

Quadro 1 – Matriz Curricular do Curso

Componentes Curriculares	Carga Horária
Módulo I – Introdução à Metodologia do Curso – EaD	16
Módulo II - Introdução ao Pensamento Santiano	32
Módulo III – Família, Processos de Subjetivação	32
Módulo IV – Ideias Psicopedagógicas	32
Módulo V- O Olhar Santiano sobre as Políticas de Inclusão	32
Trabalho Final – Elaboração de Artigo científico ou do vídeo	16
Total de horas	160

Fonte: Coordenação do Curso (2015).

Num segundo momento da formação, as atividades foram fundamentadas no conteúdo dos módulos e realizadas através de pesquisas bibliográficas e de campo. No terceiro momento, as reflexões proporcionadas pelo desenvolvimento das atividades nas etapas anteriores serviram como aporte para a elaboração de artigo científico e de vídeo, os quais foram exigência para aprovação e certificação no Curso, além da participação mínima de 75% das aulas e das demais atividades programadas.

No que diz respeito a avaliação da qualidade do Curso, adotamos como estratégia o uso de uma enquete eletrônica, destinada aos discentes no espaço Depoimento dos Alunos, que ficou disponível à participação no ambiente do curso Introdução ao Pensamento de João dos Santos: estudo sobre a Pedagogia Terapêutica, hospedado em:

<http://hbn.multimeios.ufc.br/moodle/login/index.php>.

A ferramenta teve por objetivo captar, por meio de postagem livre de links de vídeo ou áudio, de duração máxima de três minutos, a avaliação discente quanto à efetividade do curso. O espaço ficou aberto à postagem por quinze

dias e contou com a publicação de dezesseis discentes, dos cento e quarenta e seis matriculados, cujos fragmentos de comentários apresentamos em seguida. Nas falas apresentadas, algumas temáticas emergem, apontando a contribuição do curso para o percurso profissional:

O curso João dos Santos foi muito importante para o meu crescimento profissional. Certamente a partir dessa vivência e novos conhecimentos a minha prática em sala de aula terá cada vez mais um olhar diferenciado com as crianças. Eu queria ter conhecido João dos Santos há muito mais tempo, mas que bom que através desse curso eu pude ter contato com suas obras, pensamentos. Essa grande oportunidade será muito bem aproveitada ao longo de minha jornada na educação e na vida. (PARTICIPANTE A).

O curso João dos Santos foi uma grande oportunidade de conhecer a vida, obra e pensamentos de João dos Santos, não o conhecia, e agradeço por poder hoje conhecer e através de seus ensinamentos e pensamentos poder modificar a minha prática pedagógica e ver os meus alunos com um olhar muito mais sensível e focado na perspectiva da Pedagogia Terapêutica. (PARTICIPANTE B).

Tal devolutiva deixa claro que a arquitetura pedagógica da formação em EaD apresentada encontra eco nos discentes envolvidos, pelo fato de seu desenho estar próximo da realidade do discente (seja ele aluno ou aluno-professor) e centrada na pessoa dele, como Frederic Litto (2010)¹ reforça, ao mesmo tempo em que se mostrou coerente com o objetivo pretendido, qual seja, o de contribuir para o repensar da sala de aula, guardando proximidade com um processo de ensinagem mais significativo.

Outra temática que veio à tona nos registros avaliativos estava ligada à contribuição do curso para a formação acadêmica, promovendo nos discentes a reflexão sobre a sua práxis:

Eu nunca havia realizado um curso EaD; o que me reaproximou da prática acadêmica; proporcionou a oportunidade de eu ser apresentada a obra de João dos Santos; aproximou minha prática com a teoria e dentre outras questões. Pude perceber o quanto a prática pedagógica no chão da escola está distante das reais necessidades da infância e de como nós educadores precisamos nos aprofundar na obra de teóricos essenciais como João dos Santos, pois ele coloca a infância como um fator determinante na vida de todo ser humano. (PARTICIPANTE C).

O conhecimento adquirido ao longo do curso é de suma importância para minha formação acadêmica como psicopedagoga-professora-pesquisadora. Conhecer a instituição Casa da Praia e todo o trabalho de João dos Santos é enriquecer como fonte de inspiração nas soluções dos problemas de aprendizagem e sociabilização que procuram compreender a criança no seu todo. (PARTICIPANTE D).

Estas falas sinalizam que a aproximação com a EaD pode contribuir para superar um possível preconceito em relação à modalidade, uma vez que um curso com arquitetura e modelos pedagógicos, ministrados virtualmente, desde que bem ancorados em uma teoria/proposta coerente com o desenho em questão,

¹ LITTO, Fredric M. (2010). *Aprendizagem a distância*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

podem contribuir decisivamente para a formação acadêmica, a formação profissional, dentre outras áreas, de seu público beneficiado.

A afetividade, o elo e o estar próximo virtual, conforme defende José Armando Valente (2002)² também emergem dos discursos, retratando que a aprendizagem a distância aproxima e contribui para o estabelecimento de vínculos e de afetividade, bem como de aquisição de conhecimentos e registros positivos acerca do estudo:

Esse curso foi excelente! Tanto o material do curso, quanto a disponibilidade dos organizadores, professores-formadores, quanto a interação entre os participantes. Realizar o TCC com uma colega de outra cidade e como nos mantivemos sempre em contato, em sintonia, proporcionou-me momentos de aprendizagem, de novas reflexões e alguns conhecimentos entre os demais participantes. O trabalho de João dos Santos, rico, íntegro e muito atual. Grata por tudo!!!! (PARTICIPANTE E).

Registro uma impressão muito positiva sobre as intenções e os resultados que o curso me deu oportunidade de realizar e alcançar. Realço ainda a forma como contribuiu para a disseminação da teoria subjacente à obra de João dos Santos, tão necessária que é na sociedade de hoje. (PARTICIPANTE F).

Os trechos acima elencados apresentam uma panorâmica do que foi desenvolvido no curso, a partir da perspectiva dos discentes, ao mesmo tempo em que retratam a coerência entre o que explanam e o que, de fato, procuramos efetivar em um ambiente virtual colaborativo, com a ocorrência de trocas de afetos e aprendizagens e a busca da minimização de efeitos da solidão virtual. A esse respeito, o vídeo intitulado “Depoimento, avaliação do curso”, disponível em https://joaodossantos.files.wordpress.com/2017/01/mafalda-coito-18-december-2016-mvi_4023.mp4, de autoria da Profa. Mafalda Coito, discente do curso e residente em Portugal, traduz o sentido pedagógico do trabalho desenvolvido nesta formação.

Isso nos leva ao reconhecimento da comunicação e dos processos sociais, como elementos vitais do curso, em que os sujeitos e sua ação educativa são fundamentais à consecução dos objetivos desejados, num espaço cuja construção do conhecimento ocorre no ato de ensinar e de aprender, mediatizado pelo diálogo e pelas experiências. Dessa forma, o currículo do curso se apresentou, então, como ação prática, em estreita relação com a representação da ação.

² VALENTE, J.A. A espiral da Aprendizagem e as tecnologias da informação e comunicação: repensando conceitos. 2002. In: JOLY, M.C. (Ed.). *Tecnologia no ensino: implicações para a aprendizagem*. São Paulo: Casa do Psicólogo, [s.s.]. p. 15-37.

Finalmente, os artigos selecionados fruto do trabalho de conclusão de curso dos alunos, elaborados sob a supervisão de um formador integram esta coletânea, em formato de eBook, que chega até você, Leitora e Leitor, organizada pelos coordenadores e professores do Curso e divulgada no site *João dos Santos no Século XXI* <http://joaodossantos.net/>, e em outros meios acadêmicos, de forma totalmente digital e gratuita, contribuindo para a difusão solidária dos estudos de João dos Santos e vislumbrando o que sempre lhe fora o bem mais caro: o cuidado com a infância.

A todos, desde já, boa leitura Santiana!



I - INFÂNCIA, AFETOS E EDUCAÇÃO

SONHAR A DORMIR - A EXPRESSÃO E FUNÇÃO DOS SONHOS DAS CRIANÇAS SEGUNDO JOÃO DOS SANTOS: ESTUDO BIBLIOGRÁFICO E EXPLORATÓRIO COM ABORDAGEM QUALITATIVA

Maria Portugal

Karine Moura de Farias Borges

Paulo César Lopes Cunha

*"[...] os sonhos são uma coisa formidável para a saúde!
Se eu tivesse capital e talento fundava uma casa de produtos para farmácia,
em embalagens grandes, pequenas e médias e papel de cores,
com sonhos para vender às pessoas."
(SANTOS, 2007, p. 56).*

Introdução

No âmbito do curso "Introdução ao Pensamento de João dos Santos: estudo sobre a Pedagogia Terapêutica", foi proposta a realização de um trabalho final. Sob o tema geral "A criança para João dos Santos", desenvolveu-se o presente trabalho que aborda a temática dos sonhos noturnos das crianças, segundo a obra e concepção de João dos Santos.

João dos Santos (1913-1987) foi médico psiquiatra, psicanalista e pedagogo, um dos Fundadores da Sociedade Portuguesa de Psicanálise e um grande criador e organizador de instituições para a saúde mental na infância; a ele se deve a separação da Psiquiatria Infantil da Psiquiatria do Adulto, tornando-se a primeira uma especialidade autónoma, e se deve também a instalação do primeiro Centro de Saúde Mental Infantil em Portugal. Entre outras iniciativas destacam-se as suas influências e ligações ao Movimento da Escola Moderna, à Liga Portuguesa de Deficientes Motores, à Associação de Educação pela Arte e à Liga Portuguesa de Higiene Mental. Criou assim novas concepções e desenvolveu novas práticas relativas à infância e à influência da família, da escola e da comunidade no desenvolvimento da criança (LOBO; SANTOS, 2015).

Parece que o interesse de João dos Santos pelos sonhos provém, por um lado do seu interesse pela Psicanálise, seja enquanto psicanalista, seja enquanto psicanalisado, onde os sonhos, "*via régia* para o inconsciente" (FREUD, 1900/2009) desempenham um papel fulcral; e por outro da compreensão e tratamento que faz das perturbações do sono na primeira e segunda infância, que considera desenvolverem-se, "em geral, em paralelo com a perturbação da organização dos sonhos" (SANTOS, 1988a, p. 63).

Apesar de existir bastante investigação empírica no ramo da psicologia e da psicanálise acerca do sonho e do trabalho do sonho - de como funciona, que mecanismos psíquicos são utilizados para produzi-lo e de como atribuir-lhe significado - optou-se, neste trabalho, por cingir a investigação à obra de João dos Santos. Assim, não se esgota aqui o conhecimento existente em torno desta temática mas sim aprofunda-se a obra publicada de João dos Santos, no sentido de salientar o sonho noturno das crianças: o que é, como se manifesta e qual a função do sonho, incluindo o lado pesadélico dos sonhos e as manifestações denominadas terrores noturnos.

Metodologia

Tendo por objetivo estudar o sonho noturno das crianças para João dos Santos, colocaram-se as seguintes questões: o que é o sonho; como se expressa e manifesta o sonho das crianças; qual a sua função, para que serve o sonho. Concebendo o sonho como podendo expressar-se de diversas formas, incluindo a sua ausência no sono, ou através de pesadelos e terrores noturnos, considerou-se igualmente estas manifestações noturnas. Optou-se por estudá-las em separado para facilitar a pesquisa, a leitura e compreensão do fenómeno onírico, surgindo as mesmas questões: o que são pesadelos e terrores noturnos na criança; como se expressam e qual a sua função.

Numa tentativa de responder a estas questões, optou-se por fazer uma pesquisa bibliográfica e exploratória com abordagem qualitativa, da obra publicada de João dos Santos. Iniciou-se esta exploração com a obra de Maria Eugénia Carvalho e Branco *"Vida, Pensamento e Obra de João dos Santos"* (2000), que estando organizada por temáticas, facilitou a pesquisa dos trabalhos de João dos Santos onde o tema dos sonhos é explícito. Então, acedeu-se às ditas obras no sentido de aprofundar o tema e, relativamente àquelas a que não foi possível aceder, aprofundou-se a partir do publicado na própria obra de Maria Eugénia Branco. Optou-se ainda por pesquisar em outras obras, publicadas em data posterior ao trabalho já mencionado *Vida, Pensamento e Obra de João dos Santos* (2000), tais como: *Ensinaram-me a ler o mundo à minha volta* (2007) e *É através da via emocional que a criança apreende o mundo exterior* (2009). Ao longo deste trabalho vão surgindo as referências consultadas, tal como as referências completas no final do trabalho.

Resultados

Sonhos

Para se compreender o fenómeno onírico, inicia-se pela definição de sonho. É inevitável mencionar aqui a obra de Freud *A Interpretação dos Sonhos* (1900), que

marcou o início do estudo empírico da vida onírica, que tanto influenciou a Psicanálise e, portanto, também as concepções do sonho noturno para João dos Santos. Em termos simplificados, o sonho é um fenómeno da vida psíquica sequencial à atividade mental da vigília, ou seja, é uma elaboração de vivências diurnas; *é a realização dum desejo* (FREUD, 1900/2009, p. 95). O sonho é então algo que vem de dentro de nós (SANTOS, 1988b), algo que “tem que ver com a excitação dos instintos, do corpo, da pessoa, do ser, do eu” (SANTOS, 1988b, p. 42), são as nossas histórias verdadeiras (SANTOS, 1988b), que partem de uma emoção (SANTOS, 2009) e resultam numa representação imagética de coisas - sentimentos, sensações (que são representações mais arcaicas da vida psíquica e surgem numa época anterior às representações de palavras - SANTOS, 1988).

Os primeiros sonhos, até aos 2, 3 anos, são sonhos rudimentares de onipotência, destruição e devoração, são sonhos de desejo/prazer ou de angústia (BRANCO, 2000), comparáveis aos sonhos de animais (SANTOS, 2009). Mais tarde, a partir sensivelmente dos 3 anos, os sonhos passam a ter fantasia e fantasmas, um “conteúdo imagético, mágico, mítico, fantasmático” (SANTOS, 2009, p. 238).

Pode-se, aliás, afirmar que todos os sonhos começam por ser simples, sonhos de desejo ou sonhos de angústia. Durante o sono, a criança recorda algo que viu ou experienciou durante o dia e sonha-o, seja sob a forma de algo angustiante seja sob a forma de algo prazeroso (SANTOS, 1988b). Estes sonhos vão sendo repetidos ao longo das noites e ao longo da vida, acrescentando-se elementos, criando variações, elaborando, até se complexificarem e se tornarem *sonhos acabados*, ou seja, até se tornarem histórias com uma *solução quase realista*, tal como acontece nos sonhos dos adultos (SANTOS, 1990, p. 70). É como se se aprendesse a sonhar. Inicialmente, devido à imaturidade do aparelho psíquico, os sonhos são simples e rudimentares (prazer/angústia) e à medida que se vai crescendo, à medida que o aparelho psíquico se vai maturando, também a vida onírica se vai complexificando (SANTOS, 1988b).

Assim, “sonhar é pensar (e) é evidente que não se pode dormir sem pensar” (SANTOS, 1988b, p. 38). O sonho está na base do imaginário e na base do pensamento; é uma forma de pensar, num plano mais imaginário e menos racional, enquanto se dorme (SANTOS, 1988b).

Relativamente à função do sonho no sono, Freud (2009, p. 172) afirmou que o “sonho é o guardião do sono, não o seu perturbador”, logo, sonhar serve para podermos dormir. Contudo, para além desta função de base, o sonho também serve para resolver problemas e conflitos (SANTOS, 1991, p. 74), para

compreender algo, tornando-se acessível à consciência e confessável aos outros (SANTOS, 1990) e, com isto, contribui para a evolução e maturação do pensamento (SANTOS, 1988b). Vejamos cada uma destas funções.

As vivências diurnas, os acontecimentos externos e a excitação que essa vivência traz, ficam interiorizados (BRANCO, 2000) e, muitas vezes, sob a forma de conflito, de algo que é difícil ultrapassar, como os medos, por exemplo, mas que com o sono e os processos do sonho se tornam solucionáveis (SANTOS, 1988b); ao sonhar a criança resolve o problema, encontrando uma resolução satisfatória. "Ser capaz de sonhar é ser capaz de resolver os problemas reais da existência" (SANTOS, 1988b, p. 31). Ligada a essa função de resolução de conflito, está de compreensão e transformação. Quando há algo que foi explicado à criança, quando há alguma curiosidade que ela tem, nomeadamente das relações com os adultos, para melhor memorizar, para tornar mais claro para si própria, ainda que não de forma racional, a criança, influenciada pela emoção que essa vivência despertou, constrói o sonho inventando, fantasiando, e assim guarda e organiza o entendimento de que necessita para prosseguir com a sua vida, com as suas relações com os outros (SANTOS, 1988b). O mesmo acontece com desejos, medos e emoções que a criança tem e que não pode dizer, "porque nem tudo é confessável" (SANTOS, 1990, p. 70); transforma-os, durante o sonho, em algo "aceitável, que se possa contar, qualquer coisa contável" (SANTOS, 1990, p. 70). Assim, com a capacidade de sonhar, que como se vê, é a capacidade de elaborar, de transformar, de compreender e resolver problemas, o pensamento evolui e "descobrem (-se) todas as coisas importantes da vida" (SANTOS, 1988b, p. 200).

Neste ponto, coloca-se a pergunta: o que acontece quando não sonhamos? De algum modo, esta questão já foi respondida porque se não é possível dormir sem pensar, e se sonhar é pensar a dormir então quando não sonhamos não dormimos, temos uma insónia. Uma pessoa não consegue sonhar quando há uma angústia, algo horrível que se não pode encarar, então não dorme "para não se tomar consciência de que há um pesadelo a enfrentar" (SANTOS, 1988b, p. 31), *ou seja, o medo de sonhar* (SANTOS, 1988b, p. 41).

Pesadelos e Terrores Noturnos

O pesadelo é uma tentativa falhada de sonhar, uma tentativa de explicar uma angústia ou um medo, mas que fica por resolver, sem solução (SANTOS, 1988a). Neste aspecto é semelhante ao terror noturno que também se define pela tentativa falhada de sonhar; em ambos, a criança acorda e, portanto, o sonho não cumpre a sua missão de proteger o sono, mas antes interrompe-o (SANTOS, 1988a). Os primeiros pesadelos serão os da fase oral "em que o sonho do bebé

é interrompido por uma crise de “cólicas idiopáticas” (BRANCO, 2000, p. 254), enquanto o pesadelo propriamente dito, parece surgir na primeira infância, entre os 3 ou 5 anos, quando há intervenção motora, e persiste assim ao longo da vida (SANTOS, 1988a). A criança, e, mais tarde, o adolescente e o adulto, vão repetindo esse sonho pesadélico até encontrarem uma solução satisfatória que não crie angústia, e então, transforma o pesadelo num sonho “bom”. De cada vez que a pessoa está mal, febril ou angustiada, esse pesadelo da infância vai reaparecer (SANTOS, 1988b). As temáticas do pesadelo também se repetem: “uma perseguição, um castigo, uma ameaça” (SANTOS, 1988a, p. 64).

Os pesadelos actuam muitas vezes como mecanismos fóbicos (SANTOS, 1988b), quase sempre com animais mamíferos e com os quais a criança tem facilidade em identificar-se: um cão, um gato, um panda; quando surgem humanos usualmente é sob a forma de bruxa má ou homem mau e agressivo (SANTOS, 1990). “O sonho mau ou pesadélico (pode ser) contra o pai, ou o que se passa entre o pai e a mãe, é transferido para um animal ou situação fobogénea – o cão, o gato ou o panda” (BRANCO, 2000, p. 254). Transformando o seu medo e agressividade num animal, pode então lidar com ele sem o “danificar” (BRANCO, 2000).

O terror noturno, como já foi dito é, tal como o pesadelo, uma tentativa falhada para sonhar, mas manifesta-se de forma diferente. Enquanto no pesadelo a criança agita-se e movimenta-se, no terror noturno a agitação e atividade motora da criança são mais notórias e fazem-na acordar, geralmente aos gritos, assustada e confusa (BRANCO, 2000). A criança desperta “num estado especial que se pode chamar estado segundo³, pois parece apelar para os que a rodeiam e agarra-se a eles, não abandonando a sua visão e comportando-se como se não ouvisse as pessoas a quem se agarra” (BRANCO, 2000, p. 253). Esta violenta crise noturna costuma surgir ao início da noite (BRANCO, 2000) e surge como se fosse uma convocação para que alguém a desperte, já que o sonho terrível que se está a fazer não é suportável. Segundo João dos Santos (1988b), um terror noturno nunca surge quando a pessoa está sozinha ou isolada, nesse caso pode fazer um pesadelo, mas o terror noturno implica que haja alguém próximo, que possa aparecer, alguém que acorde a pessoa que dorme, como se funcionasse como um apelo inconsciente para o despertar.

Outra característica do terror noturno, e que o distingue do pesadelo, é a componente verbal. Quando a criança desperta no “estado segundo³”, começa

³ Cf (BRANCO, 2000, p. 253).

a falar, usualmente a pedido dos pais ou de quem a acorda, sobre o que aconteceu e o que a assustou e, nas palavras de João dos Santos (1988a, p. 64), *cria alucinatoriamente e, creio, a posteriori, um fantasma relacionado com fantasias de carácter ambiental, como sejam os lobos, as bruxas, os ladrões, etc.* Ora, os pais, para acalmar a criança, costumam afirmar que não há nenhum lobo ou bruxa e que está tudo bem. A criança, então acalma-se e volta a adormecer. O estado de terror noturno geralmente não dura mais do que alguns minutos (BRANCO, 2000, p. 253). Os terrores noturnos marcam o início do “período de latência” (BRANCO, 2000, p. 254), e costumam repetir-se algumas vezes durante uns tempos até desaparecerem de vez. Este facto parece sugerir que os terrores noturnos actuam como *uma etapa evolutiva normal na vida psíquica* (BRANCO, 2000, p. 251).

O que acontece nos terrores noturnos é que a criança necessita de projectar os seus medos (sob a forma de ladrões ou bruxas e até através da agitação motora) para a realidade externa e é aí que eles são resolvidos, com o auxílio dos pais. É como se, para resolver estes conflitos que a assombram, a criança chamasse os pais para se assegurar que entre eles os dois está tudo bem e tranquilo (SANTOS, 1991) e estes, sem o saberem, acabam por organizar desta forma os medos e as fobias da criança (BRANCO, 2000).

Os terrores noturnos diferem da ansiedade nocturna, onde a criança acorda e dirige-se aos pais, quer fisicamente – vai para a cama deles por motivo de algum medo – quer fazendo pedidos: tem sede, quer ir à casa-de-banho, etc. (SANTOS, 1988b). Pode ainda manifestar-se de forma latente, como acontece na enurese nocturna, e, em qualquer caso, tal como foi acima mencionado, é a consequência de uma dificuldade em fazer o sonho, ou melhor, da ausência do sonho (SANTOS, 1990).

Neste seguimento, embora saia um pouco do âmbito desta pesquisa, no sentido em que se refere mais à incapacidade de sonhar e à ausência do sonho no sono, o sonambulismo também se expressa como se a criança agisse o sonho no “estado segundo⁴” da consciência (SANTOS, 1988a). Qualquer uma destas modalidades de “não fazer o sonho resolutivo” traz a vantagem da atenção que chama para a família, para demonstrar que há qualquer coisa sob a qual a criança não consegue pensar, não consegue fantasiar, e que é muito assustadora, tanto que tem que agir sobre ela (SANTOS, 1988a).

⁴ Cf (BRANCO, 2000, p. 253).

Conclusões

A complexidade do fenómeno onírico poderia levar a um maior aprofundamento acerca do trabalho do sonho e os seus cambiantes na ausência do sonho no sono. Centrou-se aqui a pesquisa no sonho noturno das crianças, e que leva a afirmar que, segundo João dos Santos (1988a) e a sua obra explorada no presente estudo, as crianças “aprendem a sonhar”. Apesar da ordem com que foi apresentado este trabalho ter sido a seguinte: sonhos – pesadelos – terrores noturnos, poderia ter sido esta: pesadelos – terrores noturnos – sonhos, já que essa parece ser a ordem evolutiva natural do trabalho noturno (BRANCO, 2000).

Para se ser capaz de sonhar, ser capaz de resolver conflitos internos durante o sono, transformando-os, ser capaz de um tipo de pensamento fantasioso no sono, ser capaz de ter os tais *sonhos acabados* que podem ser contados aos outros, é necessária uma maturação psíquica que “trabalha” o sonho: deslocamento, elaboração, condensação... Ora, a criança pequena ainda não tem essa capacidade, ainda é imatura psiquicamente, pelo que os seus sonhos são os sonhos arcaicos de prazer/angústia. Acontece que, quando as pessoas têm medo de algo (quer sejam bebés quer sejam adultos), têm a necessidade de explicar esse medo e para isso criam uma história, inventam uma explicação. Como a criança pequena ainda não o consegue fazer quando dorme, tem um pesadelo – um sonho falhado por não criar uma explicação para um problema. Por esse pesadelo ser tão terrivelmente assustador, demasiado para que o consiga suportar, faz intervir, inconscientemente, a atividade motora, movimenta-se e desperta assustada, dá-se assim o terror noturno. O terror noturno, como já foi dito, actua no ambiente exterior, pela alucinação que a criança cria (as bruxas que vê no quarto, os ladrões) e pela intervenção dos pais que a vêm acalmar e “explicar” que não há nada de assustador e que tudo está tranquilo. Serve, então, como uma espécie de bengala externa, ou seja, por ainda ser incapaz de fazer ela a elaboração e compreensão das suas angústias, exterioriza-as de modo a que outros (os pais) a possam “explicar” por ela, até ser capaz de o fazer sozinha. Assim se vai repetindo até essa autonomia, até ser capaz de fazer um pesadelo – que não acalma a angústia sentida, mas também já não necessita da tal “bengala externa” - e por fim fazer o sonho. Poder sonhar significa poder dormir, mesmo que alguns medos possam persistir.

Sonhar é também sinónimo de evolução do pensamento, na medida em que, sendo possível utilizar os mecanismos necessários para fazer o sonho “bom”, o sonho “resolutivo”, e, portanto, dormir tranquilamente, é igualmente possível fantasiar e fazer o sonho diurno. O pensamento complexifica-se e pode voar pela imaginação criativa.

Poderia-se então pensar que, atingida esta maturidade onírica, só persistiriam os sonhos, e sabe-se bem que assim não é, que os adultos também têm pesadelos e angústias noturnas. Pois, esses são os sonhos infantis, os sonhos da infância. Como se aprende a sonhar na infância, na idade adulta vai-se repetir esse sonho pesadélico e, daí a temática das perseguições também se repetir. De cada vez que a pessoa está mais frágil e vulnerável por algum motivo, repete o sonho pesadélico que “aprendeu” na infância (SANTOS, 1990).

O contributo de João dos Santos para a compreensão da infância é vasto, e reflete-se tanto na sua obra publicada como na comunidade, em instituições que intervêm com a população infantil. Com este estudo salienta-se mais uma das suas contribuições para a compreensão da infância, da vida mental da criança, que se espera facilitar e auxiliar a relação entre adultos e crianças.

Referências Bibliográficas

BRANCO, M. (Org.). *Vida, pensamento e obra de João dos Santos*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000.

FREUD, Sigmund. *A interpretação dos sonhos*. Lisboa: Relógio D'Água, 2009. (tradução do original *Die Traumdeutung*, oitava edição de 1930 e de acordo com o II/III volume das Obras completas publicadas por Fischer Verlag – 1ª edição 1900).

LOBO, Paula Santos; SANTOS, Luís Grijó dos. *João dos Santos no século XXI: Biografia*, 2013, 2014, 2015. Disponível em: <https://joaodossantos.net/dados-biograficos-2/>. Acesso em: 24 nov. 2016.

SANTOS, João dos. *A Casa da Praia: O Psicanalista na Escola*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988a.

_____. *Se não sabe porque é que pergunta? - conversas com João Sousa Monteiro*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1988b.

_____. *Eu agora quero-me ir embora – conversas com João Sousa Monteiro*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1990.

_____. *Ensaio sobre Educação - II: O Falar das Letras*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991.

_____. *Ensina-me a ler o mundo à minha volta*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2007.

_____. *É através da via emocional que a criança apreende o mundo exterior*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2009.

PEDAGOGIA TERAPÊUTICA: CONTRIBUIÇÕES DE JOÃO DOS SANTOS PARA A EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA

Ana Iza de Sousa Pereira

Andrezza Cardoso Correia Lima

Tania Maria Rodrigues Lopes

Polliana de Luna Nunes Barreto

Diálogos: Inícios

Este estudo foi guiado por inúmeras indagações, na perspectiva de explorar as contribuições do pedopsiquiatra e psicanalista português João dos Santos e releitores de sua obra: O que é educar? Onde se educa? Quem são os educadores? Quais devem ser os objetivos norteadores das práticas educativas? Que papéis temos nos processos de mediação das internalizações, pelas gerações mais jovens, da cultura e conhecimentos produzidos, ao longo da história, pelos grupos que a precederam?

Esses e outros questionamentos, fundamentais para a definição dos projetos de educação e de sociedade que se pretende desenvolver, são pontualmente respondidos por João dos Santos, por meio de sua instigante produção bibliográfica. O referido autor endossa a voz do grupo de teóricos e práticos inovadores que, desde o século XVIII, ousaram modificar as ideias educacionais primárias ou de base: a concepção de criança. Compreender o contexto dessa transformação, bem como o fato *per si*, faz-se necessário, para refletirmos a educação do presente e projetarmos as ações futuras.

Em nossa pesquisa, de abordagem qualitativa e enfoque exploratório (GIL, 2002; NEVES; DOMINGUES, 2007), desenvolvida no âmbito do curso de extensão *Introdução ao pensamento de João dos Santos*, ofertado pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), objetivamos: pontuar, a partir de breve contextualização histórica, a concepção de criança presente nos escritos e na prática terapêutica de João dos Santos, na perspectiva de relacionar as concepções de infância do pedopsiquiatra e psicanalista português ao seu ideário educacional.

Na elaboração deste artigo, apoiamo-nos na pesquisa de natureza bibliográfica; estudos e discussões baseados nos referenciais científicos disponíveis. Após leituras e análises, selecionamos as fontes que contemplavam o nosso direcionamento, destacando os estudos de Santos (1982), Ariès (1986), Holanda (1998), Costa (2010), dentre outros.

Para facilitar a compreensão pelo leitor do texto em evidência, subdividiu-se o mesmo nos tópicos *Infância: construção histórica, cultural e social*; *Infância:*

construção da subjetividade; Educação santiana: proposta de uma Pedagogia Terapêutica e Laços: amarrando algumas pontas. Assim, as linhas que seguem abordam a construção histórica, cultural e social do atual conceito de infância; os influxos na construção de sua subjetividade e de seus avanços cognitivos, bem como a contribuição de pais, professores e sociedade no desenvolvimento e formação dos sujeitos, à luz do referencial santiano. Para finalizar, alguns apontamentos complementares, porém, essenciais.

Infância: Construção Histórica, Cultural e Social

Na contemporaneidade, a infância é considerada como uma produção sociocultural; concepção totalmente díspare da ideia de tempos mais remotos. Na Idade Média (século V ao século XV), a criança não era percebida como um ser diferenciado e particular, tampouco havia necessidade de compreender seu desenvolvimento, sobretudo por parte dos agentes educacionais. As demandas nesse campo foram produzindo mudanças, resultante de um demorado processo de construção. Nesse contexto é importante compreender o que Amaral (2008, p. 22) recomenda:

Compreender a infância como uma construção social implica ampliar as concepções pautadas em características biológicas e psicológicas, que por vezes objetivam estabelecer padrões do desenvolvimento infantil para buscar entender as interações dos sujeitos que compõem essa categoria social. Considerando que a infância é um fato biológico, mas a forma de compreendê-la é social e historicamente construída.

Para compreender a construção sociocultural da concepção de infância é preciso conhecer seus diferentes momentos históricos e perceber, também, as circunstâncias determinantes para a composição de sua atual conceptualização.

Os primeiros estudos sobre esta etapa fundamental da vida datam do século XIX, mas somente na década de 1960, Ariès (1986) sistematizou-os, sendo possível compreender a elaboração de seu conceito moderno. Na Idade Média, predominava a “ausência de sentimento de infância” (ARIÈS; 1986, p. 14). Por não haver a observação da criança, bem como do adolescente, os pequenos eram tomados por adultos, conforme anota este autor:

[...] a duração da infância era reduzida a seu período mais frágil, enquanto o filhote do homem ainda não conseguia bastar-se; a criança então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos. (ARIÈS, 1986, p. 10).

Não havia a percepção, bem como a compreensão, de que a infância se constituía como uma etapa da vida que requer cuidados especiais. A sociedade “simbolizava” a criança, o jovem e o adulto. Juntamente a Costa (2010, p. 8.), entendemos que “não se tinha consciência de uma série de particularidades

intelectuais, comportamentais e emocionais que passaram, então, a ser consideradas como inerentes ou até mesmo naturais às crianças”. Os reclamos de uma pesquisa e produção mais atenta às características e peculiaridades na contemporaneidade, estão possibilitando, cada vez mais, que essa etapa da vida dos sujeitos seja compreendida em suas particularidades, inclusive, com direito a estatuto próprio (BRASIL, 1990).

Na Idade Média, “[...] a criança relacionava-se muito mais com a comunidade do que com os próprios pais. A aprendizagem e a socialização não eram realizadas pela família ou pela escola, mas por toda a comunidade.” (COSTA, 2010, p. 8). Somente na Renascença (século XIV ao século XVII), com a privatização do espaço doméstico e o estabelecimento da família como um grupo de coesão, a criança se torna o foco familiar e a infância passa a ser considerada um momento de preparação para o futuro (COSTA, 2010).

Nos séculos XVII e XVIII se construiu a noção de *inocência infantil* a ser preservada. A partir de então, a educação é tomada não apenas como uma preocupação das famílias, mas como tarefa dos homens da lei e dos educadores, posteriormente seria assumida e fomentada pelo Estado (COSTA, 2010, p. 9).

Com os avanços comerciais e a chegada da burguesia ao poder econômico, e conseqüente à queda da aristocracia, os filhos passaram a ser considerados como promessas de acréscimos às fortunas dos pais, bem como “moeda de troca” em seus projetos políticos e ideológicos. Para a geração de riquezas, o consumo é imprescindível e, para que ele exista, o desejo é imperioso. A valorização das tendências naturais infantis formulou um novo cenário (CHARLOT, 2013, p. 246).

Diante desses novos fatos acerca da criança e de suas necessidades e potencialidades, estudos nas áreas da Pedagogia, Pediatria, Psicologia, Pedopsiquiatria e Psicopedagogia foram impulsionados. As investigações científicas passaram a ter como objetivo a compreensão da infância. Neste âmbito, destacam-se Jean-Jacques Rousseau, Jean Piaget, Lev Semeiovitch Vygotsky, Henry Wallon, dentre outros nomes.

É neste contexto que João dos Santos desponta em Portugal. A partir de sua biografia, estudos e práticas, o fundador da Psiquiatria Infantil revela um olhar moderno sobre a infância. Influenciado por grandes nomes - Jean Piaget (1866 - 1980), Sigmund Freud (1856 - 1939), Henri Wallon (1879 - 1962) e Arnold Gesell (1880 - 1961), além de expoentes da Pedagogia Nova, como Maria Montessori (1870 - 1952) e Célestin Freinet (1896 - 1966), Santos adota uma visão holística de desenvolvimento, além de tematizar e problematizar sobre a subjetividade, a

importância da afetividade e do corpo nos processos de aprendizagem, o imprescindível papel da mãe na educação dos filhos e a imperiosa verdade de sermos modelos de educação para as crianças (HOLANDA, MORATO, 2016; SANTOS, 1982).

Infância: Construção da Subjetividade

A exploração da bibliografia de João dos Santos desperta-nos atenção, ao constatar a visão integralista que este autor tem acerca da construção da subjetividade - entendida como “o processo que constitui o indivíduo de modo singular” (HOLANDA, 2016, p. 48), bem como, as implicações dessa para a educação oferecida às crianças.

Em um artigo intitulado *João dos Santos e as Vicissitudes da (D)Eficiência da Criança*, Morato (2016) fala-nos das energias dispendidas pelo psicanalista português, a partir de 1950 - quando retorna a Portugal após exílio na França -, para a criação e implementação de instituições de apoio às famílias com filhos com deficiência.

O nascimento de um ser é, por si só, acontecimento que transforma o relacionamento de um casal. Quando a criança nasce com deficiência, acrescenta-se a esse processo a ansiedade, o medo, a desilusão, o sentimento de culpa, a noção de incompetência, que, por conseguinte, geram pais insuficientemente preparados para lidar com as especificidades do filho, como observa Morato (2016, p. 128):

Para João dos Santos, a sua primeira preocupação com o impacto da deficiência numa criança é a perturbação emocional das relações intrafamiliares, em particular a relação entre pai e mãe. Na realidade, esta circunstância é determinante pela perturbação emocional expressa de forma inconsciente. Pode ser pela enorme tolerância ou pela negação, mas sempre com sofrimento e, portanto, com enorme dificuldade em suportar, pela perplexidade face à situação e pela fragilidade inerente e bem compreensível. O problema é grave já que na grande maioria das situações, os pais não têm qualquer apoio técnico, o que é absolutamente indispensável no confronto com esta realidade.

Nos escritos e práticas de João dos Santos identificamos sua clara compreensão de que tais casais necessitavam do apoio da família extensiva, bem como, de ajuda institucional especializada, para conviver e formar, sob vários aspectos, a esta criança. Esse suporte técnico, exemplificado pela escola de pais, do Colégio Claparède, nos anos 1950, pode ser a pedra de toque para a promoção de uma sociedade inclusiva (HOLANDA, MORATO, 2016).

A atenção destinada aos sujeitos no início da sua caminhada de construção familiar, em especial à mulher que se torna mãe, trará ganhos para o

desenvolvimento do bebê. Tendo os pais papel fundamental na educação, João dos Santos orienta quanto aos cuidados a serem observados nas relações familiares. Em seu pensamento, assim como nos demais discípulos da Psicanálise, observa-se que “ [...] a família e, em especial, a relação mãe-filho, tem aparecido como referencial explicativo para o desenvolvimento emocional da criança.” (SZYMANSKI, 1995, p. 23).

Cercada por afetos positivos, ela explorará o mundo ao seu redor com maior segurança. Favorecendo o estágio piagetiano sensório-motor (0 a 2 anos), os sujeitos criarão e reestruturarão esquemas que os permitirão alcançar maiores avanços cognitivos (DAVIS; OLIVEIRA, 1994; WADSWORTH, 1997). Desse modo, “É necessário que a escola admita que a aprendizagem não pode ser exclusivamente racional, porque a razão tem geneticamente, um ponto de partida emocional” (SANTOS *apud* HOLANDA, 2016, p. 48).

Segundo Holanda (1998) em seus estudos sobre a criança e a obra santiana, as crianças empregarão uma quantidade mais significativa de energia, para a construção de conhecimentos sobre o mundo que as cerca, por volta dos 6-8 anos de idade, após a resolução dos conflitos advindos no que Freud denominou Complexo de Édipo, na fase fálica do desenvolvimento psicosssexual.

Tal estágio se inicia por volta dos 3, 4 anos. Traz em si, além da passagem do prazer libidinoso para a região genital, a masturbação infantil e a curiosidade relacionada às funções sexuais, a atração do menino pela mãe e da menina pelo pai. (HOLANDA, 1998; COUTINHO, MOREIRA, 2001).

O psicanalista de Lisboa destaca que o Édipo é, em primeiro lugar, a separação da criança da mãe, separação organizada pela instituição que regula as leis do parentesco e a proibição do incesto. O pai, encarnação da lei contra a natureza (amor), expulsa a criança do primeiro paraíso e obriga-a, mercê da grande renúncia, a tornar-se uma criança humana, ou seja, um ser submetido à lei da cultura. (HOLANDA, 2016, p. 44).

Quando o pai consegue exercer sua função paterna, a criança introjeta as leis e a cultura de seus pares e se percebe enquanto ser singular, separada de sua mãe. A noção anterior de que *tudo sou eu* é substituída pela compreensão do *eu* e do *outro* como existências disjuntas. O interesse pelo *o* que é de fora é potencializado e nossa subjetividade ganha espaço.

Educação Santiana: Proposta de uma Pedagogia Terapêutica

Consequência de seus balizares influências teóricas, Santos defende a *educação* frente ao *adestramento* oferecido pela maior parte de nossas escolas. Na atualidade, a regra são instituições que buscam o desenvolvimento cognitivo; descaracterizam, assim, a essência da educação, seus objetivos e a relação professor – aluno:

As crianças não são estimuladas a cantar, pintar, desenhar, brincar, ou simplesmente exprimir-se através das várias formas de verbalismo e expressão corporal; são adestradas a fazer habilidades; não há tempo para ginástica e jogos, construções e brincadeiras; tudo o que se pretende é educa-las para o que dá (expressão muito corrente na linguagem de hoje...). Só interessa o que dá possibilidade de obter diplomas, situações, amor fácil ou dinheiro; o indivíduo precisa de ser capaz de se desembaraçar por qualquer forma [...] (SANTOS, 1982, p. 57).

Fugindo de correntes voltadas para a vida prática (econômica e acadêmica), as crianças devem ser estimuladas a se desenvolver em todas as linguagens antes mesmo de seu ingresso no universo escolar. Isso dar-lhes-á condições de se expressar em riqueza e responder satisfatoriamente às exigências vindouras. Concomitantemente, devem ser observadas por seus professores, responsáveis por incentivá-las e introduzir novos desafios no tempo certo: “Há uma sequência evolutiva em toda a aprendizagem e é preciso respeitá-la” (SANTOS, 1982, p. 19).

Adotando ideias pedagógicas de pensadores da Escola Nova⁵, João dos Santos propôs uma educação que, observando as necessidades, potencialidades e atividade infantil, buscasse aprendizados para a vida, a valorização do que cada ser traz de bom em si, bem como a aproximação da vida social e cultural, corroborando, finalmente, para que o sujeito alcançasse a felicidade (SANTOS, 1982).

Acreditamos que, para um bom grupo de professores, trabalhando em condições satisfatórias, será possível descobrir aptidões especiais em todos os alunos e, por tanto, será fácil para eles organizar vários “Quadros de Honra”, onde praticamente possam ser inscritos todos os alunos de um liceu. Dir-me-ão que, provavelmente, nessas condições os “Quadros” deixariam de existir! Talvez, mas isso seria uma ótima oportunidade para prestar justiça aos professores desse liceu ideal, inscrevendo-os a todos no Quadro de Honra dos Professores. (SANTOS, 1982, p. 40).

Alertando-nos para a não existência de uma receita a ser seguida em termos de educação, Santos (1982), contudo, mostra-nos que seu início é anterior à experiência escolar. Voltar atenções para a preparação dos pais para o recebimento de seus filhos, bem como orientá-los para a importância de, fugindo do cientificismo existente em nossa época, educar com espontaneidade, refletindo sempre sobre as ligações entre os educandos que fomos e os

⁵ A tendência pedagógica liberal renovada progressivista, também tida como Pedagogia Nova ou Escola Nova, preocupa-se mais com o “aprender a aprender” – hoje, um dos pilares da educação do século XXI, divulgados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em relatório coordenado por Jacques Delors. “É mais importante o processo de aquisição do saber do que o saber propriamente dito” (LIBÂNEO, 1990, p. 25).

educadores que somos, constitui-se no melhor caminho a ser percorrido: o preventivo.

Vislumbrando o papel preventivo da educação – maternal/familiar e escolar – no enfrentamento de doenças psiquiátricas, dificuldades e distúrbios de aprendizagem, o psicopedagogo português contribui para as bases da Pedagogia Terapêutica⁶, entendendo a educação como curativa e o tratamento clínico como educativo (HOLANDA, MORATO, 2016). Sumarizando,

[...] poder-se-á afirmar que a Pedagogia Terapêutica é antes de mais nada uma atitude particular perante a criança ou o adolescente que se revela diferente na sua adaptação ao meio escolar e social, inspirada na psicologia dinâmica.

Como prática, é constituída por uma pedagogia assente num conjunto de procedimentos técnicos, didáticos, educativos e instrutivos com os quais se pretende prevenir e/ou corrigir as dificuldades de adaptação que têm origem no plano das capacidades intelectuais, motoras, linguísticas, socioafectivas e emocionais. (BARROS, 1999, p. 93).

João dos Santos sublinha que só educa quem proporciona relação espontânea: autêntica, afetiva e instintiva (SANTOS, 1982, p. 16). A educação não é uma matéria que se possa ensinar; ela é uma atitude que reflete em condutas e comportamentos. Os pais e os professores, como primeiros ensinantes, podem nutrir nas crianças a construção de conhecimentos e a construção de si mesmas (espaço objetivo – subjetivo) como sujeitos criativos e pensantes, abrindo espaço para o aprender (FERNÁNDEZ, 2001). Em relação ao papel docente:

[...] embora os professores precisem possuir informações, sua função principal não é transmiti-la, mas proporcionar ferramentas e espaço adequado (lúdico) onde seja possível a construção do conhecimento. Ao ter o papel fundamental como ensinantes, eles também têm um papel como agentes subjetivantes. (FERNÁNDEZ, 2001, p. 31).

Na proposta santiana, a educação é *relação*. Nela se “apoia a saúde mental e felicidade da criança, e [...] sua capacidade de aprender na escola.” (NÓVOA, 2003, p. 1272). A relação humana é essencial para a formação do homem: “o essencial do aprender é que ao mesmo tempo se constrói o próprio sujeito.” (FERNÁNDEZ, 2001, p. 31).

⁶ Barros (1999, p. 88 - 89), fala-nos da existência correlata do termo Pedagogia Curativa. Tanto essa quanto a chamada Pedagogia Terapêutica são Pedagogias de Apoio. Nelas, educadores, médicos e terapeutas, individual ou coletivamente, buscam auxiliar os indivíduos em situação de fracasso escolar. Objetivando uniformizar as diferentes expressões utilizadas no desígnio das pedagogias de fundamentação psicológica, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) adota, em 1958, o termo Ensino Especial, abrangente de todas as práticas de ensino voltadas às pessoas com as mais variadas deficiências e inaptações sociais.

João dos Santos declara não haver separação possível entre crianças e escola; defende sua obrigatoriedade, mas nos alerta que ela só atingirá seus objetivos quando “[...] a educação se não fizer apenas nos edifícios escolares, mas no meio familiar e em todos os locais onde as crianças convivem.” (SANTOS, 1983, p. 69 *apud* NÓVOA, 2003, p. 1272).

Em sua dialética, ao abranger visões totalizadas e individualizadas de cada sujeito, observa-se suas intenções de cuidado, amor e cura pela criança e na criança. Percebendo a essencialidade das interações para a educação do ser, considera a família, a escola e a sociedade como responsáveis pela formação de cada sujeito.

Para tanto, pondera sobre a necessidade de conhecermos a criança. Apenas assim proporemos ações condizentes com suas possibilidades e desejos. Inspirando-se no método de observação piagetiano e na escuta freudiana, orienta-nos a compreender a totalidade dos sujeitos. Em *A Casa de Praia: O psicanalista na Escola*, descreveu:

Quando, no fim dos anos quarenta, me iniciei como psicanalista de crianças, aprendi a compreender os movimentos, os gestos e o comportamento como formas de exprimir o que de mais fundo havia na sua mente, quer dizer, o conteúdo latente dos seus discursos ou dos seus actos. (SANTOS, 2007, p. 47).

Para o desenvolvimento da infância, faz-se imprescindível a colaboração da família, dos professores e de toda a sociedade, representada pelo Estado. Para compreender a criança e os conflitos que nela habitam – sendo eles, basicamente, relacionais (SANTOS, 1982), é preciso compreender a dinâmica familiar, as relações afetivas estabelecidas, a educação formal proporcionada e as políticas públicas vigentes. Assim, através da educação do cuidado e do amor, será possível curar.

Laços: Amarrando Algumas Pontas

No estudo empreendido, relatou-se a construção sociocultural da concepção de infância, que deu voz e direitos à criança da contemporaneidade. Em seus pensamentos e práticas, Santos (1982; 2007) direcionou suas atenções a interação das crianças com os pais, educadores e comunidade.

Defendendo que “a educação é relação”, o pedopsiquiatra e psicanalista português argumenta, em seus escritos, que as trocas afetivas estabelecidas contribuem para o crescimento do ser, favorecendo sua saúde mental e felicidade. Investir em sua cura é prevenir doenças mentais e problemas de aprendizagem.

Observando as práticas pedagógicas de João dos Santos, verifica-se que o compreender a criança passa pelo olhar e escuta sensíveis; amplia-se a concepção de educação e de seus objetivos e, por fim, transgride-se o *status quo* ao pensar uma Pedagogia que, Terapêutica, trata e educa a integralidade do ser.

Cuidando, amando e curando construir-se-á uma educação em que todos, ao serem respeitados em seus ritmos e incentivados a crescer em sua singularidade, tornar-se-ão cidadãos autônomos, críticos, conscientes, felizes e copartícipes da formação e felicidade de seus pares.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Arleandra Cristina Talin do. *O que é ser criança e viver a infância na escola: uma análise da transição da educação infantil para o ensino fundamental numa escola municipal de Curitiba*. 2008. 125f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

FERNÁNDEZ, Alicia. *O Saber em Jogo: a psicopedagogia propiciando autorias de pensamentos*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BARROS, Eulália. *Andar na escola com João dos Santos: Pedagogia Terapêutica*. Lisboa: Editorial Caminho, 1999.

BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente*. Brasília, DF: 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 12 nov. 2016.

CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber às práticas educativas*. São Paulo: Cortez, 2013.

COSTA, Teresinha. *Psicanálise com crianças*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2010.

COUTINHO, Maria Tereza da Cunha; MOREIRA, Mércia. *Psicologia da Educação: um estudo dos processos psicológicos de desenvolvimento e aprendizagem humanos, voltado para a educação*. Belo Horizonte: Lê, 2001.

DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. *Psicologia na Educação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

- GIL, Antonio. Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf Acesso em: 20 nov. 2016.
- HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho; MORATO, Pedro Jorge Parrot. *Pedagogia Terapêutica: diálogos e estudos luso-brasileiros sobre João dos Santos*. Fortaleza: Edições UFC, 2016.
- HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho. *Alfabetização: uma visão construtivista e psicanalista*. Ijuí: Unijuí, 1998.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. 9. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1990.
- MORATO, Pedro. João dos Santos e as Vicissitudes da (D)Eficiência da Criança. In: HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho; MORATO, Pedro Jorge Parrot. *Pedagogia Terapêutica: diálogos e estudos luso-brasileiros sobre João dos Santos*. Fortaleza: Edições UFC, 2016. p. 125 – 134.
- NEVES, Eduardo Borba; DOMINGUES, Clayton Amaral (Orgs). *Manual de metodologia da pesquisa científica*. Rio de Janeiro: EB/CEP, 2007. Disponível em: <https://docslide.com.br/documents/manual-de-metodologia-da-pesquisa-cientifica-562909ea78816.html> Acesso em: 20 nov. 2016.
- NÓVOA, António. *Dicionário de educadores portugueses*. Lisboa: Edições ASA, 2003.
- SANTOS, João dos. *Ensaio sobre Educação - I: A Criança Quem É?* Lisboa: Livros Horizonte, 1982.
- _____. *A Casa da Praia: o psicanalista na escola*. 4. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.
- SZYMANSKI, Heloisa. Teorias e "teorias" de famílias. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo, EDUC/Cortez, 1995.
- WADSWORTH, Barry J. *Inteligência e afetividade da criança na teoria de Piaget: fundamentos do construtivismo*. São Paulo: Pioneira, 1997.

A ARTE DE VIVER, DE CRESCER E DE EXISTIR EM INTERAÇÃO COM O OUTRO, DIFERENTE DE MIM

Mafalda Sofia Gonçalves Borges Coito

André Luís Correia de Almeida

Regiane Rodrigues Araújo

Simone Vieira de Mesquita

Introdução

Mestres são os que acreditam no valor da relação humana, no florescer das ideias que são mito, e os que sabem viver na floresta do conhecimento [...].

[...]. Os meus mestres encontrei-os na vida e alguns na escola, porque eram mestres, são meus amigos. [...]. Os mestres são modelos, modelos de disponibilidade. Ser ou estar disponível é ter uma vida interior que se organize em termos de deixar espaço para a sensibilidade e para a sabedoria dos outros.

João dos Santos apud Carvalho e Branco (2010, p. 111)

Numa sociedade em constante mutação, onde o tempo para Estar é comprado com o Dar – brinquedos, joias, tecnologia. Quando a palavra de ordem é o sucesso educativo, imperam a rapidez e a falta de tempo, e em que o resultado final tem mais valor do que o processo que o modifica, torna mais competente e hábil.

Os autores decidiram parar e refletir de novo. E ao longo de vários meses aprofundaram saberes relacionados com as palavras e com a obra santiana. Considerou-se este curso primordial na atualidade, porque ainda não se fala de João dos Santos professor de educação física – pedagogo e médico psiquiatra da infância, impulsionador da saúde mental infantil, nas escolas de formação inicial de educadores de infância e professores, nem nas escolas de formação de terapeutas de reabilitação. A prática carece de reflexão constante e aprofundada, solitária ou em cooperação, e o crescimento é menor quando não temos mestres, com ensinamentos vitais e únicos.

A obra de João dos Santos é única, tão rica em exemplos e pensamentos que nos “obriga” a questionar todas as nossas ações e pensamentos. Modificando em muito, os pormenores do relacionamento com os outros a partir de então. Sobretudo quando temos de interagir com o outro. Seja o outro uma criança ou um adulto. Ainda se torna mais importante quando o outro é um pouco mais diferente do que o habitual. E neste artigo fala-se da inclusão de todos, em tudo, na vida, “enquanto ainda for capaz de me encantar” (CASTRO NEVES, 2011, p. 189).

Seria possível começar de muitas formas, mas impossível resistir a esta: “O psicanalista de Lisboa foi um mestre que formulou ideias humaníssimas, que

tratam, sobretudo, da arte de viver, de crescer e existir em interação com o outro.” (HOLANDA, 2016, p. 81). A simplicidade das suas palavras, mas a enormidade que estas acarretam, em termos emocionais, é avassaladora.

As ideias de João dos Santos inspiraram muitas iniciativas inovadoras para a época, destacando-se algumas: o Centro Materno-Infantil de Campo de Ourique (seção de higiene mental), os dois primeiros centros psicopedagógicos portugueses (uma na Voz do Operário, outro no Colégio Moderno), o Colégio Eduardo Claparède (privado), o Centro Infantil Helen Keller, Liga Portuguesa de Deficientes Motores, Associação de Educação pela Arte, Centro de Pedagogia Experimental – A Casa da Praia, Movimento da Escola Moderna, Centro de Saúde Mental Infantil de Lisboa.

Sendo a infância uma área querida para João dos Santos, foi criador ou co-criador de instituições ligadas de alguma forma à educação especial. Dessa forma, conforme refere Holanda (2016), ao colaborar com essas instituições, demonstra o seu interesse por tudo o que se refere ao sentido da vida e à possibilidade de um crescimento construtivo da vida do indivíduo em sociedade.

Os autores sentem necessidade de desenvolver um olhar mais atento à pessoa com deficiência, vendo-a como um todo, como alguém que, com as suas características, faz parte de uma família e socialmente também desempenha um papel. Concorde-se, por isso, quando diz que “a ideia de irrecuperabilidade não faz sentido para mim”, nem para nós. Cada dia é uma oportunidade para nos levantarmos e “talvez aprender a brincar, a trabalhar com as crianças no plano do jogo, aprender a recuperar a infância” (SANTOS, 2000, p. 179) e a acreditar que, com afeto, empenho, disponibilidade para me dar e estar com o outro, tendo a capacidade de esperar pelo tempo certo. E nesse tempo essa flor vai desabrochar. A capacidade para acreditar na realidade que parece utópica é essencial.

Estratégias de Desenvolvimento e de Aprendizagens em João dos Santos para a Criança e sua Inserção na Vida

João dos Santos aborda a sua teoria tendo como ponto de partida alguns acontecimentos pormenorizados da sua vida. A vida pessoal a entrar na vida profissional ou vice-versa. Existe uma valorização atribuída à criança, desde o seu nascimento. A vinculação sempre referida como primordial entre mãe e filho. Quando falamos de gravidez e de nascimento, estamos a falar do pai e da mãe.

Duas pessoas com histórias de vida diferentes que se unem para fazer um só caminho, mas, com expectativas e desejos diferentes para aquele ser que vai nascer, e esse acontecimento vai modificar as suas vidas para sempre.

A história a dois nunca mais será a mesma, pois as dificuldades sobre a forma como veem o mundo só nesta altura se vai fazer sentir com mais intensidade.

Até porque o primeiro objeto de amor é sempre a mãe, é com ela que se estabelece a primeira relação, a mais próxima e a mais direta. O pai é sempre o terceiro, é sempre o outro, que vem separar aquele idílio inicial, mas é dessa separação que nasce a cultura (SANTOS, 2000, p. 83).

João dos Santos tendo em conta as dificuldades das famílias, sobretudo das que deparam com uma criança que apresenta algum tipo de problemática, ou que, passado algum tempo do seu nascimento, parece apresentar um desenvolvimento mais lento ou diferente do esperado, propôs a origem das várias instituições mencionadas anteriormente, para dar resposta às necessidades de todos.

No campo das necessidades, João dos Santos parece ter como matriz de fundo, embora sempre presente, o afecto. Ele refere: "Em saúde mental devemos colocar no primeiro plano da nossa acção a vigilância das relações afetivas elementares." (SANTOS *apud* CARVALHO e BRANCO, 2010, p. 103). Estas relações afectivas serão o que poderá ajudar a fornecer a estrutura de base de atitudes que podem promover a autoestima e a relacionar-se socialmente, mais tarde, como se pode ver nos excertos seguintes:

[...] a criança precisa de reconhecer a sua imagem no espelho modelar que os pais e os educadores lhe oferecem. Ora, esse reflexo especular é construído por aquilo que são e pelo modo como, relacionando-se com a criança, a levam a sentir-se digna de amor e amada por eles. (CARVALHO e BRANCO, 2010, p. 104).

"A criança joga afectivamente com as pessoas como com os brinquedos, para fazer a sua aprendizagem da vida social." (SANTOS, *apud* CARVALHO e BRANCO, 2010, p. 107)

Além da base da autoestima, tão falada em saúde mental, o afecto relaciona-se com as vivências educacionais da criança, aliás, "[...] só se aprende a ler nos livros quando os signos que se decifram têm significado de afecto e de comunicação." (SANTOS, *apud* CARVALHO e BRANCO, 2010, p. 106).

Percebe-se das ideias de João dos Santos, que o afecto é um elemento essencial na vida interior, mas Carvalho e Branco (2010, p. 111) completa, sempre na matriz do primeiro autor:

[...] a relação e o afecto são os alicerces da construção interior e da prática de uma vida saudável e solidária: crescimento equilibrado; relação-comunicação que conduz ao alargamento e ao aperfeiçoamento dos conhecimentos e valores; alegria de viver e desbloqueio do que emperra a capacidade de imaginar, pensar e criar; luta para adquirir, para si mesmo e para os outros, o que é necessário para crescer e gozar de

saúde, educação e liberdade; interesse indefectível pela sorte da criança, porque a criança é futuro do Homem; capacidade de guardar no coração a sabedoria e a inspiração dos que amámos e já partiram." (CARVALHO e BRANCO, 2010, p. 111).

Na relação entre educador e criança, podem-se sentir momentos de instrução rígida e sem qualquer acompanhamento emocional, podendo resultar numa educação sem atender a personalidade, individualidade e até a intimidade do educando. O afecto aparece assim como meio e como fim para a aquisição de conhecimentos e de modelos de identificação.

A educação deve ter por base o amor pela criança e o afecto, ligados ao ensino das matérias. Sem atividade recíproca do mestre e do aluno, sem relação afectiva e compreensão humana dos sucessos e dos fracassos, o ensino não é educação, é adestramento. Quando a criança se sente desprotegida e afectivamente abandonada na escola, não há prelecções magistrais ou lições de moral que resolvam os seus problemas emocionais e de adaptação. O mestre deve, por isso, ter condições para ser companheiro afectuoso e constante de todas as horas felizes e amargas, e deve poder dar ao seu educando um exemplo de bondade e camaradagem, porque, se for céptico e não atento afectivamente às suas necessidades, fornecer-lhe-á um modelo de adulto e de sociedade que ele será forçado a descrever e hostilizar." (SANTOS apud BRANCO, 2010, p. 112).

Num contexto dos valores que vigoram na nossa sociedade - tanto agora como na época de João dos Santos – em que a preocupação é o sucesso, sob qualquer preço.

Também não sei definir sucesso escolar... Não posso alhear-me de que há uma exigência administrativa, e uma exigência social e familiar, de que as crianças tenham aproveitamento escolar. Não sou contra isso, mas a mim preocupa-me mais o bem-estar e a satisfação que as crianças podem tirar do trabalho escolar. Seria preciso definir trabalho escolar. (SANTOS, 2000, p. 207).

E mesmo para os pais que não se importam com o sucesso a todo o custo, é natural, que, durante a gestação de um filho, um dos principais desejos é o de um filho saudável, que apresente um desenvolvimento similar ao das outras crianças. Quando os bebês já nasceram no coração dos pais e das mães, mesmo antes de estarem nas suas barrigas, isso é esperança no futuro. No entanto, quando deparam com a realidade, em que o filho desejado tem uma ou mais deficiências, muitos sentimentos contraditórios e duros podem emergir.

A depressão e ansiedade da mãe, cujo filho nasce com alguma deficiência ou começa a demonstrar no seu desenvolvimento que algo não está bem, influenciam profundamente a relação dos pais com o filho e dos próprios pais entre si. Por motivos de inconscientes sentimentos de culpa, eles tornam-se, muitas vezes, extremamente permissivos ou, pelo contrário, intransigentes. Quando não podem, pela gravidade da situação ou pela fragilidade do seu Eu, suportar a culpabilidade, o problema é iludido e a criança é inconscientemente

rejeitada. As atitudes da mãe são reforçadas pelas do pai e vice-versa. De qualquer forma, estes comportamentos impedem o jogo normal das gratificações e frustrações e têm, como consequência, a dificuldade da dinamização dos processos evolutivos de mentalização da criança.

Num ambiente de superproteção, a criança que apresenta alguma problemática, sente-se constantemente observada, o que corresponde a uma espécie de clausura. Dadas estas limitações específicas de clausura, a criança não pode, às vezes, observar e experimentar convenientemente o mundo à sua volta.

É aqui que faz sentido aos autores que os profissionais que se envolvem no contacto com o outro diferente estejam inteirados da complexidade do desenvolvimento da criança, além das características comuns às pessoas que vivem com limitações. Só deste modo parece possível a atitude empática defendida por João dos Santos, de sentir e perceber como o outro nos faz conviver com as vivências da nossa infância e do nosso desenvolvimento. A partir do trabalho do técnico nas vivências do seu desenvolvimento, poder-se-á entender melhor as dificuldades do outro e assim, fornecer estratégias de desenvolvimento e facilitar as aprendizagens necessárias à realização pessoal e vivência plena do outro, promovendo uma vida digna inserida no meio que a envolve.

Além do mais,

[...] o essencial das aquisições educativas obtêm-se antes da entrada para o jardim-escola: o autodomínio, o andar, o falar, o trocar afetos... O preconceito educativo que consiste em agir como se a pedagogia e a didática superassem a educação maternal, são, no momento presente, tanto nos países menos apetrechados como nos mais evoluídos o principal obstáculo à aplicação dum programa largo de recuperação integrada na saúde mental (SANTOS, 2013, p. 174).

Quando existe algum comprometimento relacionado com a saúde mental, de causa genética ou orgânica precoce podem, pelos mesmos condicionamentos do ambiente, ser atingidos por perturbações emocionais e psíquicas, que se acrescentam à sua anomalia de base. Em nenhuma das situações referidas, podem os problemas emocionais da criança ser resolvidos apenas por serviços competentes, sem a participação ativa da família e da comunidade.

Da comunidade também fazem parte os vários serviços da comunidade, entre eles a escola. É o local onde as crianças passam mais tempo. Deve ser um tempo de qualidade.

Referindo Coito (2013) que menciona Stainback (1999), as salas inclusivas surgem de uma filosofia própria em que todas as crianças podem aprender a

fazer parte da vida da escola e da comunidade pois, quando a diversidade existe, ela deve ser valorizada, porque fortalece e oferece a todos maiores e diferentes oportunidades para a aprendizagem.

O princípio da inclusão sustenta uma escola que acolha todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. E “a inclusão é também permitir que cada pessoa tenha oportunidades de escolha e decisão.” (CORREIA, 2003, p. 12). Implica igualmente valorizar as particularidades de cada criança e atender a todos na escola sem nenhum tipo de preconceito ou estereótipo, pressupondo um trabalho diferenciado, individualizado e, como refere Coito (2013, p. 85) citando Ainscow, “baseia-se na crença de que as mudanças metodológicas e organizativas que têm por fim responder aos alunos que apresentam dificuldades, irão beneficiar todas as crianças”.

Existem diversos documentos assinados por várias entidades para que se possa, de facto, ter uma escola/ uma sociedade para todos. Segundo Coito (2013, p. 86) elencam-se alguns:

- ✖ Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtien, Tailândia, 1990) – produziu uma Declaração assinada por cerca de 60 países;
- ✖ “Norma sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiências” (1993);
- ✖ Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais (Salamanca, Espanha, 1994) – que originou uma Declaração com representantes de 92 países e de 25 organizações internacionais;
- ✖ Fórum Consultivo Internacional para uma Educação para Todos (Dakar, Senegal, 2000);
- ✖ “Declaração de Madrid” (2002). Todos estes documentos orientadores sugerem uma “educação para todos”, impulsionadora do sucesso de todas as crianças e de cada uma, apoiados em princípios de direito e não de caridade, de igualdade de oportunidades e não de discriminação, seja ela positiva ou negativa.

E como nos refere a autora, todos estes documentos orientadores sugerem uma “educação para todos”, impulsionadora do sucesso de todas as crianças e de cada uma, apoiados em princípios de direito, e não de caridade, de igualdade de oportunidades e não de discriminação, seja ela positiva ou negativa. E apesar de todos os escritos, acordos e legislação vigente referindo, os direitos e deveres das crianças, bem como a preocupação dos profissionais para com a exequibilidade dos mesmos, para Niza e Coito (2012, 2013), as crianças têm sido,

desde sempre, as principais vítimas de exclusão, principalmente, as crianças cujas incapacidades são decorrentes de deficiências orgânicas ou funcionais.

Conclusão

Reflete-se o quão importante é o papel da mãe e do pai, na educação e aprendizagem de uma criança, além da pessoa com deficiência. Expõe-se como a deficiência pode afetar a vida e dinâmica de uma família, levando a adaptações que se inexistentes, podem levar a problemas no seio da saúde mental e da inserção da pessoa na comunidade. Para os profissionais que, no seu trabalho, lidam com a deficiência, refere-se a importância de se inteirarem da complexidade do desenvolvimento da criança dita normal, para ter a atitude defendida por João dos Santos de nos colocarmos ao nível da criança, sempre com afecto, permitindo a aquisição de conhecimentos e modelos interiores. Referem-se uma série de enquadramentos referentes à inclusão escolar e comunitária da criança com deficiência, embora se sinta que ainda há um percurso a fazer.

Referências Bibliográficas

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1981.

BARROS, E. *Andar na Escola com João dos Santos: Pedagogia Terapêutica*. 2. ed. Editorial Caminho, 1999.

CARVALHO & BRANCO, M. E. *João dos Santos: Saúde Mental e Educação*. Lisboa, Editora: Coisas de Ler, 2010.

CASTILHO, C. *Os Sentimentos na Ponta dos Dedos*. Lisboa: Edição Centro Educacional Doutor João dos Santos – Casa da Praia, 2016.

CASTRO NEVES, M. *Não os Desiludas: Histórias da Escola*. Lisboa: Livros Horizonte, 2011.

COITO, MB. Autoconceito profissional dos educadores de infância e atitudes face à educação inclusiva. Instituto de Educação da Universidade de Lisboa: Lisboa, 2013.

COLL, C. *Desenvolvimento Psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas. v. 3, 1995.

CORREIA, L. *Educação Especial e inclusão: Quem disser que uma sobrevive sem a outra não está no seu perfeito juízo*. Porto: Porto Editora, 2003.

HOLANDA, P. *Laços Familiares, Infância e Educação no Olhar de João dos Santos*. In: Congresso de História da Educação, 8, promovido pela Sociedade Brasileira de História da Educação, 2015.

_____. João dos Santos: o Psicanalista de Lisboa. In: HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho e MORATO, P. *Pedagogia Terapêutica, Diálogos e Estudos Luso-Brasileiros sobre João dos Santos*. Fortaleza: Edições UFC, 2016.

NIZA, S. Sérgio Niza. *Escritos sobre Educação*. Lisboa: Edições Tinta-da-china, 2012.

SANTOS, J. *Se não sabe porque é que pergunta?* Conversas com João Sousa Monteiro. Assírio & Alvim: Lisboa, 2000.

SANTOS, J. *A Casa da Praia: o psicanalista na escola*. 4.ed. Livros Horizonte, 2007.

_____. *Prevenir a Doença e Promover a Saúde*. Lisboa: Coisas de Ler, 2013.

_____. *Ensaio sobre Educação – I: A criança quem é?* Edição de Product Solutions Catalysis Ltd. Edição para Kindle, Maio de 2016.

_____. *Ensaio sobre Educação – II: O Falar das Letras*. Lisboa: Livros Horizonte.

STAINBACK, S., Stainback, W. *Inclusão: Um guia para educadores*. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE AFETIVA DA CRIANÇA A PARTIR DA PEDAGOGIA TERAPÊUTICA DE JOÃO DOS SANTOS

Cieusa Maria Calou e Pereira

Neyla Shirley Costa e Silva Moreira

Regiane Rodrigues Araújo

Simone Vieira de Mesquita

Introdução

João dos Santos, médico e psicanalista português, nasceu em Lisboa, em 15 de setembro do ano de 1913. Faleceu no dia 16 de abril de 1987 (LOBO, 2016). Foi co-participante da fundação da Sociedade Portuguesa de Psicanálise e pesquisador da Psicologia Genética e da Psicopedagogia. Teve como foco principal de seu trabalho a criança, primordialmente no âmbito escolar, suas dificuldades de aprendizado, bem como o ensino especializado. Preocupou-se, portanto, com o funcionamento mental da criança. Atinente a saúde mental destas, criou, inclusive, a seção de Higiene Mental do Centro de Assistência Materno-Infantil Sofia Abecassis e o Colégio Eduardo Claparède. Foi professor de Educação Física, realizou diversas contribuições à Medicina, à Psiquiatria, à Psicopedagogia e à Educação, pois foi atuante nesses diversos setores.

Percebe-se na obra de João dos Santos *Ensaio sobre Educação – I: A criança quem é?* que não há um conceito pronto de criança, isto é, quem é a criança? Ou a criança quem é? João dos Santos suscita nos seus leitores o interesse em descobrir quem é a criança. Ao longo da obra supracitada, verifica-se que o universo infantil está sendo desvendado aos poucos, a partir de considerações que não impõem uma definição, entretanto, significam muito, pois representam o oposto da repressão, dos excessos cometidos contra a infância, desde os tempos primeiros.

Posto isso, este trabalho tem o objetivo de apresentar o Pensamento Santiano relativo à criança e a sua educação, bem como a contribuição de João dos Santos à Pedagogia Terapêutica.

A metodologia adotada no presente estudo é uma pesquisa qualitativa, de cunho teórico e bibliográfico, a partir da própria obra de João dos Santos e ainda de textos, recortes bibliográficos de alguns estudiosos, como Barros (1999), Branco (2013) e Holanda (2015), no intuito de contemplar significativamente as realizações de Santos, especialmente a Pedagogia Terapêutica.

Nessa perspectiva, é possível perceber que João dos Santos tenciona libertar a mente de educadores e pesquisadores dos velhos paradigmas, posto que não define, de forma pronta e acabada, a criança. Buscou, antes, adentrar no universo

infantil, observando-o, compreendendo-o através de sua profunda dedicação à criança, principalmente no contexto familiar e escolar. Desse modo, percebe-se que o Pensamento Santiano é uma constante reflexão sobre: A criança quem é? A criança e a família. A criança e a escola. Sobre o papel da afetividade no desenvolvimento da criança e a saúde mental desta. Pois, declara João dos Santos que a criança não é um adulto pequenino, portanto, precisa de acompanhamento de especialistas, sendo sua maior especialista a mãe, amando, cuidando, observando e educando o seu filho:

[...] A criança não é um adulto em ponto pequeno, necessita, portanto, de especialistas que acompanhem o seu desenvolvimento físico e mental. [...] A grande especialista da criança é a mãe. Tudo quanto o homem tem de essencialmente humano e fez parte da sua estrutura, aprende-o ele com a mãe. [...]. (SANTOS, 1991, p. 69).

A criança é um ser em desenvolvimento físico e mental e especialmente a mãe é quem conhece, observa e se preocupa com o filho. Apoiando-o no seu processo de significados e ressignificados, uma vez que grande parte de tudo aquilo que o homem sabe, aprende essencialmente com a mãe.

Ainda no tocante ao bem-estar social e mental da criança, a família e a sociedade devem promover segurança para que a criança possa desenvolver-se plenamente, em ambiente equilibrado, harmonioso, já que, no contrário disso, formar-se-á, no porvir, um adulto problemático, cuja saúde mental e adaptação na sociedade estarão comprometidas. A família desempenha um papel primeiro e de extrema importância na vida de uma criança. Os laços de afetividade e o ensinamento dos pais dos valores éticos, morais e socioculturais, serão o sustentáculo daquele ser por toda a sua vida e partirão, inicialmente, daqueles que são percebidos e apreendidos dentro de casa.

Na escola, o sujeito amplia suas relações sociais, prosseguindo o seu aprendizado, que também será estruturante para o ser adulto.

João dos Santos finaliza essa ideia declarando que não existem educadores perfeitos, no entanto, se a criança convive com pais e mestres, num ambiente de diálogo, em que a verdade e a espontaneidade possam manifestar-se, criar-se-á, certamente, um adulto seguro, independente e participativo, como nos apresenta Santos:

A defesa da criança dependente fundamentalmente do bem-estar social, pois não é possível separar o homem em devir do ambiente de segurança ou de insegurança em que ele se desenvolve. Bem-estar social não significa estagnação ou tranquilidade beata, mas possibilidade de agir e de dialogar. O bem-estar do homem, no plano individual depende da forma como a sua personalidade se estruturou durante a infância. [...] tudo quanto podemos afirmar é que não há educadores perfeitos e quando há pretensos educadores perfeitos os seus produtos são 'casos patológicos'. Tudo quando podemos

aconselhar, no estado atual dos nossos conhecimentos é que cada um eduque com verdade e espontaneidade. Que os educadores sejam personagens reais e não autômatos, eruditos e sofisticados. (SANTOS, 1991, p. 69).

João dos Santos foi muito feliz em afirmar que a defesa da criança depende imprescindivelmente de seu bem-estar social, pois o ser humano já nasce imerso numa sociedade, por isso está suscetível ao ambiente em que vive, quer seja este seguro ou inseguro. É um aspecto inexorável da vida de qualquer pessoa nascer e encontrar-se rodeada por aspectos sociopolíticos, culturais e econômicos. Não significa dizer que não se deva mudar o *status quo*. A sociedade é um dínamo e cada um em particular é um dínamo de si mesmo. Em vista disso, cabe aos adultos proporcionar às crianças um local harmonioso, em que seu desenvolvimento seja íntegro, física e emocionalmente e, no porvir, profissionalmente.

Logo, justifica-se o conhecimento do pensamento de João dos Santos para que os educadores possam estar presentes, atentos às mudanças e participantes do processo de crescimento pessoal da criança, ajudando-a no construto de sua personalidade, com amor, espontaneidade, autonomia e valores éticos. Libertando-a dos medos e da opressão daqueles que não entendem o que significa ser alguém, já que a sociedade está preocupada em aparentar erudição, sofisticação através do ter e não do ser.

A Criança quem é?

A obra de João dos Santos é um convite à ponderação sobre os problemas que acabam por dificultar a vida da criança e àquilo que pode ser feito para modificar esse quadro. Dessa maneira, Santos afirma que cedo a criança encontra obstáculos para se manifestar espontaneamente em relação à arte. Ele reflexiona se o adulto algum dia permitiu que a criança fosse completamente espontânea, pois, desde muito cedo, esta vem sendo reprimida, condicionada, padronizada pela cultura a qual está inserida,

Ao entrar para a escola a criança vê, portanto, cerceada espontaneidade das suas manifestações... A minha dúvida é se, na verdade, a criança é alguma vez totalmente espontânea e se não há muito cedo uma repressão que a impede de se manifestar plasticamente. Logo na segunda infância, a criança começa a ser refreada nas suas expressões de espontaneidade (a isto chama-se repressão dos educadores contra os impulsos da criança). [...] (SANTOS, 1991, p. 149).

Isso demonstra que pais e educadores nem sempre têm consciência de que estão coibindo os impulsos dos filhos e dos alunos. Acreditam que promovem disciplina, pois seria uma desordem total a criança, espalhar tinta, sujar-se, manipular barro, por exemplo, sem regras, sem a devida vigilância. Isso causaria uma anarquia, na visão de pais e educadores. Quando, na verdade, o objetivo

da arte é a libertação dos desejos e dos sentimentos reprimidos. É uma das formas mais produtivas e agradáveis de expressar a criatividade. Desde muito cedo, vem sendo reduzida a algumas paletas de cores, a determinados trabalhos que não sujam e que não promovem indisciplina, pois a criança não pode se sujar e fazer bagunça, tampouco barulho, durante uma atividade artística.

Outro ponto importante a ser considerado são os castigos na educação. Santos inicia sua argumentação indagando aquele que é responsável pela educação das crianças, indivíduos em formação:

1º- No respeito que nos deve merecer uma personalidade em formação, qual é, em sua opinião, o método pedagógico que mais convém: o da repressão que proíbe, ameaça ou castiga, ou o da plena liberdade de ação? Ou, ainda, uma atitude eclética? Fundamentar a opinião. 2º- Que aspectos devem revestir a cooperação entre a escola e a família? 3º- Que pensa das vantagens da educação artística da criança, no sentido de despertar as suas aptidões e contribuir para uma melhor formação da sua personalidade? (SANTOS, 1991, p. 33).

Verifica-se, a partir do que foi exposto, que João dos Santos tenciona chamar a atenção daqueles que cuidam, ensinam e que participam ativamente da formação da criança para uma realidade de extrema violência, de outro modo, a prática do castigo, da ameaça e das proibições.

Como é possível uma sociedade ativa, consciente, criativa e crítica, assentir e basear-se em tais atitudes? Condutas comprovadamente contraproducentes, porque, através da violência, é improvável a edificação do bem-estar, do desenvolvimento vigoroso e das relações amenas.

Se a criança em tenra idade escuta a todo instante: a ti nada é permitido! Não e não! Sem que se explique o motivo daquele não, como o homem de amanhã será autônomo, se desde cedo, a sua liberdade ficou restrita a regras infundadas?

Acredita João dos Santos que o castigo deveria ser banido da educação, pois fica caracterizado como vingança. O aluno entende que o professor exerce toda a sua autoridade, seu poder, através da violência, pois se sente ferido. Complementa que não se deve deixar de tomar medidas restritivas, quando necessário, mas se deve deixar claro que não se age em função própria, mas em defesa da liberdade dos demais companheiros, do espírito de grupo e da lei social. Ou seja, quando necessário, as medidas restritivas, devem apresentar valor educativo e não punitivo, violento, constrangedor e vingativo. De modo que tais atitudes ajudam na formação do homem do futuro, mais independente, centrado, ciente de que tem direitos, no entanto, tem deveres a cumprir para com o grupo social. E a atitude pedagógica de liberdade, de respeito e de responsabilidade não deve limitar-se à educação artística, mas sim a todo ato

pedagógico, para que a criança se sinta apoiada, de maneira plena a afirmar sua personalidade e integrar-se na sociedade em que vive.

Os pais e professores, a sociedade de um modo geral, precisam garantir o bem-estar da criança, em um ambiente tranquilo, equilibrado, democrático, ameno, ou seja, saudável, para que a criança possa crescer integralmente.

A criança, por conseguinte, é aquele ser que vai se desenvolvendo, construindo seus conhecimentos, sua individualidade, isto é, seu próprio eu e tudo que levará para a vida adulta. A Pedagogia Terapêutica de João dos Santos inicia um novo processo de cuidar de outra criança, seu(s) filho(s) e ou alunos: amar, proteger, deixar que viva em conjunção com a dignidade, o respeito, que conviva também com a cultura, mas que a transforme, colaborando para um mundo mais humano e pacífico.

A Afetividade na Educação da Criança

Apresentamos a seguir os estudos de João dos Santos sobre a educação infantil e a influência marcante do emocional nas atividades intelectuais. Chama-se a atenção para o fato de que João dos Santos integrou dois valores profissionais, de Professor e de Psicanalista, para entender e analisar dimensões importantes para o desenvolvimento humano, a cognição e a afetividade.

Barros (1999) fundamenta que João dos Santos intuía a relação estreita entre funcionamento do plano emocional e do intelectual. Para ele, João dos Santos percebia que o insucesso tinha a ver com o nível de inteligência ao enfatizar que:

Realmente a inteligência também é quantificável e importante na aprendizagem escolar, mas, o campo que mais me interessa, no sucesso ou insucesso das crianças, é a inteligência-qualidade; qualidade do que é afetivo ou afetivo, do que é fantasma e fantasia, do que é imaginário ou mítico no pensar da criança e, sobretudo, do que é sonho e atividade simbólica. (BARROS, 1999).

Em vista disso, percebe-se que Santos ressalta que a inteligência-qualidade é oportunizada pela afetividade, que, por sua vez, influenciará a criatividade da criança, isto é, a sua capacidade de sonhar, de fantasiar e de construir a atividade simbólica.

De acordo com Branco (2010), João dos Santos ainda esclarece que são os laços afetivos, as condições ambientais e familiares que dirigem as oportunidades para o desenvolvimento de cada indivíduo, ou seja, o desenvolvimento da criança deve ser orientado para a integração da criança na família, na vida e na escola para o sucesso da aprendizagem.

Vale lembrar os mestres que, com seus estudos, contribuíram e influenciaram as ideias e estudos de João dos Santos, como Piaget, que considerava os aspectos cognitivos do desenvolvimento da criança. Por outro lado, Henri Wallon que, pelo convívio com João dos Santos, exerceu maior influência.

Wallon defendia uma aprendizagem dialética que envolvesse o corpo e as emoções em sala de aula e, por fim, propôs um estudo da pessoa completa em suas dimensões cognitivas, afetivas e motoras:

O meio é um complemento indispensável ao ser vivo. Ele deverá corresponder a suas necessidades e as suas aptidões sensório-motoras e, depois, psicomotoras. Não é menos verdadeiro que a sociedade coloca o homem em presença de novos meios, novas necessidades e novos recursos que aumentam possibilidades de evolução e diferenciação individual. A constituição biológica da criança, ao nascer, não será a única lei de seu destino posterior. Seus efeitos podem ser amplamente transformados pelas circunstâncias de sua existência, da qual não se exclui sua possibilidade de escolha pessoal... Os meios em que vive a criança e aqueles com que ela sonha constituem a "forma" que amolda sua pessoa. Não se trata de uma marca aceita passivamente. (WALLON, 1975, p. 164-165, 167)

Ainda dois outros estudiosos contribuíram com o pensamento de João dos Santos: Arnold Geisell e Sigmund Freud. Arnold Geisell foi pioneiro da teoria maturacional, anunciando que o desenvolvimento da aprendizagem se dá por determinantes genéticos e maturacionais. Também defende que as crianças se desenvolvem sozinhas, como falar, brincar e raciocinar, com a maturidade da idade. Já Sigmund Freud, segundo Holanda (2016), seria a base da formação psicanalista, como vemos abaixo:

João dos Santos tem sua formação psicanalista. [...] Ele desmitifica que o lugar da Psicanálise se restrinja apenas ao consultório dos analistas e os coloca na escola, na comunidade e também na sala de aula, a serviço da educação e de uma maior compreensão do desenvolvimento infantil [...]. (HOLANDA, 2016, p. 58).

Dessa forma, João dos Santos vai apresentando sua obra fundada na educação infantil e na saúde mental das crianças, defendendo uma educação voltada para formar os jovens, com vista a um futuro promissor e feliz na sociedade. Para tanto, entende a importância do envolvimento da família, bem como da relação entre a cognição e o afeto para que a aprendizagem possa ser livre, e não forçada, baseada no que a criança deseja e prende sua atenção.

Nessa perspectiva, João dos Santos chama atenção para o cuidado com a família, inclusive a mãe, que deve ser protegida, e todos do núcleo familiar têm algo a deixar e ensinar ao outro, como vemos nas próprias palavras de João dos Santos:

São as pessoas que nos permitem o deslocamento dos afetos mais diretos que actuámos, primeiro, para com os pais, depois, para com os outros personagens privilegiados, como os avós e os tios [...]. Que os homens da família, os meus inúmeros tios, tiveram uma importância grande na minha formação, é um facto para mim ausente. Com a tia Elvira aprendi a comunicar na espiritualidade poética. Com a tia Virgínia, a apreciar a inteligência dos homens cultos e a cultura que vem nos livros. Com a tia Virgínia Farpelinha aprendi o catecismo. Com a tia Cecília, o amor pelos animais. Com a tia Ermelinda aprendi a apreciar os petiscos; fazia filhós, na véspera de Natal, quando eu ia almoçar com ela. Com a tia Aurora aprendi a ler como já contei, e outras coisas da vida, que talvez venha a contar. Com a prima Amélia, que era como se fosse minha tia, aprendi a povoar o meu espaço e a minha imaginação com aquilo que eu próprio crio e com as obras de criação que me oferecem aqueles que estimo. (SANTOS p. 104-105).

Isso é o que João dos Santos denominou de família alargada. Segundo o autor, esse apoio seria fundamental na constituição da subjetividade da criança e do seu mundo subjetivo em movimento, porque na vivência com os pais aprende a amar e a viver de forma segura, capaz de aprender e ter afetividade. A este respeito, Holanda (2017) fundamenta:

A convicção de que deveria trabalhar para a saúde mental e educação da criança coloca João dos Santos sintonizado com a multiplicidade das maneiras de abordar a criança e se debruça na compreensão da família. Para ele, não existia receita miraculosa para entender a criança, pois sua formação psicanalítica estava ali para demonstrar que essa compreensão viria, por vias que se recortam e se complementam. (HOLANDA, 2017, p. 9).

Carvalho (2003) explica o Pensamento Santiano com relação à expectativa social da instituição família. Declara que, para João dos Santos, a família deve ser provedora dos princípios básicos formadores do ser humano, isto é, cuidados, proteção, aprendizados dos afetos, construção de identidades, vínculos de pertencimento, que possibilitam qualidade de vida aos partícipes daquele grupo específico, bem como a inclusão destes na comunidade e na sociedade. Entretanto, nem sempre a família corresponde às expectativas iniciais, por vezes, esta inviabiliza o desenvolvimento saudável e integral de seus membros. Sendo assim, Carvalho aponta que o contexto familiar pode fortalecer ou esfacelar as possibilidades e as potencialidades de tal desenvolvimento:

A maior expectativa é de que ela produza cuidados, proteção, aprendizados dos afetos, construção de identidades e vínculos relacionais de pertencimento, capazes de promover melhor qualidade de vida a seus membros e efetiva inclusão social na comunidade e sociedade em que vivem. No entanto, estas expectativas são possibilidades e não garantias. A família vive num dado contexto que pode ser fortalecedor ou esfacelador de suas possibilidades e potencialidades. (CARVALHO, 2003, p. 15).

Visto isso, fica claro que o papel da família na vida de seus membros é o de proteger, cuidar, ensinar valores, dar amor e contribuir na formação da

identidade. Os vínculos familiares são, sobretudo, em ambiente harmonioso, local de fortalecimento das potencialidades das pessoas que lá convivem.

Pedagogia Terapêutica de João dos Santos: a Educação do Pensar e Sentir

A obra do professor e psicopedagogo João dos Santos traz para a discussão o cuidado com a educação e a saúde da criança. Ressalta, na pedagogia terapêutica, a valorização e ação da família, o convívio em sociedade e as relações com as crianças, fundamentadas no afeto e respeito, que lhes dará segurança e capacidade para acreditar em si próprios e nos outros, resultando no seu crescimento. Branco (2013) esclarece que, em relação a esse aspecto, João dos Santos ressalta:

[...] pede aos pedagogos, que partindo da observação e estabelecendo com ela [a criança] uma relação de empatia e interesse pela pessoa que ela é, antes de se interessarem pelas suas dificuldades, se apoiem em conhecimentos teóricos, técnicos e em práticas de psicologia desenvolvimental, a que chama "Pedagogia Terapêutica". Conceito através do qual mostra que esta Pedagogia, investida com espontaneidade e autenticidade no sucesso da aprendizagem e no interesse pelo bem-estar e alegria dos educandos, tem igualmente efeitos terapêuticos, podendo mesmo, se necessário "voltar atrás e retomar o fio da meada", para ajudar a reparar as falhas precoces que dificultam o seu desenvolvimento. (BRANCO, 2013, p. 84).

Dessa forma, João dos Santos acredita em uma intencionalidade pedagógica centrada na vida. Sua abordagem é fundamentada em um saber a partir da sua formação e da sua vida profissional. Entende-se que, da sua graduação em Educação Física, compreendeu a motricidade. Coursou medicina, especializou-se em pedopsiquiatria. Também em sua obra faz uma reflexão sobre a psicanálise, porém adverte: "a teoria e a prática psicanalista podem interpretar os fenômenos educativos, mas não os orientar. As teorias estranhas a pedagogia não devem, não podem inspirar a práxis pedagógica." (SANTOS, 1983, p. 18).

É importante esclarecer que a Psicanálise estuda o psíquico que envolve a vida interior, experiências únicas, o inconfessável, e a educação favorece as relações, ou seja, a partir das suas fantasias ou das suas histórias, a criança entende da vida e do mundo. Isso demonstra o imbricamento dessas áreas, Psicanálise e Educação, para entendermos a Pedagogia Terapêutica. Inclusive, Holanda (2015) escreve que a obra de João dos Santos traz uma reflexão da teoria Psicanalista quando desmistifica o lugar da Psicanálise apenas no consultório e João dos Santos a coloca na escola, na sala de aula, a serviço da educação para a compreensão do desenvolvimento infantil.

Por isso, faz-se necessário que os profissionais observem as crianças antes de lhes ensinarem o que foi estabelecido nos seus planos, porque ter compreensão do mundo da criança, seus desejos, sua realidade, conduzirá a resultados

eficientes, que transformarão o ensino e a aprendizagem. Observa-se na Pedagogia Terapêutica que se enfatiza a observação por possibilitar a compreensão da pessoa nas suas relações com o mundo, com os outros, consigo mesma, na imagem que constrói da sua própria vida.

Outra articulação que é contemplada na Pedagogia Terapêutica é entre a Psicologia experimental e a Pedagogia, segundo Barros (1999), ao citar que,

A psicologia deve enriquecer-se com a experiência pedagógica como a pedagogia com a psicologia. O psicólogo deve estudar a criança no seu meio natural e não na situação artificial de laboratório. O trabalho que se propõe à criança não é fecundo se não corresponder a uma necessidade do seu desenvolvimento. (p. 102).

Dessa forma, segundo o mesmo autor, constata-se o paradigma conectivo quando, no Centro de Pedagogia Experimental, Casa da Praia, foi implementada a Pedagogia Terapêutica, que envolvia e se utilizava da perspectiva clínica, da compreensão psicológica, da aplicação pedagógica e da educação familiar. Apesar de João dos Santos enfatizar e referir-se à instituição designadamente a instituição educativa como meio para cumprir a pedagogia terapêutica. E, no caso, a pedagogia institucional para João dos Santos é uma base para a reeducação.

Enfim, a escola, como instituição educativa, mereceu, por várias vezes, a atenção de João dos Santos, por acreditar que educação é desafio comunitário, é responsabilidade social e política. Assim, entende-se o ciclo no binômio vida e educação, reconhecido na Pedagogia Terapêutica de João dos Santos.

Conclusão

Ressalta-se a importância do estudo aqui realizado da obra de João dos Santos, visto que conduz a uma reflexão sobre a educação da criança, sua saúde mental, o modelo pedagógico aplicado e a defesa de uma educação baseada no afeto e democracia.

Corroborar-se João dos Santos quando este exalta o paradigma da conexão que congrega saúde, educação, sociedade, e, juntas, formam a vida. Ainda lembra que, para a criança, em particular, a família, a escola e a sociedade são dimensões que dão sentido à educação e à vida.

Faz-se necessário que os educadores se apropriem do saber e pensamento de João dos Santos, da proposta de curar e reeducar, reconhecendo o mérito científico-humanitário da sua obra.

Evidencia-se a importância de outras áreas, como a Psicanálise e Psicologia, para a educação da escola, porém, a Pedagogia fica em primeiro lugar,

instituindo a escola como instituição educativa. Nisso, chamamos a atenção da valorização que João dos Santos nomeou para a escola e, por outro lado, abriu as portas da escola para todas as crianças, mesmo aquelas que os pais não tinham ideia de que seus filhos vivessem uma vida igual a das outras crianças. E essa semente foi plantada por João dos Santos e todo mérito é seu para os casos das crianças excluídas que foram inseridas na sociedade.

Conclui-se, de pleno acordo, que a educação deve estar fundamentada no afeto, respeito e amor, e que os pais são parceiros fortes na pedagogia terapêutica. Os educadores devem se envolver e conhecer a criança. Procurar sentir e fazê-lo sentir e, sobretudo, deixá-lo pensar.

Reverencia-se a obra grandiosa de João dos Santos pela preocupação com o outro, cuidando e educando principalmente a criança, convidando a criança que está em nós a participar desse momento pelo qual todos passamos.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Walter da Rocha. Representações sociais sobre família e classes sociais. Recife, 2003.

BARROS, Eulália. Andar na Escola com João dos Santos: Pedagogia Terapêutica. 2. ed. Editorial Caminho, 1999.

BRANCO, Maria Eugénia Carvalho e. *Vida, Pensamento e Obra de João dos Santos*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000.

_____. João dos Santos: a saúde mental infantil em Portugal – uma revolução do futuro. Lisboa: Coisas de Ler, 2013.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. *O lugar da família na política social*. São Paulo: Cortez, 2003.

HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho. O Olhar de João dos Santos Sob os Laços Familiares, Infância e Educação. In XXIV COLÓQUIO AFIRSE, Lisboa, Fevereiro de 2017.

LOBO, Paula Grijó dos Santos Maia. *Um Contínuo Tecer de Afetos*. In: _____. Material de aula do curso Introdução ao Pensamento de João dos Santos: estudo sobre a Pedagogia Terapêutica. <http://hbn.multimeios.ufc.br/moodle/>. Acesso: 27 out. 2016.

SANTOS, João. *Ensaio sobre Educação - I: A Criança Quem É?* 2. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1991.

_____. *Ensaio sobre Educação - II: O Falar das Letras*. In: MAGALHÃES, Justino. *Do cuidar, educando: revisitando João dos Santos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983b. <https://joaodossantos.net/contributos/do-cuidar-educando-revisitando-joao-dos-santos/>. Acesso: 02 nov. 2016.

WALLON, Henry. *Psicologia e educação da infância*. Lisboa: Editora Estampa, 1975.

O MÉTODO INTERVENTIVO DA PEDAGOGIA TERAPÊUTICA E O INSUCESSO ACADÊMICO DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS: DIÁLOGOS POSSÍVEIS A PARTIR DE UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Luiza Eridan Elmiro Martins de Sousa

Evaldo Cavalcante Monteiro

Maíra Maia de Moura

Introdução

João dos Santos e colaboradores inauguraram, em 1975, a instituição “Casa da Praia”, em Portugal, destinada à saúde mental infantil, com foco na perturbação específica da aprendizagem. Funcionou como centro de pedagogia experimental integrado ao Centro de Saúde Mental Infantil de Lisboa, também este fundado por João dos Santos. Instituição privada sem fins lucrativos, a “Casa da Praia” destina-se ao apoio sociomédico-psicopedagógico de crianças que apresentem dificuldades de aprendizagem por razões emocionais e/ou comportamentais. Para Santos, as crianças têm, em geral, subjacentes problemas de ordem emocional e afetiva que se refletem em uma dificuldade ou incapacidade de enfrentar as tarefas e exigências escolares (RAMOS, SILVÉRIO & STRECHT, 2005).

João dos Santos definiu quatro pressupostos para a instituição “Casa da Praia”, que se completam entre a compreensão psicológica do desenvolvimento infantil e a aprendizagem: a função maternal, os problemas afetivos, o papel da fantasia e o papel da família. Tais pressupostos regem a Pedagogia Terapêutica que objetiva dar respostas aos problemas afetivos e conflitos internos promovendo, assim, uma reestruturação do ‘Eu’, desbloqueando processos cognitivos que estejam cristalizados e afetando o desenvolvimento potencial para o aprender (BARROS, 1999).

No entanto, para que se consiga ultrapassar as dificuldades, o local de vida e de aprendizado, no caso deste estudo, o ambiente universitário, deve ser equilibrado e harmonioso, lembrando um toque maternal (RODRIGUES *et al*, 2003). É fundamental criar um ambiente de segurança que permita uma estabilidade emocional, pois “a segurança traz conhecimentos, os conhecimentos aumentam a segurança.” (SANTOS, 1990).

A partir destes pressupostos, o método interventivo da Pedagogia Terapêutica investe na observação sistemática do sujeito e de seus resultados evolutivos. Os meios utilizados são, sobretudo, a qualidade da relação estabelecida, que deve estimular a autoconfiança de forma a potencializar a autoestima, tornando o aluno capaz de transitar dos conhecimentos escolares para os acadêmicos. Isso por meio de uma filosofia baseada na “arte de curar e

de educar”, ou seja, na ideia de que, na sua base, a psicologia e a pedagogia enriquecem uma à outra (BARROS, 1999).

Para Santos (1990), as dificuldades de adaptação derivam de perturbações emocionais e psíquicas que já se encontram demasiado organizadas e fixadas na pessoa e que necessitam de uma intervenção terapêutica e pedagógica. Por meio desta, o jovem estudante pode ser ajudado nos desafios acadêmicos pela presença do terapeuta que o estimula e permite que ele reconheça os seus próprios erros, enfatizando a inteligência-qualidade, isto é, a qualidade do que é afetivo ou afetuoso, do que é fantasma ou fantasia, do que é imaginado ou mítico, do que é sonho e atividade simbólica.

Assim, sendo a Pedagogia Terapêutica um método que investe na arte de curar e de educar, este artigo propõe uma leitura da experiência do Serviço de Psicologia voltado a estudantes universitários de uma instituição de ensino superior pública federal, a Universidade Federal do Ceará, *campus* de Quixadá. À luz dos pressupostos da metodologia de João dos Santos, busca-se mostrar como o método interventivo da Pedagogia Terapêutica vem se mostrando adequado para o trabalho com questões que envolvam situações de bloqueio no processo de aprendizagem atual e no percurso escolar prévio ao ingresso à universidade, potencializando no aluno sua capacidade para integrar os conhecimentos necessários para completar seu ciclo de estudos, graduando-se.

Metodologia

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi a revisão de literatura da obra de João dos Santos e de seu método, Pedagogia Terapêutica, para a qual tomou-se como referência as obras dos autores: Barros (1990, 1999), Branco (2000), Rodrigues *et al* (2003), Ramos, Silvério e Strecht (2005), Ramos e Silvério (1999), Santos, J. (1982, 1983, 1990, 2007) e Mendonça (2003).

Acerca do insucesso/fracasso acadêmico do estudante do ensino superior, foram utilizados os estudos de: Vieira (2007), Correia (2003), Tinto (1993), Coulon (2008), Almeida e Soares (2003), Polydoro (2000), Cerchiari *et al* (2005).

À luz das teorias dos autores citados, buscou-se compreender como a Pedagogia Terapêutica, enquanto método interventivo, surge enquanto proposta adequada no trato dos alunos com insucesso acadêmico e baixo rendimento, que buscaram o Serviço de Psicologia da instituição pública de ensino superior na qual estudam, durante o biênio de setembro de 2014 a setembro de 2016.

Ao material teórico levantado, incluíram-se a experiência enquanto psicóloga da instituição, além das observações, anotações e estudos de caso, visando obter uma compreensão completa do fenômeno analisado, unindo teoria e prática. Combinaram-se, assim, dados da literatura teórica e dados de relatos de experiência e observações enquanto executora do Serviço de Psicologia na instituição.

Breve Introdução ao Trabalho de João dos Santos e sua Obra

Nascido a 15 de setembro de 1913, em Lisboa-Portugal, João dos Santos foi filho único de uma família modesta. As suas experiências pessoais impulsionaram toda sua trajetória profissional, suscitando o interesse pela educação e pela pedagogia (MENDONÇA, 2003). Suas pesquisas debruçaram-se sobre a origem das dificuldades de aprendizagem da leitura e escrita, associando-as a falhas precoces relacionais entre a criança, a família e o meio (BRANCO, 2000).

Em 1929 ingressou no Instituto Superior de Educação Física, curso que lhe permitiu aliar o gosto pelo esporte e pela pedagogia. Trabalhou com crianças dos bairros pobres de Lisboa e colaborou na reeducação daquelas que apresentavam problemas de desenvolvimento (BRANCO, 2000).

Licenciou-se em Medicina pela Faculdade de Lisboa em 1939. Entre 1940 a 1945 fez sua especialização em Psiquiatria Geral, centrando sua formação na visão dinâmica da Psiquiatria Geral e Infantil, alicerçada na Psiquiatria e na Pedopsiquiatria Psicanalítica, tendo trabalhado com grandes nomes da psiquiatria e da psicologia infantil como: Henri Wallon, Julian de Ajuriaguerra e André Berge. Estudou a importância das emoções na construção do caráter das crianças e o trabalho de reeducação com aquelas portadoras de deficiência e com história de delinquência (BRANCO, 2000).

Segundo Goldschmidt (2005), João dos Santos pressupunha que a criança deveria ser compreendida e tratada em função de si própria, respeitando sempre a sua individualidade, particularidades e suas circunstâncias. No modelo da Pedagogia Terapêutica, as crianças são vistas na sua totalidade e inseridas nos seus vários contextos. O funcionamento psicológico é sempre levado em consideração, bem como a compreensão dos conflitos internos e as dinâmicas familiares experienciadas.

João dos Santos desenvolveu vários centros, associações e instituições como o Centro Infantil Helen Keller, Liga Portuguesa dos Deficientes Motores, a Associação Portuguesa de Surdos, a Sociedade Portuguesa de Psicanálise e uma seção de Saúde Mental no Centro Materno-Infantil José Domingos Barreiros e o Centro de Saúde Mental Infantil de Lisboa. Em 1975, fundou a "Casa da Praia" –

Externato de Pedagogia Terapêutica, com o intuito de estudar e dar resposta a crianças com problemas de aprendizagem escolar. Nela, desempenhou as suas funções até à data da sua morte, no dia 16 de abril de 1987 (BRANCO, 2000; MENDONÇA, 2003).

Conforme exposto, o nome de João dos Santos está fortemente associado à renovação da Saúde Mental Infantil em Portugal, de uma Psiquiatria Infantil clássica (com os rígidos diagnósticos e o tratamento medicamentoso / farmacológico) para uma Pedopsiquiatria de Orientação Psicodinâmica, com implicação direta da família, da escola e da comunidade e, acima de tudo, da própria criança (BRANCO, 2000). Preconiza, então, que a saúde mental e a educação são inseparáveis, na medida em que a educação precoce contribui para o desenvolvimento mental harmônico do sujeito.

A Pedagogia Terapêutica Enquanto Método de Intervenção

Pari passu ao surgimento da “Casa da Praia”, surgiu o modelo de intervenção: Pedagogia Terapêutica. Este método de trabalho partia da observação sistemática da criança e da avaliação dos seus resultados evolutivos. A referida metodologia interventiva era aplicada a crianças com dificuldades de aprendizagem temporárias, para que conseguissem se integrar na escola regular e acompanhar os seus pares (BRANCO, 2000; RAMOS *et al.*, 2005).

A Pedagogia Terapêutica é considerada a *arte de curar* bloqueios no processo de aprendizagem, tomando por base o interesse e a motivação das crianças, respeitando os seus ritmos individuais, para a condução de uma melhor aprendizagem (BRANCO, 2000). Trata-se de um método de ensino orientado para proporcionar ao indivíduo um desenvolvimento saudável, de forma progressiva e contínua, tanto no aspecto profissional quanto nas relações sociais. A utilização do método visa o desbloquear de organizações psíquicas desestruturadas, porém já cristalizadas na *psique* do sujeito, por meio da escuta e da observação sistemática sobre o significado dos sintomas, dos bloqueios e das resistências que ocorrem no plano educativo e que refletem e se expressam no comportamento ou nas dificuldades de aprendizagem escolar (BARROS, 1999).

A sua intervenção se sustenta em um pilar que é: a relação. O objetivo de sua atuação é melhorar e potencializar o funcionamento afetivo e cognitivo da criança por meio da relação estabelecida com o educador (RAMOS *et al.*, 2005). Nesse sentido, a atitude terapêutica surge na tentativa de resolução das problemáticas que estão na origem da desadaptação da criança, a partir do

fornecimento de condições propícias à cura de forma espontânea (SANTOS, 2007).

Os estudiosos da Pedagogia Terapêutica a entendem como uma metodologia de intervenção que proporciona à criança um espaço de segurança que a organiza e promove a reconstrução de sua autoestima, estimulando a sua curiosidade para novas aprendizagens. Ela utiliza meios da pedagogia como instrumento de projeção do pensamento infantil, tendo em vista uma melhoria do funcionamento afetivo e cognitivo. E é terapêutica por considerar as reais necessidades da criança, bem como a fase de comunicação em que ela se encontra e a relação que estabelece com o educador; pois é sabido que as produções da criança expressam seu funcionamento mental (RAMOS *et al*, 2005).

Para Santos (1983), problemas de ordem emocional e comportamental estão associados às dificuldades de aprendizagem, cuja origem parece estar relacionada com dificuldades no seio familiar, em grande parte, em falhas na relação mãe-filho. Logo, o método da Pedagogia Terapêutica é um regresso às origens que remete ao momento de ruptura que pode estar na raiz das dificuldades manifestadas pelas crianças, permitindo uma atuação a este nível.

A intervenção é efetuada por intermédio de uma atitude pedagógica e relacional, que possibilita ultrapassar o bloqueio ao aprendizado. A relação é, assim, o ponto de partida e onde se sustenta a intervenção. É esta capacidade relacional do educador-profissional-pedagogo que lhe permite integrar e conter as projeções afetivas da criança, numa tentativa de desbloquear os processos cognitivos e retomar o fluxo da possibilidade e da potência do aprendizado. De acordo com Santos (1983), é necessário dar segurança e respeitar o tempo que cada um precisa para evoluir de uma relação aprendida na família e considerada a mais elementar e básica, para uma relação indireta, que se aprende com a entrada para a escola e que inclui a simbolização e a abstração fundamentais ao aprendizado.

Neste sentido, Ramos *et al* (2005) apontam que a criança, quando desvalorizada e bloqueada, necessita de um ambiente acolhedor e de sentir que alguém se interessa e se importa com ela, que valorize as suas capacidades em detrimento das suas dificuldades e fracassos. Daí que o modelo interventivo da Pedagogia Terapêutica de João dos Santos torna-se adequado quando se pensa em situações de desvalorização e bloqueio no processo de aprendizagem e no percurso escolar prévio ao ingresso à universidade e que parecem estar relacionadas ao fracasso acadêmico do estudante universitário.

O Insucesso Acadêmico do Estudante Universitário

O insucesso acadêmico do estudante universitário deixou de ser encarado como um fenômeno isolado à responsabilidade do aluno e passou a ser considerado como um fenômeno social. Ele configura-se como falência ou fracasso de um projeto cuja instituição escolar é o referencial (VIEIRA, 2007). Neste aspecto, analisa Correia (2003), que o insucesso escolar culmina como um problema social por impossibilitar que um determinado nível de qualificação, essencial para participação do indivíduo no meio social, seja atingido no período de tempo esperado.

As limitações de ordem intelectual e cognitiva são um reflexo do insuficiente capital cultural da nova classe de alunos que têm adentrado à universidade. Muitos deles são estudantes provenientes de camadas populares e enfrentam imensas dificuldades de leitura, interpretação, escrita e até mesmo de entender o vocabulário dos professores. (ÁVILA, 2011, p. 759).

Logo, falar de insucesso universitário é falar de alunos que, semestre a semestre, não conseguem transitar para o nível seguinte ou, mesmo que consigam, têm um rendimento e aproveitamento baixo, atrasando muitas disciplinas. De acordo com Correia (2003), esta situação conduz a um prolongamento da frequência no ensino superior, chegando mesmo a situações extremas de abandono do curso.

Ainda segundo o autor, a faixa etária dos 18 aos 25 anos - do "jovem adulto" - é um período marcado por mudanças no desenvolvimento psicossocial, moral e valorativo que, com a entrada no ambiente universitário, traz desafios adicionais relacionados à vida acadêmica, social, vocacional e profissional. Desafios que tanto podem potencializar quanto dificultar o amadurecimento pessoal e o rendimento acadêmico.

Assim, tem-se que os anos iniciais da vida universitária são marcados por um período de adaptação ao cotidiano da academia, exigindo maiores responsabilidades, inclusive, para alguns, a preocupação de manter-se em outra cidade, longe dos familiares. A transição do ensino médio para a educação superior impõe ao estudante uma mudança em sua rotina, tendo em vista que a realidade do ensino médio é bem diferente do cotidiano de uma graduação. Além disso, concomitantemente às mudanças no contexto educacional e da estrutura pedagógica de aprendizado, há ainda as transformações e desafios característicos da juventude e da entrada no mundo adulto (COULON, 2008).

Passar do status de aluno para o de estudante universitário implica afiliar-se a um novo status social; é como aprender um novo ofício – o ofício de estudante. E essa deve ser a primeira empreitada do novo estudante quando chega à universidade, sob pena de, caso não aconteça, destinar o ingressante a um possível fracasso (ÁVILA, 2011, p. 758).

Para Almeida e Soares (2003), o contexto do ensino superior exige que o estudante desenvolva uma série de características e habilidades antes não utilizadas e que não se restringem às tarefas curriculares, por exemplo: o estabelecimento de um sentido de identidade, o desenvolvimento de relações interpessoais maduras, a assunção de novos papéis sociais e responsabilidades, o comprometimento com objetivos pessoais e profissionais, ou seja, uma série de desafios e metas típicas da juventude enquanto fase do desenvolvimento psicossocial. Desafios por meio dos quais o jovem explora possibilidades que contribuem para a formação da sua identidade, sendo este um momento em que dele se exige novas respostas para novas situações de vida que precisam ser organizadas, internalizadas, definidas e direcionadas.

Percebe-se que, além dos fatores de estresse acadêmicos, ambientais ou relacionais dessa fase, há também fatores de estresse pessoais significativos (BOHRY, 2007; POLYDORO, 2000). Para Fernandes *et al* (2005) as exigências de um novo contexto de aprendizagem desempenham uma função desenvolvimental, na medida em que desafia os recursos pessoais dos estudantes e cria oportunidades de mudança, bem como possibilita a ampliação de um novo repertório comportamental.

De acordo com Tinto (1993), a integração acadêmica pode ser medida através do desempenho na forma de notas e em termos do desenvolvimento intelectual vivenciado na universidade. As notas são uma recompensa explícita e extrínseca, já o desenvolvimento intelectual representa uma forma mais intrínseca de recompensa, sendo um aspecto integrado ao desenvolvimento pessoal e acadêmico do estudante.

No caso deste estudo, as maiores motivações para a busca pelo Serviço de Psicologia de um *campus* da Universidade Federal do Ceará, em Quixadá, durante o biênio 2014-2016, foram de duas naturezas: *conflitos psicológicos* de caráter mais pessoal, caracterizado por uma busca pelo modelo clínico de “cura”) e *dificuldades de aprendizagem* e de estudos, sinalizando a busca de uma explicação psicológica e de uma solução para lidar com os entraves que resultam e que advêm da situação de insucesso acadêmico. E a perspectiva teórica e metodológica da Pedagogia Terapêutica, enquanto “arte de curar e de educar” tem vindo colaborar com esses alunos na medida em que suas demandas colocam aspectos da psicologia e da pedagogia em diálogo, mostrando-se como método interventivo possível e viável para lidar com o fenômeno do insucesso acadêmico do estudante universitário.

O Método Pedagogia Terapêutica com Estudantes Universitários: uma Proposta Interventiva

João dos Santos considerava que o ato educativo deve atender, com especial ênfase, à relação/comunicação que permita a troca de sentimentos, emoções e conhecimentos, através das mais variadas formas de expressão, bem como de fazer emergir os sentires, as experiências, os saberes e as motivações. Segundo Ramos & Silvério (1999), o que se procura é a busca do sentido de aprender por meio da estimulação e da ligação dos saberes, das vivências e das experiências de cada aluno, do conhecimento de si e das suas dificuldades, mas, também, das suas potencialidades (quem sou, onde estou, do que sou capaz, como posso vencer os obstáculos e alcançar meus objetivos etc) aliados à aprendizagem do viver em conjunto.

No caso dos estudantes universitários, em que a expressão oral é a mais utilizada, valoriza-se o dito pelo aluno, sem julgá-lo. Durante os encontros com o profissional psicólogo, busca-se criar um espaço seguro para que o aluno possa desbloquear certos medos ou traumas que o impedem de acreditar na sua capacidade de aprender e se graduar. Como forma de expressão, estimula-se a manifestação das vivências acadêmicas e pessoais, o sonho, a fantasia, o saber e o não saber de cada um. Mais que desenvolver uma organização de si, por vezes é necessário ajudar a construir um 'Eu', muitas vezes, arrasado por conta dos constantes fracassos em notas e provas. Falar sobre isso permite a projeção e a reorganização de conflitos, medos e fantasias que bloqueiam o aprendizado e o impedem de ir além.

Os estudantes universitários com histórico de fracasso acadêmico encontram-se, grande parte das vezes, perdidos diante da avalanche de notas baixas, não sabem qual caminho tomar, sentem-se frustrados, sendo fundamental assumir com eles um novo projeto acadêmico a partir da realidade atual, estimulando-os e motivando-os a retomar o caminho dos estudos. Como atividade prática junto ao aluno, estabelece-se com ele um organograma com uma nova rotina de estudos e de vida, para que, aos poucos, vá retomando o incentivo e investimento em atividades que lhes são significativas e que incluam e envolvam o aprender, construindo o sentido da sua aprendizagem. Refletir e construir um cronograma de estudos é uma atividade aprimoradora da percepção espaço-temporal, na qual o aluno exercita a capacidade de planejamento, organização e gestão do tempo.

O ingresso do ensino superior se apresenta ao indivíduo como uma nova realidade que necessita de um período de socialização e aprendizagem das regras e normas (entendidas como elemento mediador e facilitador das relações

interpessoais), sendo que a integração em atividades desenvolvidas em vivências coletivas centradas em ideias, projetos ou acontecimentos de conteúdo afetivo são de grande relevância, pois, conforme afirmam Ramos & Silvério (1999), elas facilitam a interiorização do sentido da cooperação, da responsabilização e da autonomia, colaborando para a construção do sentido de si (identidade) e, conseqüentemente, do sentido do aprender.

Segundo Cerchiari *et al* (2005) “a falta de confiança na capacidade de desempenho/autoeficácia desencadeia tensão ou estresse psíquico” e o adoecimento psíquico relaciona-se ao fato de estudantes com que apresentam problemas psicológicos ou perturbações em níveis incipientes podem se agravar

[...] no decorrer do primeiro ano, ao esforço de adaptação ao novo modelo de vida e a mobilização de disposições mórbidas pré-existentes pela sobrecarga dos alunos que conseguiram ingressar na universidade sem base. (CERCHIARI et al, 2005, p. 416).

A neurose é a forma como cada um se organiza, utilizando-se de mecanismos de defesa para lidar com a própria ansiedade. Para Santos (2007), os sintomas reativos dependem da evolução interna do sujeito e da sua neurose, mas a neurose do sujeito está em grande parte condicionada pela neurose dos pais e são expressas, mesmo que inconscientemente, em suas práticas educativas para com os filhos. O estudante vem acostumado a se comportar de modo a reagir à neurose do adulto e do meio onde convive e, a partir disso, organizar a sua própria neurose.

Ocorre que estes sintomas reativos ou neuróticos têm uma faceta angustiante ou depressiva perante a antecipação dessa angústia, geradora de ansiedade. A maior parte desses sintomas pode transformar-se em traços da personalidade do adolescente ou adulto, ou até mesmo numa neurose de caráter ou numa psicopatia (SANTOS, 2007).

No caso do estudante universitário, essas neuroses surgem geralmente quando o indivíduo foi ou está sendo novamente exposto a um grau excessivo de obrigações e exigências educativas, para as quais ainda não possui as estruturas suficientemente organizadas. Isso resulta, pois, em instabilidade e atrasos no aprendizado, baixas notas, baixa autoestima, desmotivação com o curso, vontade de abandonar os estudos, alimentando o circuito neurótico preexistente.

No caso dos estudantes que passaram pela experiência do insucesso acadêmico e que buscaram o Serviço de Psicologia se queixavam, em sua maioria, de dificuldades de aprendizagem e assimilação dos conteúdos, dificuldade em concentrar-se e manter a atenção nas aulas, problemas de

comportamento/socialização expressos através de inibição e/ou timidez, insegurança e/ou baixa autoestima, além de instabilidade emocional etc. E para lidar com a ansiedade e a tristeza advindas da frustração frente ao baixo rendimento, os universitários recorreram ao apoio psicológico.

Segundo Andaló (1998), do psicólogo que desenvolve sua atividade em uma instituição educacional exige-se vocação e empenho numa intervenção especializada para o desenvolvimento integral, bem como participar na definição de estratégias e na aplicação de procedimentos de orientação educativa que promovam o acompanhamento do aluno com foco no seu percurso escolar. O papel do psicólogo consiste, deste modo, em intervir em nível psicológico, por meio da observação, orientação e apoio, bem como na participação nos processos de avaliação multidisciplinar e no desenvolvimento de programas e ações de aconselhamento individual ou de grupo; na colaboração no levantamento de necessidades da comunidade educativa, com o fim de propor medidas de prevenção adequadas, participando ainda em experiências pedagógicas.

Assim, no âmbito da utilização da metodologia Pedagogia Terapêutica, ao psicólogo cabe uma postura de fortalecer o suporte emocional do estudante universitário com o objetivo de diminuir ou aliviar seu sofrimento, restabelecendo o seu bem-estar e equilíbrio emocional. De forma complementar, mas fundamental, o psicólogo na instituição intervém ainda com os docentes, através de reuniões ou orientações, o que permite aos professores uma compreensão mais integrada, holística e abrangente do universitário e do meio que o envolve.

Em termos de estratégias utilizadas, as linhas de intervenção podem passar por um apoio pedagógico-terapêutico em grupo ou apoio pedagógico-terapêutico individual de intensidade variável, dependendo das necessidades específicas do aluno, dos docentes e da comunidade acadêmica como um todo. O encaminhamento para outro serviço ou instituição também pode ser uma decisão tomada, sendo realizada de imediato ou após uma observação mais prolongada junto ao estudante.

De acordo com Santos (2007), devido ao sofrimento ou mesmo à angústia causada pelas relações íntimas dos pais, a criança é forçada a fazer um recalamento destas relações e dos sentimentos ambivalentes em relação às figuras de cuidado, esse recalamento impede que as simbolizações sejam expressas e simbolizadas, impossibilitando o desenvolvimento afetivo-emocional de base da inteligência. Com o bloqueio do componente imaginário da

linguagem, a capacidade de simbolização e metaforização dos aspectos emocionais e afetivos ficam, também, comprometidas.

As dificuldades de aprendizagem do estudante universitário, tomando-se a perspectiva da Pedagogia Terapêutica, resultam de uma multiplicidade de fatores que suscitam dos sintomas reativos a estes bloqueios. A instabilidade, o bloqueio e a imaturidade são exemplos de sintomas reativos que podem se tornar patológicos conforme o estudante não tenha construído um suporte adequado para organizar seu psiquismo e lidar com as demandas e responsabilidades do ambiente acadêmico e da transição para a vida adulta.

Parte significativa dos universitários que vêm passando por tentativas e frustrações na vida acadêmica, resultando em insucesso e baixo rendimento, apresentam, no momento da busca pelo Serviço de Psicologia, estruturas depressivas e uma imagem frágil de si próprios, baixa autoestima, desvalorização pessoal e desinvestimento nas aprendizagens escolares anteriores e atuais, expressando o seu mal-estar interior por meio da busca pelo psicólogo ou de trancamentos de disciplinas e até da evasão.

Neste contexto de atuação e intervenção, a Pedagogia Terapêutica vem se mostrando promissora na medida em que busca tecer, junto com o aluno, uma visão evolutiva de si nas suas múltiplas ligações relacionais, tomando em conta o que ela foi no seu passado e no que revela no agora, considerando todos aqueles que o rodeiam, suas relações parentais-familiares, com o outro e com o meio. Por meio dela, busca-se mais do que a construção de um hábito de estudos, mas do “sentido de aprender”, através da valorização dos saberes e das vivências de cada aluno, do conhecimento de si, das suas dificuldades e potencialidades.

Considerações Finais

Do exposto, foi possível considerar que o insucesso acadêmico, encarado como um fenômeno social por impossibilitar que um determinado nível de qualificação no período de tempo esperado, tem se tornado comum em universitários, resultando em um rendimento e aproveitamento baixo, reprovações, atrasos de disciplinas, desmotivação, evasão etc. Alia-se a isto o fato de que a inserção na vida acadêmica ocorre geralmente na fase de desenvolvimento marcadamente caracterizada pela juventude, a qual é permeada de desafios ao amadurecimento pessoal e ao rendimento acadêmico, na medida em que põe em xeque os recursos pessoais dos estudantes ao mesmo tempo em que cria oportunidades de mudança.

E para lidar com esse contexto de mudança, os pressupostos da Pedagogia Terapêutica de João dos Santos mostraram-se ser de grande valia na atuação junto ao universitário, pois propõem uma intervenção em nível psicológico por meio da orientação e do apoio individual, bem como através da participação nos processos de avaliação multidisciplinar e no desenvolvimento de programas e ações institucionais e preventivas. Observou-se, ainda, que as estratégias utilizadas fundamentadas na valorização do que é dito pelo sujeito, sem julgamentos, funcionam como um espaço seguro para que ele desbloqueie medos ou traumas, tornando-se capaz de acreditar em si e na sua capacidade de aprender, motivando e estimulando e dando suporte nos momentos de crise e dificuldades.

A estimulação da expressão das vivências acadêmicas e pessoais, o saber e o não saber de cada um, permite ao aluno, em relação e em um espaço em que é possível falar sobre seus conflitos, medos e fantasias, desenvolver uma organização de si, constituindo-se. Com efeito, a Pedagogia Terapêutica mostrou-se enquanto ferramenta importante na medida em que busca fortalecer o suporte emocional do estudante universitário, diminuindo ou aliviando seu sofrimento e restabelecendo o sentido e, conseqüentemente, a capacidade de aprender.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, L. S., & SOARES, A. P. Os estudantes universitários: sucesso escolar e desenvolvimento psicossocial. In: E. MERCURI, & S. A. J. POLYDORO (Orgs.). *Estudante universitário: características e experiências de formação*. Taubaté: Cabral, 2003.

ANDALÓ, C. S. de A. O papel do psicólogo escolar. *Psicol. Cienc. prof.*, Brasília, v. 4, n. 1, p. 43-46, 1984.

ÁVILA, R. C. Estudantes de camadas populares e o ingresso na vida universitária. *R. Bras. Est. Pedag.*, Brasília, v. 92, n. 232, p. 757-764, set. /dez. 2011.

BARROS, E. Enquadramento histórico e filosofia orientadora: Pare, Escute e Pense: o Sentir, o Pensar e o Agir na evolução das crianças e dos jovens. In: *ENCONTRO DO CENTRO DOUTOR JOÃO DOS SANTOS, 1 – Casa da Praia, Actas*. Lisboa: Centro Doutor João dos Santos – Casa da Praia, 1999.

_____. MARTA, F., MORATO, P., RODRIGUES, A. João dos Santos e a Pedagogia Terapêutica na “Casa da Praia”. *Revista de Educação Especial e Reabilitação*. Universidade Técnica de Lisboa. Faculdade de Motricidade Humana, v. 1, n. 3, Departamento de Educação Especial e Reabilitação, p. 32-40, 1999.

BOHRY, S. Crise psicológica do universitário e trancamento geral de matrícula por motivo de saúde. 2007. 217 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

BRANCO, M. E. *Vida, Pensamento e obra de João dos Santos*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000.

CERCHIARI, E. A. N., CAETANO, D., FACCENDA, O. Prevalência de transtornos mentais menores em estudantes universitários. *Estudos de Psicologia*. Natal, v. 10, n. 3, p. 413-420, 2005.

CORREIA, T. S. *Insucesso escolar no ensino superior. Estudo de caso: os alunos de licenciatura que se dirigem ao núcleo de aconselhamento psicológico do Instituto Superior Técnico*. Tese Doutorado em Sociologia, Instituto Superior Técnico. Lisboa, 2003, 154 p.

COULON, Alain. *A condição de estudante: a entrada na vida universitária*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia: Edufba, 2008.

GOLDSCHMIDT, T. (s.d.). *A Intervenção com as Famílias num Modelo Integrado*. Lisboa: Centro Doutor João dos Santos - Casa da Praia; texto não publicado, 2005.

MENDONÇA, M. *João dos Santos e a Saúde Mental Infantil*. Interação, 5, 91-111, 2003.

POLYDORO, S. A. J. *O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica do universitário: condições de saída e de retorno à instituição*. 2000. Tese de Doutorado em Educação - Universidade de Campinas, Campinas, 2000.

RAMOS, F., Silvério, I., Strecht, P. Casa da Praia – Uma Experiência de 30 anos. In Castilho, C. & Salgueiro, E. (Edt.). *O Segredo do Homem é a Própria Infância, o Centro Dr. João dos Santos – Casa da Praia: 30 anos depois*. Lisboa: Assírio & Alvim, pp. 97 – 120, 2005.

RAMOS, F., Silvério, I. A Casa da Praia: modelo de intervenção. *"Pare, Escute e Pense"*. Actas do 1º. Encontro do Centro Doutor João dos Santos. Lisboa: Centro Doutor João dos Santos-Casa da Praia, pp. 47-61, 1999.

RODRIGUES, A., Martins, S., Rodrigues, V. *Psicomotricidade e Pedagogia Terapêutica, Relato de uma experiência no Centro Dr. João dos Santos – Casa da Praia*. A Psicomotricidade, Vol. 1, n.º 1. Lisboa: Associação Portuguesa de Psicomotricidade, (pp. 85-96), 2003.

SANTOS, J. Ensaios sobre Educação - I: A Criança Quem É? Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

SANTOS, J. Ensaios sobre Educação - II: O Falar das Letras. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

SANTOS, J. A família e o insucesso escolar. Psicopatologia da organização familiar e dificuldades na iniciação à aprendizagem escolar. *Revista Portuguesa de Psicanálise*, 9, 5-18, 1990.

SANTOS, J. A Casa da Praia – o psicanalista na escola. 4. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

TINTO, V. Leaving college: rethinking the causes and cures of student attrition. 2.ed. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

VIEIRA, C. (Org.); Cristóvão, D. Insucesso escolar na Universidade de Évora. Instrumentos de recolha da opinião: contributos para um diagnóstico. n. 7. Évora: Pró-reitoria para a Política da Qualidade e Inovação, 2007.



II - FAMÍLIA, ESCOLA E CRIANÇA

QUANDO A RELAÇÃO ESCOLA FAMÍLIA ENTRA EM CONFLITO

Tânia Cristina S. A. da Cruz Caeiro

Maria José Barbosa

Quando falamos em criança e infância, não nos podemos referir a esta etapa da vida como uma coisa simples, mas sim como um conjunto de fatores que constituem determinadas posições e ligações que incluem a família, a escola, o pai, a mãe, entre tantos outros que colaboram e participam direta ou indiretamente para que existam outros modos de pensar e viver a infância.

Buscamos neste trabalho refletir sobre a percepção de infância ao longo do tempo, a valorização da mesma, e a importância da ludicidade nas práticas educativas destinadas às crianças, fundamentadas nos princípios da Pedagogia de João dos Santos que foi veemente na defesa da infância e no reconhecimento da importância de considerar suas características no processo educativo.

Olhando bem para trás, para os tempos da Idade Média, podemos quase que firmemente dizer que a criança era vista como um ser que para nada servia a não ser para o entretenimento dos adultos. E quanto mais depressa apresentassem uma maior independência física e mais depressa entrassem na vida adulta e na rotina do quotidiano, melhor. Não havia sequer lugar para tratamento diferenciado, isto segundo a ideia e o estudo de Ariès (1978).

Os comportamentos ditos normais das crianças de tenra idade eram vistos como coisas sem sentido, mas muito engraçadas, que causam riso e boa disposição entre os adultos. Claro que à luz dos nossos dias, Jean Piaget (1975) mostra-nos e elucida-nos que o período sensório-motor, de zero a dois anos, é um período de experimentação de e com tudo o que rodeia a criança. As acções neste estágio não são propriamente intencionais, mas sim por reflexos e é mesmo através destes, que a aprendizagem ocorre.

No período pré-operatório de dois a sete anos, a criança é ainda muito imatura, a sua aprendizagem e o seu entendimento do que existe à volta é ainda muito vago, pois estão ainda virados para o seu próprio “umbigo” e o mundo é algo muito vasto e assustador.

No período seguinte, no Período Operatório Concreto, a criança já começa a ter um entendimento mais concreto dos problemas que vão surgindo e começa a usar a lógica e a imaginação para os tentar solucionar. Claro que quanto mais abstracto o problema for, mais difícil será para a criança solucioná-lo. É aqui, que para mim reside o problema nos dias que correm, também eu acho que a imaginação, a criatividade são impulsionadoras das aprendizagens, das

aquisições e se estimularmos isso em contexto de sala de aula, melhor serão e mais agilizado o pensamento da criança vai ser. Daí a importância de brincar, de aprender a brincar e brincar aprendendo!

Seguindo a lógica de raciocínio primeiramente apresentada, compreendemos então, como a criança era vista na Idade Média em comparação com o conhecimento que temos dela, nos dias de hoje. Sem conhecimento, sem compreensão mínima do que uma criança pode ser e num contexto histórico social muito específico onde a premência em rapidamente participar no quotidiano era o principal foco, a ideia de infância, de crescimento não existia. A criança não passava, portanto, pelos estágios da infância estabelecidos pela sociedade atual. Aliás, podemos mesmo dizer que não existiam nem brinquedos nem brincadeiras.

Outro fator importante era a socialização da mesma, durante a Idade Média. Esta não era como nos dias de hoje, não era controlada pela família e pelos que participam na vida da criança, e a educação destas era garantida pela aprendizagem através de tarefas realizadas juntamente com os adultos. Era no contacto direto com as actividades do quotidiano e com os intervenientes da sociedade, que a dita educação acontecia e se dava. Philippe Ariès (1978) aliás, defende que a criança desta época era vista e sentida como uma completa "ausência de sentimento de infância". Claro que esta afirmação não é despida completamente de sentimento, mas é preciso compreender que não tem de facto o mesmo significado que tem nos dias que correm. A respeito disso, só precisamos de verificar o trabalho de pesquisa de Ariès (1978) e compreender que entre os séculos XII e XX, a sociedade foi criando alternativas e mecanismos que gradualmente valorizaram a infância e com estes, os conceitos e os modelos da mesma, também se modificaram.

É preciso também ter em conta e compreender, como Ariès (1978) compreendeu que o sentido, significado de infância se dá nas camadas mais altas da sociedade (desigualdade que persistiu ao longo dos séculos), porque os mais desfavorecidos, as crianças pobres, sociedades mais baixas, nunca tiveram a sorte nem a condição de poderem ficar numa posição em que algo do género pudesse acontecer. Claro que este assunto vai tendo uma mutação de conceitos e ideias ao longo dos tempos, nomeadamente com a súbita preocupação com a infância e com a criança.

No entanto, apesar de tudo o que foi anteriormente dito, o brincar e a brincadeira são algo que andam lado a lado com a infância, mesmo desde tempos remotos. E é através destas que a criança, mesmo a mais desfavorecida,

vai tendo consciência do espaço que a envolve, do seu meio sociocultural e que vai estabelecendo relações com os demais e aprende efectivamente, porque brinca, porque consegue estabelecer e criar novas ligações mentais. Tal como Glaciene Lyra (2014, p. 3) refere, "o brincar é um precioso momento de construção pessoal e social." A capacidade de desenvolvimento deste aspeto, do aspeto lúdico facilita a aprendizagem e permite um desenvolvimento pessoal, social e cultural. É sob esta visão, que Vigotsky, Wallon e Piaget nos explicam o que é brinquedo, brincadeira e jogo. Tudo está interligado e tudo tem um papel fundamental na construção da criança como ser pensante e como ser social. Se a brincadeira e o brinquedo fazem parte da infância como algo que os estrutura social e mentalmente, o jogo tem também o mesmo peso, com as suas regras, com as suas possibilidades de realização, por exemplo. Os jogos e as canções tradicionais são importantíssimos para a formação da criança porque estes são uma, ou podem ser uma representação dos papéis sociais e ajudam a desenvolver formas de convivência social, perpetuando a cultura infantil, e tal como Kishimoto (1997, p. 38) refere "Enquanto manifestação livre e espontânea da cultura, a brincadeira tradicional tem a função de perpetuar a cultura infantil, desenvolver formas de convivência social e permitir o prazer de brincar".

O século XX caracteriza-se por ser um século de grande evolução nesta matéria onde se valorizou a premência da criança em experimentar, pensar e julgar por si só sobre tudo o que a rodeia e em termos de conteúdo, verificar como esta se opunha à passividade dos mesmos, tornando-se numa pessoa pensante, capaz de argumentar e de arranjar soluções para superar dificuldades, entre outras coisas. Claro que, mais uma vez se caiu num certo exagero, ora a criança e a opinião desta não tem valor nem grande importância, ou então a importância da mesma é demasiado sobrevalorizada.

Foi com este papel que Montessori, Vygotsky, Piaget e Freinet alteraram o panorama da educação infantil, com novos paradigmas e desafios. Quiseram mostrar que brincar ajuda no desenvolvimento afectivo, intelectual, social e físico. É sob este pretexto que afirmam que isto amplia as capacidades e habilidades sociais e que reduz a agressividade, pois há muitas brincadeiras que ajudam o aluno a regular-se.

Segundo Freinet (1896-1966), a aprendizagem deve sair das quatro paredes da instituição escolar, deve ir mais além, deve incluir jogos, músicas, desenho livre, artes manuais, entre outras coisas. É no lúdico que toda a comunidade educativa e não educativa passa a valorizar o brincar e o jogo. A brincadeira é algo de grande importância em todo o processo de ensino e aprendizagem, pois estes podem potenciar, entre tantas outras coisas, o processo linguístico. Os

jogos e brinquedos educativos, para além de estimularem o raciocínio, a atenção, a coordenação motora, a percepção visual e a manipulação é, no entanto, com o brinquedo que a criança se diverte, se envolve emocionalmente e interage, resolvendo e ultrapassando desafios que de outra forma seriam, talvez intransponíveis.

Foi Freinet que deu um novo mote ao jornal escolar, foi com ele que o jornal escolar se tornou numa peça fundamental no processo pedagógico. É aqui que a criança se pode exprimir espontaneamente sem preocupações porque o objectivo deste mesmo jornal é comunicar uma experiência de vida da criança, bem como aumentar a capacidade de trabalho em grupo (que mais tarde se reflecte num trabalho colectivo, numa sociedade). Cada texto e cada desenho que a criança publica é considerado uma obra de arte! E é através de todos estes sentimentos e capacidades inerentes às crianças que estas usam da sua capacidade de julgamento e criatividade. Todo este trabalho vai dar origem à sua posterior autonomia. Quando toda esta "máquina" trabalha, tudo deverá estar adaptado à faixa etária da criança, para que o desenvolvimento infantil seja ainda mais significativo (FREIRE, 1996).

É deste modo que podemos dizer que o que interessa não é o produto final de um jogo, de uma actividade, de um processo, de um ciclo de aprendizagem, mas sim como se deu o processo, que estratégias, que esquemas mentais a criança encontrou, que associações e ligações foi a criança capaz de estabelecer para resolver um problema, um impasse.

A família tem em todo este processo de ensino e aprendizagem, um papel importantíssimo. Como fomos vendo, a criança vai estabelecendo com a família restrita e com os que estabelecem uma relação mais estreita com ela ligações, laços de afectividade, para mais tarde se integrarem na sociedade. A importância da família na mediação com os saberes foi reconhecida por João dos Santos (2016) que considerava um importante espaço de desenvolvimento cognitivo da criança. Claro que ao assumirem este papel, os pais têm de ter consciência do equilíbrio que deve existir entre metodologias aplicadas pelo professor e pelas características de cada aluno. É neste campo que os professores deverão ser os promotores do contexto e das condições de aprendizagem de cada aluno, pois é certo que não há dois alunos iguais e havendo coisas que a uns faz muito sentido, a outros, nem por isso. É nesta perspetiva que o professor deverá assumir uma abordagem diferente das dos demais, usando jogos, músicas entre outras coisas para um fim muito específico. Este caminho deve ser percorrido sem *stresses*, sem grandes angústias para que a criança não se aperceba de um

possível problema, de uma dificuldade, para que possa fazer o seu percurso e a sua descoberta de acordo com o seu ritmo.

O respeito pelo ritmo de cada criança é fundamental para o sucesso escolar. Foi exactamente neste ponto que João dos Santos (2016) foi de facto, inovador, até porque a “irrecuperabilidade” era uma coisa sem sentido e sem nexos. Tudo em pedagogia é recuperável. É o olhar para a diferença e retirar o desequilíbrio. É encurtar distâncias, é suprimir barreiras que separam os ditos bons ou normais, daqueles que têm deficiências. É apostar na igualdade de oportunidades e de direitos. É, numa só palavra, fazer uso da arte! A arte é um veículo magnífico que estimula crianças de uma forma incrível e que por si só, é capaz de realizar pequenos milagres. Isto, se o educador ou o professor se sentir também ele fascinado com o potencial da mesma. É olhar para além, para o futuro, muitas das vezes o resultado não é imediato, é um processo moroso e muitas vezes difícil, mas não impossível e por vezes, aquilo que achamos que é um avanço simples, quase sem ser preciso mencionar tal facto, mais tarde, num futuro próximo, pode dar frutos maravilhosos, tal como o provérbio chinês: “o bater de asas de uma simples borboleta, pode provocar tufão do outro lado do mundo”, quer isto dizer que as coisas simples da vida, simples conquistas poderão influenciar grandemente o futuro da criança, porque ao alterar o curso “natural” das coisas e da criança, esta poderá alcançar vitórias absolutamente brutais, mesmo que para aos olhos dos demais, não seja nada de especial.

Se no início do século XIX a infância, o sentido de infância, tal como a conhecemos hoje, não era uma coisa que chegasse a todos os estratos sociais, e nem sequer faziam sentido então podemos aferir que não era esta, a criança a “carta” de apresentação do sucesso perante a sociedade, mas sim a mulher. A mulher, pela forma como se vestia e pela forma como desfilava pelas avenidas largas de Lisboa com chapéus de dimensão considerável, novos e inovadores, acompanhada pelo seu esposo que também era avaliado pelo tipo de chapéu ou cartola que usava, isso sim, era o “cartão” perante a sociedade de como bem-sucedido aquele homem era. Hoje, a mulher é emancipada, trabalhadora, tentando ainda, em pleno século XXI, ter direitos iguais aos dos homens, portanto neste panorama, o mais provável, mesmo em classes sociais menos favorecidas é ser o filho ou filha, o “certificado” de sucesso dos pais. Esta pressão que sentem na sociedade actual faz com que muitos se intrometam nos assuntos da escola de uma forma muito errada. Muitos dizem que sim, que gostam de saber do processo de ensino e aprendizagem do seu filho, mas a dado momento, porque já não correspondem ao nível dos demais, então começam a pressionar e a questionar o trabalho do professor, pondo muitas vezes em causa todo o

trabalho desenvolvido e quiçá a minar o trabalho do próprio filho. Se verificarmos que os pilares (criança, escola, pais) para uma educação concisa e eficaz, começam a ter pesos errados, podemos apostar que a angústia e a pressão cairão sobre a criança, atingindo grandemente o sucesso da mesma. É este panorama que verificamos cada vez com mais frequência nas nossas escolas.

A preocupação dos pais em darem maior valor ao produto final, do que ao processo em si, mas... dizendo sempre o contrário. O que interessa hoje em dia é o seu filho ou filha terem nota ou média alta para poderem enveredar por determinados caminhos. É no fundo, pedirem aos seus filhos que se “dispam” da capacidade de argumentação, da capacidade de raciocínio, da capacidade de análise crítica, da capacidade autocorretiva, da mobilização de conhecimento, da criatividade, da imaginação entre tantas outras coisas, para serem como todos os outros, inertes na educação, receptáculos de informação e despejo da mesma numa prova, de preferência, presencial. Isto aos olhos de João dos Santos seria um verdadeiro absurdo. Quando tudo o que realmente interessa são as crianças, são as capacidades que ajudamos a estabelecer, a fortalecer e até mesmo a criar, quando somos nós que temos de aprender com a criança, isto é um completo absurdo. Podemos cair, ainda por cima, no impossível, no improvável que é voltarmos atrás no tempo, retrocedermos no que se refere à educação. Sim avançamos muito, fizemos muito e ainda queremos fazer mais, mas para que as coisas ganhem raiz, é preciso sensibilizar professores e educadores, é preciso com muita, muita paciência, reeducar a população educativa e não educativa para que tenham bem em mente o quão importante é a criança, a criança em si! O seu ritmo, as suas necessidades, entre outras coisas.

É este o estado da nação! Apregoamos uma coisa, fazemos outra e mostramos uma outra totalmente diferente, sem haver uma noção do mal que os pais e educadores também podem estar a fazer. O conhecimento que se tem do corpo, das emoções, das artes, das cantigas, jogos e lengalengas tradicionais é importantíssimo para o crescimento e sucesso do aluno ao longo do seu percurso escolar. São estas “armas” que vão fazer a criança crescer e desenvolver-se saudavelmente. São depois, muletas para todo o seu percurso na vida adulta. Se queremos educar para o futuro, devemos então não nos esquecermos que as coisas simples da vida são as que em princípio têm maior importância, pois é nesta base, é com estes recursos que eventualmente criamos futuros cidadãos, cidadão pensantes, activos e participativos na vida social com os demais.

Referências Bibliográficas

ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1981.

SANTOS, João dos. *Ensaio sobre Educação - I: A Criança quem É?* Edição de Product Solutions Catalysis Ltd. 3ª Edição para Kindle, 2016.

FREIRE, João Batista. *Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física*. São Paulo: Scipione, 1996.

ALMEIDA, Anne. *Ludicidade como instrumento pedagógico*. Disponível em: <http://www.cdof.com.br/recrea22.htm>. Acesso em: 12 dez. 2016.

ARANHA, M. Lúcia de Arruda. *História da educação*. São Paulo: Moderna, 1996.

ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1998.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *O jogo e a educação infantil*. São Paulo: Pioneiro, 1994, p. 4, 1997, p. 36 – 38.

LYRA, Glaciene Januário Hottis. A importância de se trabalhar com a ludicidade na educação infantil. Disponível em:

<https://semanaacademica.org.br/system/files/>

artigos/a_importancia_de_se_trabalhar_com_a_ludicidade_na_educacao_infantil.corrigido_1.pdf. Acesso em: 12 dez. 2016.

RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA: ONDE ENCONTRAR O ÊXITO

*Dalievany Marques Barros
Karine Moura de Farias Borges
Paulo Cesar Lopes Cunha*

Introdução

A história da concepção da criança ao longo dos tempos nos mostra que, durante muitos anos, não se deu a devida importância para a criança. As sociedades dos séculos XIII e XIV, observadas nas pinturas desse período, tratavam as crianças como “adultos em miniaturas” (ARIÈS, 1981). Somente nos séculos XVII e XVIII começaram a ser vistas de outra forma, ou seja, as concepções foram se modificando. Essas mudanças, ainda muito restritas, eram oriundas de um novo sentimento familiar. Hoje, sabemos que a criança é um ser dotado de particularidades e cuidados especiais.

As alterações na visão da criança e de como proporcionar uma boa educação para elas, fez com que a escola entrasse nesse cenário para contribuir com a formação das mesmas. Agora ambas, família e escola, precisam manter uma boa relação, onde cada uma possui seu papel no desenvolvimento psíquico, físico, social e cultural. O ambiente familiar deixou de ser o único lugar onde as crianças podem experimentar e desenvolver suas habilidades. A escola, por sua vez, marca definitivamente papel fundamental nessa construção, apresentando para as crianças um saber organizado em diversas áreas do conhecimento.

A boa relação e parceria entre essas duas instituições, pode apresentar fatores favoráveis para uma boa e satisfatória evolução da criança. Porém, o que verificamos ao longo dos anos é que essas duas instituições fundamentais apresentam caminhos paralelos, pautando suas ações conforme seus interesses.

Observam-se atualmente, duas situações, pais displicentes com a formação de seus filhos ou pais que cobram demais e acabam por sufocar com excessos de atividades. Já na escola, observa-se uma preocupação exclusiva com a transmissão dos conteúdos programados e passam a exercer uma “pedagogia da passividade”, conforme descreve Santos (2016), em que a educação caminha para práticas exclusivamente conteudistas, esquecendo-se da formação psicológica da criança.

A Família

A ideia da definição de família, suas características, sua formação etc., é um conceito extremamente volátil e mutável no tempo, acompanhando sempre a evolução da sociedade, costumes e das descobertas científicas, sendo impossível

se construir uma ideia definitiva e fixa do que vem a ser família e suas características. Conforme se pode verificar a seguir:

O grupo familiar tem uma função social determinada a partir das necessidades sociais, sendo que entre suas funções está, principalmente, o dever de garantir o provimento das crianças para que possam exercer futuramente atividades produtivas, bem como o dever de educá-las para que "tenham uma moral e valores compatíveis com a cultura em que vivem" (BOCK, FURTADO e TEIXEIRA 1999, p. 238).

Nesse mesmo sentido, podemos resumir a função da família afirmando que: "a educação moral, ou seja, a transmissão de costumes e valores de determinada época torna-se, nesta perspectiva, seu principal objetivo" (OLIVEIRA, 2002, p. 16).

Wallon (1941) salienta a questão do desenvolvimento a partir do contexto em que o indivíduo está inserido, ou seja, a realização do que foi herdado geneticamente por um indivíduo vai depender das condições do meio, que podem modificar as manifestações das determinações genotípicas, o que é explicitado a seguir:

Objetivo assim perseguido não é mais do que a realização daquilo que o genótipo, ou gérmen do indivíduo, tinha em potência. O plano segundo o qual cada ser se desenvolve depende, portanto, de disposições que ele tem desde o momento de sua primeira formação. A realização desse plano é necessariamente sucessiva, mas pode não ser total e, enfim, as circunstâncias modificam-na mais ou menos. Assim, distinguiu-se do genótipo, o fenótipo, que consiste nos aspectos em que o indivíduo se manifestou ao longo da vida. A história de um ser é dominada pelo seu genótipo e constituída pelo seu fenótipo (WALLON, 1941, p. 49-50).

Para Santos (2016), o processo de subjetivação da criança depende de múltiplos e diferentes fatores e tal processo constrói seu modo de ser e a construção de seus afetos coloca a família no patamar inicial dessa construção, perpassando dos pais e irmãos, posteriormente tios e avós, para depois expandir às demais pessoas do seu convívio.

A Escola

A ideia do papel da família é muito discutida na sociedade e o da escola também possui muitas modificações ocorridas ao longo dos tempos. Mas certamente todos admitem que seja na escola que a criança começa a conviver com o diferente, ao entrar em contato com crianças de diversas culturas, religião, sexo e cor. Passando a respeitar e aprender com as diferenças.

A escola é a instituição que tem como função a socialização do saber sistematizado, ou seja, do conhecimento elaborado e da cultura erudita. De acordo com Saviani (2005), a escola se relaciona com a ciência e não com o senso comum, e existe para proporcionar a aquisição de instrumentos que possibilitam

o acesso ao saber elaborado (ciência) e aos rudimentos (bases) desse saber. É na escola que a criança passa a criar o primeiro círculo de amigos e a perceber que faz parte de uma situação coletiva, aprendendo assim, a dialogar, ouvir, discutir, levantar hipóteses, achar soluções e até mesmo se defender e lutar pelos seus próprios interesses.

Na escola, a criança também aprende a direcionar e utilizar os conhecimentos aprendidos de maneira eficaz, para que sejam aplicados em favor da sociedade e de uma realidade melhor para si e para todos. É no ambiente escolar que irão definir ou direcionar, baseados em seus conhecimentos adquiridos, quais possíveis profissões vão exercer quando crescerem.

Relação família-escola

Tendo uma ideia do papel de cada instituição, podemos aferir que essa relação, mostra certo conflito entre as finalidades socializadoras da escola e a educação familiar. Há uma necessidade de encontrar caminhos para que tanto a família quanto a escola construam valores morais e éticos na conduta de suas crianças.

Acredita-se que o bom desempenho escolar das crianças está diretamente ligado à participação dos pais na sua vida escolar. Já a escola apresenta-se como objeto importante nesse processo e notoriamente, devido à formação dos profissionais que as constituem, é cabível que haja uma iniciativa maior por parte deles para que se estabeleça uma relação harmoniosa e produtiva entre as duas partes envolvidas.

Porém, em muitas situações, os pais acabam por deixar a responsabilidade da educação dos filhos para a Escola e ainda cobram que seja feita adequadamente, da maneira que os mesmos acham conveniente. Os pais esquecem que a escola recebe diferentes alunos, de diferentes culturas, religiões, etnias e sexo e que cada um possui uma forma de adaptação conforme as suas experiências sociais.

É importante que os profissionais de educação colaborem para que, em sala, os alunos possam conviver com as diferenças. Porém, fica extremamente difícil pautar tudo em uma única criança, simplesmente porque os seus pais querem que a escola proporcione a educação da forma que eles exigem. Os pais precisam entender essa dinâmica e participar juntamente com a escola, da formação de suas crianças, construindo um planejamento adequado das atividades para que elas possam obter êxito no processo de aprendizado.

Algumas escolas, por sua vez, acreditam unicamente na concepção de coletividade, não observando as individualidades de cada criança. Professores

classificam os alunos como sendo bons ou ruins unicamente pela nota de prova. Devemos salientar que, devido a lotação das salas de aula dentre outros fatores, o profissional não tem tempo para direcionar as atividades de maneira a observar o desenvolvimento psicológico de seus alunos. Os professores sempre são cobrados para que ministrem os devidos conteúdos e sempre cumprindo o calendário escolar, é algo reivindicado inclusive pelos próprios pais, sem que observem os seus filhos, seu aprendizado, suas aptidões e seu desenvolvimento. E muitas vezes o discurso é simplesmente: nota boa, aprendeu!

Enfatizamos que os pais tentavam definir se seus filhos eram considerados “bons alunos”, almejando que se estivessem em algum quadro de honra, conforme o que segue:

Embora não nos pareça mal que o aluno capaz em todas as matérias seja devidamente considerado e apreciado, julgamos que deve também ser dada a oportunidade de uma honra especial aos que sejam apenas os primeiros em algumas matérias ou em provas de redação e desenho, concursos de xadrez e damas, provas desportivas, cooperação nas tarefas coletivas, etc. (SANTOS, 2016, posição 502, Edição Kindle).

Santos (2016) também acreditava que os professores trabalhando em condições e ambientes satisfatórios poderiam observar melhor as aptidões especiais de cada aluno. Fazia-se necessário um trabalho em conjunto de uma equipe de profissionais que observassem essas questões e que dessem os devidos direcionamentos para alcançarem os objetivos desejados.

Com os “cabos de guerra” entre família e escola, a criança vai ficando à mercê do que lhe é imposto e passa a criar seus próprios conflitos. Essas crianças acabam sendo rotuladas como sendo àquelas que tiram notas boas ou que tiram notas ruins e essa situação ocasiona segregação dentro da própria sala de aula. Em alguns momentos, os “rótulos” não precisam ser necessariamente falados ou explícitos, mas são notoriamente percebidos uns pelos outros, causando assim traumas e até isolamento daquela criança rotulada.

É realmente difícil abordar esse assunto de maneira que nenhum lado seja prejudicado, nem os que tiram notas boas nem àqueles que não se saem bem. Para tanto, faz-se necessário que a família esteja de fato engajada na educação de seus filhos, e ao perceber possíveis eventos, como os relatados, possam em conjunto com a escola, traçar diretrizes para solucionar o problema.

Atualmente podemos perceber que as rotinas de muitos pais são extremamente complicadas. Saem pela manhã e retornam à noite, e assim, a atenção que deveriam dar aos seus filhos, torna-se precária e escassa. O acompanhamento é realizado pelos avós, tios, cuidadores, irmão mais velho ou

até amigos, acarretando assim um distanciamento dos pais nas atividades da criança.

Por outro lado, alguns pais se esforçam para realizar o acompanhamento das atividades escolares das crianças e, mesmo cansados, tentam parar e dar atenção aos filhos nas tarefas, corrigindo caso seja necessário. Porém, a realidade de outros pais não os permite dedicar esse pequeno tempo ao ensino do filho. Eles preferem deixá-los em tempo integral na escola que se submetem ao convívio prolongado com os professores e com o pessoal da escola.

Para as escolas, pode ser um caminho para se observar, melhorar a rotina e os costumes da criança, facilitando o desenvolvimento de metodologias baseadas nas especificações e habilidades de cada uma. Já para os pais, o vínculo afetivo e o parâmetro social familiar que a criança só adquire com o convívio no seio da família e com os pais, torna-se deficitário.

Dificuldades enfrentadas

Os aspectos citados anteriormente podem contribuir para que a criança desenvolva situações problemáticas em sala de aula. Essas crianças podem se retrair e passarem a ter maiores dificuldades em seu desempenho escolar e assim serem caracterizadas como “diferentes” e com isso passarem a ser rotuladas até pelos próprios colegas no ambiente escolar.

Salientamos que não somente os “maus alunos” são rotulados. Há rótulos para bons alunos também, como por exemplo: crianças acima do peso, crianças de etnias diferentes, crianças portadoras de deficiência e muitos outros estereótipos, criados para excluir ou menosprezar. Esse tipo de prática, exercida pelos próprios colegas, deve ser combatido e para isso os pais devem estar atentos a qualquer alteração de humor ou de atitude de seus filhos. Conversas e sondagens precisam ser colocadas em ação constantemente e a qualquer sinal de alteração e desconfiança, os pais devem ir à escola e, juntamente com os profissionais adequados, buscar soluções para sanar esses problemas.

A educação trabalhada dentro de casa é fundamental para que a criança, desde bem pequena, aprenda a conviver com as diferenças e que assim possa, no decorrer de seu desenvolvimento e crescimento, praticar atitudes que não desencadeiem maus comportamentos diante de seus próprios colegas.

Já na escola, os professores preocupados com a passagem dos conteúdos, muitas vezes deixam em segundo plano a fala das crianças, suas atitudes mínimas e gestos, que podem indicar algo de errado. Santos (2016, posição 717) salienta que: “Os educadores devem ter sempre presente que, se é pela palavra

que a criança começa a ter contato com a vida espiritual da sociedade, esse precioso instrumento não deve ser menosprezado”.

Com a união e o estreitamento da relação entre a família e escola pode haver progresso em relação à solução de problemas corriqueiros, principalmente os que nascem dentro do ambiente escolar, que podem se tornar sérios problemas no futuro. Para isso, é preciso observar e trabalhar para que esses problemas não tomem proporções maiores de forma que a criança leve para o resto de suas vidas.

Considerações Finais

A educação é, portanto, o marco primordial para a formação da criança até que chegue a fase adulta. Essa educação, oriunda da família ou da escola, deve ser pautada em estímulos diversos que propiciem desenvolvimentos satisfatórios no campo emocional, cultural, moral e ético, para que possam exercer com desenvoltura o seu papel na sociedade onde serão inseridos.

É notório que os ambientes e culturas presentes na relação família-escola encontram-se muitas vezes em enfrentamentos, mas destacamos que a partir destas colocações, vê-se:

[...] que esta relação está permeada por um movimento de culpabilização e não de responsabilização compartilhada, além de estar marcada pela existência de uma forte atenção da escola dirigida à instrumentalização dos pais para a ação educacional, por se acreditar que a participação da família é condição necessária para o sucesso escolar. (OLIVEIRA, 2002, p. 107).

O desafio necessário é, portanto, o de se investigar a cada dia práticas que possam nortear a atuação dos envolvidos para que se possibilite realizar intervenções e que promovam mudanças significativas na relação família-escola.

Para que haja um desenvolvimento satisfatório da criança, a família e a escola devem caminhar juntas e propiciarem uma educação conjunta que a apresente também à realidade vivenciada na sociedade atual e na qual a mesma está inserida, apresentando suas anuências e diferenças. Educando-as para que possam respeitar e aceitar as diferenças existentes entre as pessoas, mostrando-as, além de conteúdos necessários ao seu desenvolvimento, que a vida é feita de tolerâncias e respeito mútuo.

Referências Bibliográficas

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Tradução. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 279

BOCK, A. M. B., FURTADO, O. & TEIXEIRA, M. L. T. *Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia*. São Paulo: Saraiva, 1999.

OLIVEIRA, L. C. F. *Escola e família numa rede de (des)encontros: um estudo das representações de pais e professores*. São Paulo: Cabral Editora, 2002.

SANTOS, João. *Ensaio sobre Educação – I: A Criança Quem É?* 3ª Edição, Formato eBook Kindle. UK: Ed. Product Solutions Catalysis Ltd, setembro de 2016, ISBN 978-0-9932730-1-8.

SAVIANI, Demerval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. Campinas: Autores Associados, 2005.

WALLON, Henry. *A evolução psicológica da criança*. Lisboa: Edições 70, 1995.

DE LAÇOS DADOS: COMO A PARCERIA FAMÍLIA E ESCOLA INFLUENCIA NA FORMAÇÃO DA CRIANÇA EM INICIAÇÃO ESCOLAR

Fabiana Caldas Cidrão Neves

Francione Charapa Alves

Introdução

Desde o seu nascimento, a criança ocupa seu espaço dentro da família, onde ela encontra os seus primeiros professores e ensinamentos que refletirão e perdurarão até o fim de sua vida. É no seio familiar que ela recebe o nome e sobrenome, é o primeiro alicerce para a formação psíquica, moral, social e espiritual.

A arte de educar nasce da possibilidade dos pais renascerem e crescerem quando nasce uma criança, bem como respeitando e amando os filhos incondicionalmente, mas como não existem receitas prontas para “amar e educar” simultaneamente, os pais têm, em suas bagagens, a memória de um passado em que a criação do seio familiar proporcionou, ou não, fazer algo que repugnava os seus pais, faz de vários pais e formadores perfeitos ou desastrosos. Entender o desenvolvimento da autonomia da criança, bem como a comunicação entre pais e filhos é primordial para a formação humana.

A educação perpassa o seio familiar e chega à escola, onde a criança encontra acolhimento, socialização, amizade, amor e a escolha dessa instituição é um compromisso de vida, portanto, o melhor local é aquele que se adequa à necessidade das crianças. Vale salientar que as influências da natureza e do meio podem ser dispostas em um processo contínuo de parceria e desenvolvimento, por isso a escola é um lugar de carga genética e ambiental de diferentes seres.

A discussão sobre o processo de envolvimento da família na escola é um desafio de ambas as partes, mediante o exposto, surgem as seguintes indagações: Como a família está ‘criando seus filhos’? De que forma deve ocorrer a participação da família na escola? De que maneira a escola pode estimular a participação dos pais? Quais os principais resultados trazidos por essa participação? E, como grande questão da pesquisa, temos: Como a parceria família e escola influencia na formação da criança?

A partir destas questões norteadoras traçamos o objetivo geral deste artigo é compreender de que modo a parceria família e escola influencia na formação da criança. Justifica-se, pois, o estudo desta temática, uma vez que a parceria família e escola é de suma importância e se faz necessária para o sucesso escolar e social das crianças, formando uma equipe. É essencial que ambas sigam de mãos dadas os mesmos princípios e critérios, bem como a mesma direção em

relação aos objetivos que desejam atingir. Portanto, através de pesquisas bibliográficas, este artigo encontra-se estruturado da seguinte forma: primeiramente um breve esboço sobre o processo de criar filhos, em seguida uma alusão à família e a escolha da Escola ideal e por fim parâmetros que tenham rede de inter-relações para o sucesso educacional e intelectual da criança.

Criar Filhos: Ontem e Hoje

A estrutura familiar que conhecíamos há algumas décadas tem passado por diversas alterações, isso é um reflexo também das transformações que a sociedade contemporânea vem sofrendo. As transformações tecnológicas, sociais e econômicas pelas quais a sociedade contemporânea vem passando favorece mudanças na estrutura familiar afetando, nas formas de interação no cotidiano das famílias e nas formas de elaboração do conhecimento, o que afeta a sociedade e consequentemente refletirá na sociedade (DESSEN e POLÔNIA, 2007).

Atualmente no nosso século XXI, ganhamos uma complexidade de fatores existenciais principalmente nos grandes centros urbanos, em comparação com as décadas anteriores levando em conta a complexidade e velocidade em que a vida perpassa por nossos olhos; se compararmos aos dias atuais,

[...] a tarefa de criar filhos pelo menos aparentemente era simplificada pela existência de regras e tradições inquestionáveis: "criança não dá palpite"; "é de pequeno que se torce o pepino"; criança tem que obedecer aos mais velhos"; "é preciso respeitar pai e mãe"; "umas boas palmadas resolvem" – havia uma espécie de código para a educação. Depois, as maneiras tradicionais de criar filhos foram profundamente questionadas e, atualmente os pais estão expostos a uma massa de informações - em livros, revistas, artigos de jornais, TV, cinema - frequentemente obscuras, confusas e contraditórias. "É válido dar palmadas ou colocar de castigo? "; "Quando uma criança não quer comer deve-se insistir ou é melhor não forçar"; "O que fazer se a criança insiste em dormir no quarto dos pais? "; "Se eu disser NÃO a toda hora a criança vai ficar traumatizada? "; "Uma criança de 4 anos já pode descer sozinha no elevador? ". (MALDONADO, 1988, p. 10).

Em seu papel de criadores e educadores, diversas dúvidas e questionamentos surgem na cabeça dos pais que se sentem muitas vezes inseguros, desorientados e indefinidos, principalmente os de primeira viagem. A preocupação excessiva com como se deve agir para garantir o pleno desenvolvimento emocional da criança na maioria das vezes enfraquece a espontaneidade, a intuição e o bom senso dos pais. Distorcer as teorias psicológicas torna-se relevante, gerando manejos incorretos, por exemplo, excesso de permissividade, usado erroneamente para não "traumatizar a criança". E no que diz respeito ao acesso das novas tecnologias hoje em dia, tem que mesclar superexposição da criança com limites e exemplo, pois se sabe que os pais são os espelhos dos filhos.

Nós precisamos encontrar uma maneira de educar os pais de hoje, e também os futuros pais, sobre prejuízos e benefícios das mídias eletrônicas e ajudá-los a fazer escolhas positivas para seus filhos”, alerta Susan Linn, escritora e cofundadora da organização americana Coalizão pelo Fim da Exploração Comercial Infantil. (SANTOS, 2015).

A Criança em Idade Escolar e a Participação dos Pais na Escola

Um dilema pertinente entre os pais é: Qual a melhor idade para pôr meu filho na escola? Qual a melhor escola? Qual o método de ensino a seguir? Tempo regular? Tempo integral? Partimos do princípio de que, não havendo respostas para tais perguntas, temos diversas possibilidades: cada criança é única, bem como cada família também e os fatores que permeiam as situações: a volta ao trabalho depois da licença, não ter alguém para ajudar nos cuidados com a criança até mesmo o fator emocional dos dois.

O que os especialistas já sabem - e o novo estudo confirma por meio de uma fatura de dados qualitativos - é que o cenário mais favorável ao desenvolvimento pleno das crianças, dos 3 anos em diante, combina dois fatores de pesos semelhantes: um ambiente familiar rico em estímulos e uma boa escola. Conclui o psicólogo Jay Belsky, um dos autores do trabalho: Os melhores resultados escolares se dão quando a família é parte ativa na educação. (ANTUNES, 2004).

Por meio de uma alteração feita na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) a emenda constitucional nº 12.796, datada em 2009, tornou-se obrigatória a matrícula de todas as crianças na escola a partir dos 4 anos, de acordo com o MEC. Para atender a essa obrigatoriedade — a matrícula cabe aos pais e responsáveis — as redes municipais e estaduais de ensino têm até 2016 para se adequar e acolher alunos de 4 a 17 anos. O fornecimento de transporte, alimentação e material didático também será estendido a todas as etapas da educação básica.

Portanto, escolher a idade ideal para a inserção dos filhos na escola depende exclusivamente da realidade de cada família, antigamente essa fase era chamada de PRÉ-ESCOLA. Ou seja, antes da escola. E afinal, o que viria depois era mais importante? Nos dias hodiernos sabemos que “educação infantil” está relacionada em uma educação que valorize o sujeito e o seu processo de formação humana. Devendo ela ser o espaço onde a criança conhecerá a si mesmo e o seu meio, por meio da interação com o outro, criando possibilidades significativas para a internalização de normas, valores, crenças e representações sociais, contribuindo para o processo de formação intelectual, corporal, cultural e social formando assim um ser produtivo.

A educação infantil possui duas dimensões: a de cuidar e a de educar, que devem ser consideradas como essenciais e importantes nas propostas pedagógicas voltadas para

essa faixa etária, sendo necessário ressaltar que o cuidar compreende os cuidados básicos com a alimentação, a higiene e o vestuário. E além do cuidar é necessário o educar a criança, colocando-a como indivíduo que possui o direito de se apropriar do conhecimento e começar a se preparar para o processo de alfabetização. (LIMA, s.d., on-line.)

A Relação Família e Escola na Visão de João dos Santos

A teoria de João dos Santos enfatiza o processo de subjetivação da criança dependente de múltiplos fatores bem como: “A relação mãe-bebê-pai, a família alargada, o meio, a educação, a hereditariedade, os casos da vida”. E a importância do trabalho dessa equipe para uma educação de qualidade, pois é essencial à formação humana, portanto, esta ocorre na vida e não somente dentro de uma Instituição escolar.

Em seus estudos sobre a instituição social FAMÍLIA, ele relaciona a estruturação, os laços familiares de Pai e Mãe. Necessitando estabelecer as relações de equilíbrio próxima e prolongada com uma figura masculina e outra feminina, para com isso solidificar as bases da educação como o respeito, valores e principalmente o amor advindo dos laços maternos.

Em sua pedagogia terapêutica, João dos Santos se preocupa com as relações internas de cada ser humano tendo necessidades especiais ou não, dando ênfase de que o educador tem que estar atento tanto nos alunos quanto em si mesmo, não só no consciente, mas também primeiramente no inconsciente onde se encontra a maior força psíquica.

Educar É Tarefa da Família e da Escola

No que diz respeito à aprendizagem, o papel de cada uma das instituições: Escola e Família está bem definido: da escola ensinar e dos pais acompanhar o processo, portanto tem-se claramente uma parceria indissociável, saudável e com um único objetivo: a formação integral da criança. Porém, “para que se inicie uma mudança na educação da criança que vá na direção de atingir esse objetivo, é necessário que a família e a escola comecem a trilhar um mesmo caminho que faça com que a criança se sinta segura” (SADOVNIK *et al.*, 2013, p. 83).

A família é e sempre será a primeira referência que a criança tem com o processo de aprendizagem, é nela que os primeiros contatos sociais e as primeiras experiências educacionais são despertados, é a instituição número um da criança a sua socialização primária.

Os pais têm um papel importante no processo de desenvolvimento da autonomia. Se eles encorajarem as iniciativas da criança, elogiarem o sucesso, derem tarefas que não excedam as capacidades da criança, forem coerentes em suas exigências e aceitarem os

fracassos, estarão contribuindo para o aparecimento do sentimento de auto confiança e auto estima." (CORIA-SABINI, 1998, p. 65).

A escola pode ser considerada como uma extensão da casa da criança, pois é nela que os pais depositam toda a confiança de entregarem seu bem precioso para que os complemente no processo de educação dos seus filhos e é responsável pelo aprimoramento e formação da criança e estar disposta a orientar, incentivar e ajudar a manter e promover o bem-estar delas, sendo portanto, a Instituição de número dois.

A escola é responsável pelo núcleo formal do ensino da leitura, da escrita e da Matemática e suas regras e seus parâmetros científicos, entre outros conteúdos", aponta Ana Costa Polonia, da UnB. Isso não quer dizer que a criança não possa ter contato com a Matemática em casa - tal ação pode contribuir com o ensino formal. Na cozinha, ela aprende a identificar quantos ovos e xícaras de leite e açúcar vão em uma receita de bolo. Na sala de aula, a mesma receita será escrita com símbolos matemáticos. (Revista Eletrônica Nova Escola).

A importante participação dos pais nos eventos da escola bem como festinhas, reuniões até mesmo o simples fato do deixar e buscar a criança, torna-se de suma importância esse papel de confiança e reciprocidade. Mas para que isso aconteça de forma harmoniosa, a escola tem que se ater para os horários ideais para esses acontecimentos para que todos participem e sejam produtivas as ações objetivadas.

Ressaltamos que "tanto a família quanto a escola são responsáveis pela transmissão e construção do conhecimento. As duas desempenham papel fundamental no processo evolutivo do ser humano sendo ele físico, intelectual, emocional e social" (SADOVNIK *et al.*, 2013, p. 87).

Considerações Finais

Analisar e estudar a importância que as duas instituições: Família e Escola representam, para a formação de uma criança como ser integral, tem como uma reflexão que o conjunto das ações que cada uma exerce para determinado fim se efetiva se as duas estiverem lado a lado em seus objetivos. Se as duas instituições mais importantes para uma criança estiverem em harmonia, a criança também estará, mas para isso, ambas devem cumprir seus papéis perfeita e fidedignamente.

A família participar da comunidade escolar e a comunidade escolar participar da comunidade família, possibilita o bem-estar da criança bem como a sua formação integral e estreitamento das relações enquanto parceria.

Essa relação deve acontecer de forma diária, natural e harmoniosa e inicia desde a escolha da idade e qual escola deve confiar a entrega da criança para essa primeira separação entre família e criança.

Contudo, mediante reflexões, cabe às duas instituições embora com objetivos diferentes, mas com o mesmo propósito o de promover um ambiente saudável, acolhedor, cheio de amor e incentivos, sempre disponíveis a presteza exemplificando a solidariedade e disponibilidade para que a criança cresça confiante contribuindo com o processo de socialização, aprendizagem, desenvolvimento integral e claro, segundo o pensamento de João dos Santos (1991).

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Camila. É bom começar cedo. Revista Veja, Edição 2004, 18 de abril de 2007. Disponível em: <http://ceisonhomagico.com.br/e-bom-comecar-cedo/>. Acesso em: 09 dez. 2016.

DESSEN, M.A.; POLONIA, A. da C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. *Paidéia*, v. 17, n. 36, p. 21-32, 2007.

HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho e MORATO, Pedro Jorge Parrot. *Pedagogia Terapêutica: Diálogos e Estudos Luso-Brasileiros sobre João dos Santos*. Fortaleza: Edições UFC, 2016.

MALDONADO, Maria Teresa. *Comunicação entre pais e filhos: a linguagem do sentir*. Petrópolis: Vozes. 11. ed. 1988.

SANTOS, João. *Ensaio sobre Educação I: A Criança Quem É?* Lisboa: Livros Horizonte, 1991.

SADOVNIK, S.; ECCO, I.; NOGARO, A. A inter-relação família- escola na formação de filhos/alunos. *Perspectiva*, Erechim, v. 37, n. 140, p. 83-92, dez. /2013.

SANTOS, Jocelaine. *Uso de tecnologia por crianças: benefício ou perda da infância?* 2015. Disponível em: <http://www.semprefamilia.com.br/uso-de-tecnologia-por-criancas-beneficio-ou-perda-da-infancia/> Acesso em: 09 dez. 2016.

LIMA, Sandra Vaz de. *Concepções de Educação Infantil*. Disponível em: <http://fundamentoseducacaoinfantil.blogspot.com.br/p/concepcoes-de-educacao-infantil.html>. Acesso em: 09 dez. 2016.

FAMÍLIA E EDUCAÇÃO: ENVOLVIMENTO PARENTAL NA ESCOLA

*Isabel Cristina Cruz
Jarles Lopes de Medeiros*

Introdução

Durante muito tempo, a família foi uma das instituições sociais mais responsáveis pela educação da criança, a qual aprendia as normas sociais e os comportamentos adequados. Atualmente, a responsabilidade da família é partilhada com outras entidades, principalmente, a escola. A responsabilidade de educar cabe à família, no entanto, tornou-se impossível fazer essa tarefa sozinha, sendo dado ou transferido à escola um papel de relevância.

Essas duas instituições são as mais próximas das crianças e são elas que, diretamente, influenciam o seu desenvolvimento desde nascimento até à idade adulta. Santos (1982) acrescenta que a personalidade da criança está em constante transformação em cada uma das etapas do desenvolvimento, fazendo a ponte desde o nascimento até à adolescência. Contudo, as famílias e as escolas têm critérios e normas diferentes e, por vezes, estão em desacordo e sem diálogo.

Mas se por outro lado, a intervenção dos pais na educação dos filhos é essencial, por outro, as escolas devem, acima de tudo, serem promotoras de políticas e estratégias que promovam uma maior aproximação dos pais à escola. Pretende-se com este estudo avaliar, precisamente, como é que os pais se envolvem na escola e de que forma esse envolvimento contribui para o sucesso dos filhos.

A Importância do Envolvimento Parental

O envolvimento dos pais com a escola deve favorecer a reflexão de diferentes aspetos pedagógicos e psicológicos dos seus filhos, com vista a melhorar, de modo efetivo, o seu desempenho escolar. A escola é um local onde os pais confiam a educação dos seus filhos e encontram nela um tipo de apoio para as suas vidas, funcionando como uma instituição que contribui para a educação, juntamente com a família.

Silva (2003) destaca que o envolvimento parental é a forma como os pais atuam perante a escola, apoiando seus filhos em casa, criando-lhes condições para que desempenhem o melhor possível o seu papel de aluno. Além desse fato, os responsáveis pela educação da criança frequentam as reuniões escolares quando são convocados.

De acordo com Pereira *et al.* (2008) esse movimento também pode ser concebido como um leque de interações entre as duas instituições, o que pode ocorrer a partir da simples participação dos encarregados de educação em reuniões mais ou menos formais, até à execução de tarefas específicas na escola, em colaboração com os professores. Trata-se de uma parceria entre as duas instâncias educativas que pode contribuir, de forma efetiva, para o desenvolvimento da criança.

As práticas de envolvimento parental compreendem não só a comunicação e o trabalho voluntário na escola, mas também o apoio educativo em casa, a participação em grupos de consulta e a participação na tomada de decisões (PIÇANHO apud BENTO, MENDES e PACHECO, 2016, p. 604).

Para Marques (2001), a aproximação dos professores aos pais e o envolvimento destes no apoio educativo aos filhos pode contrariar aquela nefasta tendência, libertando o professor de exigências irrealistas e fazendo com que os pais voltem a assumir as suas funções tradicionais de primeiros educadores das crianças e adolescentes.

O envolvimento parental na escola é um constructo multidimensional, que compreende diferentes competências. Epstein (1987) propôs uma tipologia com base na investigação, que é geralmente aceita na literatura por conseguir captar os diferentes componentes do conceito, sendo eles: a ajuda da escola às famílias; comunicação escola-família e família-escola; atividades de voluntariado na escola; envolvimento em atividades de aprendizagem em casa; participação na tomada de decisão e colaboração e intercâmbio com a comunidade. A autora defende que a educação das crianças pressupõe a partilha de responsabilidades entre a família, a escola e a comunidade.

O sucesso escolar depende essencialmente da participação e interesse das famílias pelos seus educandos (POCINHO, 2008). Os estudos têm demonstrado que a participação dos pais na educação dos filhos faz com que esses tenham um melhor ajustamento social e rendimento académico (DORNBURCH, RITTER, LEIDERMAN, ROBERTS & FRABIGH, 1987).

A Relação Família e Escola

Ao longo do tempo, a relação escola-família vem sofrendo algumas transformações, evoluindo de uma relação assimétrica, em que era atribuído um maior poder à escola e um papel mais passivo aos pais, para uma relação mais simétrica, de maior proximidade e em que a colaboração estreita entre família e a escola é desejável (DIOGO, 1998).

Uma das funções dos pais na escola pode ser a de complementar do trabalho realizado das outras instituições, tais como a família, ou seja, um papel de conforto e uma rede de apoio para os momentos mais difíceis. Sobre o tema, Sayão (2011) afirma que atualmente existe uma crise na relação entre família e escola, em que a primeira transferiu suas funções educativas para a segunda.

A autora segue a discussão e constata que os pais acusam os professores de não estarem cumprindo as suas funções educativas. Esses, por sua vez, defendem-se afirmando que não possuem formação para cuidarem de filhos, e sim para educar alunos. Dessa forma, existe uma acusação mútua. Para a resolução desse impasse, o diálogo e a parceria tornam-se fundamentais para a efetivação do processo educativo.

No processo educativo, João dos Santos (1982) referiu que um dos grandes contributos da Psicanálise terá sido, em nível da análise da situação pedagógica, ou seja, permitir uma nova abordagem da relação entre professor e aluno. Neste sentido, a Psicanálise veio colocar em causa a ideia simplista de uma relação entre professor e aluno, não será meramente uma troca neutra de saberes.

A capacidade para ensinar, assim como a capacidade para aprender, são uma situação particular da aptidão para "amar e trabalhar", que Freud usa como definição de saúde mental. A relação educativa é entendida como relação de amor: a criança deseja aprender pelo seu desejo de ser aceita, recompensada e reconhecida como bom aluno. O professor deve preparar o caminho para uma relação baseada no respeito e afecto que estabelecerá as condições da situação de trabalho (FRANCO e ALBUQUERQUE, 2010, p. 183).

Na história da pedagogia ficará sempre na nossa mente João dos Santos, o grande mestre que conheceu a fundo os problemas da educação e sempre os equacionou *pari passu* com os da saúde mental, estabelecendo entre eles um binómio indissolúvel na abordagem do comportamento desviante da criança.

Metodologia

Amostra

O presente estudo foi efetuado com base numa amostra composta de 29 encarregados de educação com filhos a frequentar o 5º ano de escolaridade, sendo a maioria do sexo feminino (55,2%) com idades compreendidas entre os 10 e 11 anos. Os encarregados de educação têm idades compreendidas entre os 20 e os 58 anos, sendo 69,0% mães (n = 20) e 17,2% pais (n = 5). No que concerne

ao nível socioeconómico, verifica-se que 27,6% dos indivíduos apresentam um nível socioeconómico médio e 65,5% um nível baixo⁷.

Tabela 1 – Caraterização geral dos alunos e das famílias

	N	%
Sexo da Criança		
Feminino	16	55,2
Masculino	13	44,8
Idade da Criança		
10 anos	19	65,5
11 anos	8	27,6
12 anos	1	3,4
13 anos	1	3,4
Grau de parentesco dos inquiridos		
Pai	5	17,2
Mãe	20	69,0
Outro	4	13,8
Nível Socioeconómico		
Baixo	19	65,5
Médio	8	27,6
Elevado	2	6,9
Total	29	

Instrumento

Questionário de Envolvimento Parental – versão para pais- QEPE- VPa

Trata-se de um instrumento composto por 24 itens respondidos numa escala tipo Likert de 4 pontos (desde “Discordo Muito” a “Concordo Muito”). Os itens da versão para os pais (PEREIRA et al, 2008) são equivalentes aos da versão para professores, existindo apenas uma ligeira modificação na linguagem de alguns

⁷ O nível socio-económico pode ser determinado de várias formas, através de conjugações simples (profissão e habilitações literárias; rendimento social e habilitações literárias) ou mais complexas (profissão, habilitações literárias e rendimento social). Neste estudo, utilizou-se a conjugação simples entre profissão e habilitações literárias. Sendo assim, ao nível socio-económico elevado corresponde a habilitação superior e o desempenho da profissão correspondente à habilitação ou 3º ciclo ou secundário a exercer profissão de empresário; ao nível socio-económico baixo, corresponde o conjunto de todos os desempregados, domésticas e com habilitação de 1º ciclo ou inferior e/ou empregados nas áreas de comércio e construção civil com 2º e 3º ciclo; ao nível socioeconómico médio correspondem as restantes classificações intermédias.

itens desta versão, para os tornar mais acessíveis aos respondentes com níveis de escolaridade mais baixos.

Este questionário, para além de uma pontuação global, também tem as pontuações das quatro escalas que o compõem. Envio-lhes a composição dessas escalas para que possam cotar o questionário: subescala 1 - Envolvimento parental em actividades na escola e voluntariado (6 itens); subescala 2 - Envolvimento parental nas actividades de aprendizagem em casa (8 itens); subescala 3 - Comunicação escola-família (6 itens); subescala; 4 - Envolvimento em actividades na escola e participação em reuniões de pais (4 itens).

Procedimento

No âmbito do estudo foi pedido o consentimento ao Conselho Executivo da Escola para realizar o mesmo e para a recolha da amostra, solicitamos a autorização para realizar o estudo a todos os pais dos alunos do 5º ano de escolaridade da Escola Básica do 2º e 3º ciclo dos Louros. Nesse pedido constavam os objetivos do mesmo. Concedida a autorização, procedemos aos contactos informais com os/as diretores/as das diversas turmas para enviarem através dos alunos o questionário.

Para o tratamento estatístico dos dados utilizou-se a versão 19.0 do programa SPSS (Statistical Package for the Social Sciences).

Análise de Resultados

Primeiramente, foi realizado o teste Kolmogorov-Smirnov (SANTOS, 2007), onde verificámos que o nível de significância do teste respeitante aos itens do QEPE-VPa, foi de (.361). Desse modo, conclui-se que este estudo tem uma distribuição normal.

No que se refere as propriedades psicométricas da escala **QEPE-VPa** podemos verificar (tabela 1) que a mesma apresenta uma elevada consistência interna ($\alpha=0,89$), nos 24 itens e uma boa consistência nas subescalas.

Tabela 2 – Consistência interna da escala e subescala QEPE-versão pais

	Núm. de Itens	Alpha de Cronbach
Atividades na escola e voluntariado	6	.806
Aprendizagem em casa	8	.771
Comunicação escola-família	6	.797
Atividades na escola e reuniões de pais	4	.635
Escala Total	24	.89

Foram calculadas correlações bi-variadas entre as subescalas da *QEPE-versão pais* e o valor total. As subescalas mostraram estar fortemente intercorrelacionadas. No entanto, há uma correlação entre o envolvimento parental e desempenho acadêmico, apenas na subescala-atividades na escola e voluntariado que apresentam uma correlação negativa ($\rho = -.40$; $p < .05$).

Tabela 3 – Intercorrelações da escala de envolvimento parental com o desempenho acadêmico.

	Desempenho acadêmico
Atividades na escola e voluntariado	-.40*
Aprendizagem em casa	.13
Comunicação escola-família	-.15
Atividades na escola e reuniões de pais	-.21
Escala Total	-.29

* $p < .05$; ** $p < .001$

Não existem diferenças estatisticamente significativas entre variáveis sociodemográficas: a idade das crianças, o sexo da criança, a idade dos pais, o nível socioeconômico dos pais e o desempenho acadêmico.

Considerações Finais

Os pais que vão à escola dos filhos podem manifestar práticas educativas e estilos parentais marcados por uma maior proximidade afetiva e envolvimento. A esse propósito, Zellman e Waterman (1998) observaram que o entusiasmo parental e os estilos educativos parentais eram preditores do envolvimento parental na escola e que esses constructos explicavam em parte a relação entre envolvimento parental e o desempenho acadêmico.

Através da análise dos resultados, verificamos que a subescala-Atividades na escola e voluntariado se correlacionam negativamente com desempenho acadêmico. Estes resultados não estão em concordância com os estudos que indicam que o envolvimento dos pais na vida escolar dos filhos tem efeitos positivos na sua escolaridade.

Dessa forma, Henderson e Mapp (*apud* DAVIES, 2005) referem quando os pais falam com os seus filhos sobre a escola, melhores são os resultados na referida instituição. Marques (2012) também refere que as escolas eficazes se comunicam com a família, esperam que os pais reforcem as atitudes facilitadoras do sucesso educativo e exigem que eles apoiem os seus filhos no estudo.

Davies (1994) compactua com a mesma opinião, mencionando que é preciso que a escola mobilize iniciativas para contactar o exterior. Se tais iniciativas forem bem conduzidas terão efeitos positivos, não só no sucesso escolar das crianças, mas também no equilíbrio das famílias e na maneira dos pais e comunidade em geral olharem a escola.

No entanto, no nosso estudo, as famílias que apresentam um maior envolvimento na subescala-Atividades da escola e voluntariado, os filhos apresentam piores resultados académicos. Podemos pensar que há vários factores para esses resultados existirem. Um deles pode ser a condição económica precária (maioria das famílias apresenta nível baixo) que as famílias, essas têm de lidar com um conjunto de factores de desgaste (baixos rendimentos familiares, instabilidade profissional...) que fragiliza a sua estabilidade emocional em relação aos filhos.

Os níveis socioeconómicos são baixos e o envolvimento que os pais têm não são equiparáveis com o da escola. Outro fator pode ser o das práticas do envolvimento que os pais têm na escola, podendo essas serem as menos adequadas. As práticas educativas da família e da escola não são diferentes e a escola pede à família algo não concretizável, depositando grandes expectativas em tais instituições. Ao fazermos uma revisão na literatura em relação aos dados encontrados, autores explicam que os pais mais distantes culturalmente da escola, e por estes terem tido más experiências escolares (enquanto alunos), desconhecem a cultura da escola, têm dificuldades em compreenderem a linguagem dos professores, os seus filhos podem apresentar maus resultados académicos.

Marques (2001) refere que os pais de níveis culturais mais elevados podem apresentar filhos também com maus resultados, no entanto, devido à sua excessiva ocupação profissional e ao pouco tempo livre de que dispõem para os filhos. Sobre o envolvimento dos pais na escola, Sá (2004) apresenta uma opinião crítica, uma vez que, dentre outros aspectos, os pais culturalmente mais afastados da escola poderão ficar em desvantagem. Nesse processo, os mais penalizados são aqueles cujos códigos linguísticos mais se afastam da *norma*, habitualmente os grupos socioeconomicamente mais desfavorecidos.

O presente estudo, devido a vários factores, apresenta algumas limitações. A primeira, e provavelmente a mais importante, diz respeito ao tamanho da amostra, quer ao número de participantes, quer relativamente a estar cingido a apenas uma escola e, conseqüentemente, apenas a uma realidade, que condicionam fortemente a possibilidade de generalização dos seus resultados.

Referências Bibliográficas

- BENTO, Antônio V.; MENDES, Guida R. & PACHECO, Dulce. Relação escola-família: Participação dos Encarregados de Educação na Escola. *Investigação Qualitativa em Educação*, v. 1, p. 603-612, 2016.
- DAVIES, D. Parcerias pais-comunidade-Escola. *Revista Inovação*.v. 7, n. 3, p. 377-389, 1994.
- _____. "Além da parceria". In: STOER, S., e SILVA, P., (Orgs). *Escola-Família: uma relação em processo de reconfiguração*. Porto: Porto Editora, 2005.
- DIOGO, J. *Parceria Escola – Família: A caminho de uma educação participada*. Porto: Porto Editora, 1998.
- DORNBURCH, S., Ritter, P. LEIDERMAN, P. *et al.* The Relation of Parenting Style to Adolescent School Performance, *Child Development*, v. 58, p. 1244-1257, 1987.
- EPSTEIN, J. "Parent involvement: research says to administrators", *Education and Urban Society*. V. 19, n. 2, p. 119-136. EPSTEIN, J. "Caring for the Children we Share". 1997. In: _____. L. COATES, K. SALINAS, M. *et al.* "School, Family, and Community Partnerships. Your Handbook for Action". Thousand Oaks: Corwin Press, 1987.
- MARQUES, R. *Educar com os pais*. Lisboa: Editorial Presença, 2001.
- PEREIRA, A.I.F., *et al.* Desenvolvimento da versão para pais do Questionário de Envolvimento Parental na Escola (QEPE-VPa). *Revista Portuguesa de Pedagogia*, v. 42, n. 1, p. 91-110, 2008.
- PEREIRA, M. *A relação entre pais e professores: uma construção de proximidade para uma escola de sucesso*. Universidade de Málaga, 2008.
- POCINHO, M. Educação básica: prevenção do insucesso e do abandono escolar. *Itinerários*, v. 7, n. 2, p. 39-46, 2008.
- SÁ, V. *A participação dos pais na escola pública portuguesa: uma abordagem sociológica e organizacional*. Braga: IEP – UM, 2004.
- SANTOS, C. *Manual de auto-aprendizagem: estatística descritiva*. Lisboa: Edições Síbal, 2007.
- SANTOS, J. *Ensaio sobre Educação - I: A Criança Quem É?* Lisboa: Livros Horizonte, 1982.
- SAYÃO, ROSELY. Filhos... melhor não tê-los? In: AQUINO, Groppa; RIZZO, Sérgio; SAYÃO, Rosely; *et al.* *Família e educação: quatro olhares*. Campinas, SP: Papirus, 2011. p. 17-48.

VÍTOR FRANCO, V. & ALBUQUERQUE, C. Contributos da psicanálise para a educação e para a relação professor – aluno. *Centro de Estudos em Educação, Tecnologias e Saúde*, v. 38, p. 173-200, 2010.

ZELLMAN, G.L. & WATERMAN, J. M. Understanding the impact of parent school involvement on children's educational outcomes. *The Journal of Educational Research*, v. 91, n. 6, p. 370-380, 1998.

FAMÍLIA E ESCOLA – AS REUNIÕES DE PAIS E MESTRES E SUAS CONTRIBUIÇÕES

Francisco Augusto Ferreira Almeida

Maria José Barbosa

Introdução

Este trabalho almeja apresentar uma proposta de chamada aos pais para participar efetivamente do processo de ensino e aprendizagem, não em sala de aula, mas no acompanhamento e real envolvimento com os assuntos escolares, direcionando o seu papel na educação dos filhos e destacando as necessidades demandadas numa relação de responsabilidade entre genitores, ou outros responsáveis, e prole na sociedade atual.

Ao assumir este papel, os pais tendem a conquistar uma relação de empatia diante dos filhos, acompanhada do desenvolvimento de valores virtuosos.

A Escola é a segunda morada do estudante durante um período bastante importante de sua vida, onde ele está formando seus conceitos sobre tudo o que existe e construindo suas bases morais e cognitivas.

Por outro lado, a família não pode se esquivar de sua incumbência educadora. Se eximir dessa responsabilidade geralmente provoca danos difíceis de serem revertidos nas crianças e adolescentes.

Destaco a diversidade presente nos modelos atuais de família, em que os padrões tradicionais estão sendo modificados e, portanto, as figuras do pai e da mãe nem sempre estão presentes. Avós, tios e outros parentes participam frequentemente como protagonistas da educação do indivíduo, na ausência dos pais.

Entretanto, não podemos usar a ausência de um pai ou de uma mãe como argumento contrário a obtenção de uma boa formação cidadã, pois ela se dá através de uma construção virtuosa de valores.

O importante é que haja alguém como figura central e representativa de família, transmitindo à criança uma referência a ser seguida, seja na imposição de limites, na prática de exemplos morais, entre outras.

Para melhor aproveitamento dessas relações interpessoais, propomos uma relação de parceria entre família e escola, com o intuito de promover a melhor educação possível ao indivíduo, visando o alcance da formação do cidadão total, dotado de uma visão holística, com senso crítico e atuante na sociedade.

No presente trabalho discorreremos sobre um estudo de caso, no qual ofertamos uma reunião de pais e mestres menos preocupada em mostrar as notas obtidas pelos alunos no período escolar regular, portanto, mais direcionada a promover uma reflexão nos pais através de uma oportunidade de se expressar de maneira mais abrangente, além de estimular a parceria entre família e escola através de sugestões e conselhos proferidos em uma palestra e em conversas repletas de intencionalidades.

Esperamos, desse modo, despertar a consciência de que a educação perpassa pela colaboração dos responsáveis e da instituição escolar, esvaindo toda e qualquer atitude díspar dessa postura de equipe.

A pesquisa foi realizada em uma escola de ensino médio, vinculada ao governo estadual do Ceará, localizada na periferia da cidade de Fortaleza, situada num bairro muito humilde e envolto de problemas sociais tais como: tráfico de drogas, insegurança, ruas sem pavimentação apropriada, saneamento básico ineficiente, postos de saúde desestruturados etc.

Referencial teórico

A participação da família na formação dos seus entes queridos, mais precisamente no acompanhamento da vida escolar, contribui para o alcance de resultados mais eficientes, no que tange a qualidade da aprendizagem e do desenvolvimento humano. Ela transcende o relacionamento cotidiano entre pais e filhos e passa a figurar na ocupação formal mais importante do indivíduo em período escolar.

A relação entre a família e a escola deve ser de parceria, onde todos objetivam a conquista de uma formação de qualidade para o educando, pautada em muita observação e diálogo, troca de ideias, promovendo o crescimento mútuo das relações com o indivíduo em questão.

Piaget (2007) confirma a importância dessa interação, destacando a necessidade de uma aproximação entre família e escola e reforça:

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois muita coisa mais que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, frequentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola, chega-se a uma divisão de responsabilidades [...] (p. 50).

Ter ciência de que o mundo está em constante mudança e, portanto, os métodos empregados precisam ser revistos continuamente, torna-se necessário. Além disso, cada sujeito possui a sua peculiaridade, portanto não existe uma receita,

com prescrição universal, capaz de suprir todas as necessidades demandadas nas relações família-filho, escola-estudante e família-escola.

Oliveira (1995) destaca a contribuição de Vygotsky, o interacionismo proposto entre todos os elementos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, e acrescenta:

Aprendizagem é o processo pelo qual o indivíduo adquire informações, habilidades, atitudes, valores, etc. a partir de seu contato com a realidade, o meio ambiente, as outras pessoas. É um processo que se diferencia dos fatores inatos (a capacidade de digestão, por exemplo, que já nasce com o indivíduo) e dos processos de maturação do organismo, independentes da informação do ambiente (a maturação sexual, por exemplo). Em Vygotsky, justamente por sua ênfase nos processos sócio-históricos, a ideia de aprendizado inclui a interdependência dos indivíduos envolvidos no processo. [...] o conceito em Vygotsky tem um significado mais abrangente, sempre envolvendo interação social. (p. 57).

Vygotsky (1984) destaca que a interação da criança com o adulto e com o ambiente no qual está inserido contribui abundantemente para a formação do ser. Observamos, inclusive, o estímulo da imaginação na ausência do “formador” ou “educador”, manifestado em simulações de trabalho, na brincadeira com carros, bonecas etc., fazendo com que as vivências transformem continuamente a visão de mundo do ser e isto provoque o seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e social.

Já João dos Santos (1991) afirmou que não há como compreender uma criança sem investigar a qualidade de sua interação com a família, fomentando a necessidade de um trabalho em equipe que vise a melhor contribuição possível para a formação do indivíduo.

Logo, a educação não está mais restrita ao ambiente escolar, mas sim associada com todas as esferas da vida.

Outra contribuição de João dos Santos (1991) é a reflexão produzida em relação ao educador, em que ele sugere que há uma necessária reflexão sobre a prática e a interação entre o professor e o estudante, entre o pai e o filho etc.

As avaliações das ações desempenhadas no âmbito educacional precisam ocorrer para que uma retomada de rumo, quando necessária, seja feita com o propósito de se mudar uma trajetória indesejada e conduzir para um destino mais promissor e condizente com aquilo que se espera de uma formação adequada.

Além disso, no pensamento santiano, ainda se podia observar uma espécie de previsão da quebra do modelo tradicional de família, onde percebemos atualmente uma diversidade inexistente em décadas atrás.

Independentemente do modelo familiar, o estado, a família e a escola precisam se unir em prol de proporcionar uma formação de qualidade.

Metodologia

Um dos mecanismos mais utilizados pelas instituições educacionais, no que tange a busca pelo envolvimento dos pais no acompanhamento escolar de seus filhos, é a realização de reuniões de pais e mestres.

Buscando entender as vantagens obtidas com essa prática, foi observada uma reunião de pais e mestres na Escola Senador O. P., vinculada à rede estadual de ensino do Ceará e ofertante de vagas para o ensino médio.

Geralmente as reuniões ocorrem depois do fechamento de um período, também chamado de bimestre, e o objetivo maior costumava ser a exibição das notas obtidas durante aquele intervalo de tempo.

Entretanto, com a permissão do núcleo gestor, a estrutura da reunião ocorrida no final do terceiro período foi modificada, permitindo manipular alguns parâmetros pertinentes ao nosso estudo.

Deste modo, separamos o encontro em momentos distintos, cada um tendo a finalidade de observar a aplicação de um método específico.

No primeiro momento, apresentamos o boletim escolar, como já era de praxe, porém usou-se um argumento mais humano na hora de se comentar as notas, evitando rótulos e clichês como: 1) O seu filho é péssimo em matemática; 2) Ele precisa prestar mais atenção e estudar mais; 3) A falta de concentração e o excesso de conversa paralela são constantes na conduta escolar do "Fulano"; 4) Existe um número excessivo de faltas.

No segundo momento, buscou-se uma conversa mais individualizada, sugerindo que o responsável falasse sobre como é o acompanhamento dos estudos do filho e qual a sua contribuição para que o aprendizado ocorra da melhor forma possível.

No terceiro momento, foi realizada uma palestra para o grupo de pais, ou outros responsáveis, com o intuito de sugerir algumas ações para haver uma contribuição ativa em relação à participação deles no processo de ensino e aprendizagem do estudante.

No quarto e último momento, separamos os pais, ou responsáveis, em pequenos grupos e juntos conversamos sobre quais as reais contribuições eles estavam dispostos a dar e o motivo da escolha.

O pensamento de João dos Santos propõe uma preocupação com a história social do ser, vinculando a sua capacidade de aprendizagem à sua interação com o meio onde está inserido, destacando a aprendizagem que ocorre fora da escola, como por exemplo, com os pais.

Deste modo, acreditamos que a reunião ocorreu de modo a empregar o pensamento santiano na tentativa de aproximação entre família e escola.

Análise dos resultados

No primeiro momento da reunião desenvolvida, observamos uma aproximação entre família e escola, em que o discurso mais humano desfez a visão simplista de que uma nota insuficiente está relacionada somente à falta de estudo e interesse dos alunos, ou até mesmo a uma falta de entendimento do conteúdo por uma mera incapacidade intelectual.

A reação dos pais foi imediata, passando a se interessar mais pelas palavras do educador, já que a postura apresentada pelos professores surpreendeu positivamente, como pôde ser interpretado na seguinte frase proferida pelo genitor “Raimundo”, ao afirmar que se sentiu acolhido e importante durante a reunião. No momento seguinte, a situação familiar foi exposta pela maioria dos pais, deixando os problemas encontrados na casa de cada um expostos e, muitas vezes, sedentos por uma proposta de solução. Por diversos instantes, parecia que o assunto tratado não era mais o escolar, uma carência excessiva foi demonstrada, e uma nova demanda foi criada.

Seria muito bom que as instituições escolares possuíssem departamentos auxiliares da família, agregadores de valores a serem praticados no lar, mediadores de conflitos prejudiciais ao desenvolvimento humano, mas infelizmente a realidade encontrada contrasta com essa sugestão.

Foi interessante observar que os alunos que apresentavam pais que aparentemente viviam em harmonia e sem problemas graves destacáveis, não apresentavam notas ruins, corroborando a ideia de que a família tem uma importância fundamental na formação do ser.

No momento posterior, percebemos um estranhamento inicial de muitos pais no que tange a sua obrigação de educador de seu filho, e alguns chegaram a questionar o papel fiscalizador, disciplinador e incentivador em relação ao acompanhamento dos estudos de seu filho.

Contudo, muitas frases de concordância com o que estava sendo exposto foram proferidas, corroborando as ideias de participação da família em parceria com a escola, em nome do melhor resultado para o estudante.

Já no último momento, tivemos abundantemente, nas palavras dos pais, uma repetição das ideias sugeridas pelos educadores no terceiro momento.

Se o compromisso firmado nessas condições se concretizar, a reunião terá conquistado plenamente o pretendido, porém sabemos que o discurso pode diferir da prática e sendo assim, novas reuniões precisam ser marcadas para a verificação e acompanhamento dos tratados expostos, além de estimular uma interação mais frequente entre família e escola.

Considerações Finais

Os pais e a família devem trabalhar em parceria para promover o desenvolvimento pleno do estudante, na busca pela conquista do cidadão total, capaz de atuar ativamente na sociedade e de promover as mudanças necessárias para as melhorias do seu local de atuação.

Todos os métodos empregados para que essa parceria seja próspera são interessantes, sejam reuniões de pais e mestres, conversas particulares entre representantes da escola e pais etc., desde que o objetivo principal seja comum a ambas as partes.

Ainda há muitas dificuldades no estabelecimento de uma parceria, entre família e escola, mais firme e atuante, contudo eventos podem ser realizados para diminuir esse distanciamento e facilitar os esclarecimentos necessários para a implantação da cultura da participação dos pais ou responsáveis nos assuntos escolares.

A autocrítica das ações do educador, seja do pai, professor ou de outro responsável, ainda precisa ser praticada com mais frequência, ensina-se muito através do exemplo e isso é subestimado em muitos casos.

O mundo da era digital torna a informação mais susceptível de ser propagada por diversos meios de comunicação, tornando a escola menos responsável pelo protagonismo na sua transmissão, fazendo com que qualidades antes situadas em segundo plano, como a visão de um professor como facilitador e incentivador ou a escola como instituição que não prepara os seus alunos somente para os exames externos, fiquem em evidência.

A escola não deve jogar a responsabilidade da educação para a família, nem o contrário, a parceria entre esses dois pilares precisa ser praticada cotidianamente para o bem de todos os interessados.

Novos métodos de interação entre família e escola precisam ser pensados e constitui um objeto de estudo interessante para trabalhos acadêmicos futuros.

Referências Bibliográficas

OLIVEIRA, Marta Kohl de. *Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico*. 3. ed. São Paulo: Scipione, 1995.

PIAGET, Jean. *Para onde vai a educação*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2007.

SANTOS, João. *Ensaio sobre Educação I: A Criança Quem É?* Lisboa: Livros Horizonte, 1991.

VYGOTSKY L.S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

WALLON, Henri. *A evolução psicológica da criança*. 70 ed. Lisboa, Portugal, 1995.

INSUCESSO ESCOLAR E PERCEPÇÃO DOS PAIS SOBRE O COMPORTAMENTO DE CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR

Joana Catarina Gonçalves Afonseca

Tania Maria Rodrigues Lopes

Introdução

Ao longo do tempo, a relação família-escola foi sofrendo algumas transformações, evoluindo de uma relação assimétrica, em que era atribuído um maior poder à escola e um papel mais passivo aos pais, para uma relação mais simétrica, de maior proximidade e colaboração entre família e escola (DIOGO, 1998). Para que a relação entre família-escola seja cada vez mais estreita, é também necessário que a escola permita que os encarregados de educação e toda a comunidade educativa participem de forma mais ativa nas atividades da escola, onde cabe de igual forma aos encarregados de educação estarem disponíveis para essa relação (FIGUEIREDO, 2010).

Devido às constantes mudanças na nossa sociedade a escola, cada vez mais, acolhe crianças com vivências familiares muito diversificadas, tornando-se imprescindível que o professor/educador conheça a família de cada uma, de forma a poder conduzir melhor o processo de aprendizagem dos seus alunos. De acordo com José Diogo (1998, p. 41) “a família surge como o primeiro e principal habitat socializante, transmitindo e emprestando à criança toda a variedade de conteúdos, hábitos, normas e estruturas racionais”.

Atualmente, a responsabilidade da família é partilhada com outras entidades, principalmente, a escola. A responsabilidade de educar cabe à família, no entanto, tornou-se impossível fazer essa tarefa sozinha, sendo dado ou transferido à escola um papel de relevância. A participação dos pais/encarregados de educação na vida escolar é uma forma de criar uma boa relação entre a família e a escola, sendo também uma forma de democratizar as escolas, tentando criar situações de aprendizagem e de igualdade de oportunidades para todos. Deste modo, a presente investigação pretendeu analisar de que modo a percepção que os pais têm sobre o comportamento das crianças em idade escolar corresponde aos resultados escolares obtidos pelas mesmas, verificando se existe uma boa relação e comunicação entre família e escola.

Insucesso Escolar

Um dos problemas que está na base do insucesso escolar de muitas crianças é a descontinuidade na relação envolvendo a escola e a família. Quando não há comunicação entre estas duas partes, ou seja, quando a escola não valoriza nem

respeita a cultura da família e por sua vez, a família não concorda com as práticas educativas da escola, surge a desmotivação por parte dos alunos e até abandono escolar.

Deve existir uma interação contínua entre a escola e a família, pois as condições de aprendizagem são o espelho da situação familiar, assim como o comportamento da criança em casa, é expressão do que se passa na escola. Uma colaboração estreita entre pais e professores leva à criação da situação ótima para a educação das crianças. Numa aproximação com o pensamento de João dos Santos, a criança necessita de um longo período de desenvolvimento e de aprendizagem, até que possa usar todos os instrumentos orgânicos e qualidades em potencial postos à sua disposição, e até dominar o jogo dos sentimentos indispensável à vida em sociedade.

A sociedade atual devido às constantes mudanças, exige cada vez mais das famílias e da educação escolar. A educação deverá responder às necessidades e interesses das crianças, conforme a sua realidade social, dando a cada criança a oportunidade de desenvolver as suas potencialidades e a sua personalidade, tornando-a um ser autónomo e preparada para a vida. Como afirma João dos Santos na sua obra, *Ensaio sobre Educação - I: A Criança Quem É?*, ao longo do processo de ensino e aprendizagem, o professor deve agir junto ao aluno, com o intuito de desenvolver as suas aptidões físicas e psíquicas e desenvolver meios para possibilitar a sua integração no meio em que vive.

A Relação Família-Escola

João dos Santos em sua obra *A Casa da Praia: O Psicanalista na Escola*, afirma que é preciso que os educadores observem a criança, antes de lhe ensinarem o que estabeleceram nos seus planos, e é preciso que a deixem evoluir.

Maria Amália Borges de Medeiros (1975) defendia que

[...] felicidade autêntica é igual a realização de si próprio. Educativa é aquela aprendizagem que implica o indivíduo na ação de tal forma que esta última é desejada e amada e conduz à criação, ou seja, à integração, do eu no mundo e à transformação recíproca do mundo pelo eu e do eu pelo mundo. (p. 10).

Segundo João dos Santos, a educação é um desafio comunitário, onde a preocupação em apoiar as crianças e os pais constitui uma responsabilidade social e política.

No entanto, existem obstáculos ao envolvimento dos pais no processo educativo e na vida das escolas. A escola, por si só, é incapaz de vencer a batalha do sucesso educativo.

Metodologia

Amostra

O presente estudo foi efetuado com base numa amostra composta de 29 encarregados de educação com filhos a frequentar o 5º ano de escolaridade, sendo a maioria do sexo feminino (55,2%) com idades compreendidas entre os 10 e 11 anos de idade. Os encarregados de educação têm idades compreendidas entre os 20 e os 58 anos, sendo 69,0% mães (n = 20) e 17,2% pais (n = 5). No que concerne ao nível socioeconómico, verifica-se que 27,6% dos indivíduos apresentam um nível socioeconómico médio e 65,5% um nível baixo⁸.

Tabela 1 – Caracterização geral dos alunos e das famílias

		N	%
Sexo da Criança:	Feminino	16	55,2
	Masculino	13	44,8
Idade da Criança:	10 anos	19	65,5
	11 anos	8	27,6
	12 anos	1	3,4
	13 anos	1	3,4
Grau de parentesco dos inquiridos			
	Pai	5	17,2
	Mãe	20	69,0
	Outro	4	13,8
Nível Socioeconómico			
	Baixo	19	65,5
	Médio	8	27,6
	Elevado	2	6,9
Total		29	

⁸ O nível socioeconómico pode ser determinado de várias formas, através de conjugações simples (profissão e habilitações literárias; rendimento social e habilitações literárias) ou mais complexas (profissão, habilitações literárias e rendimento social). Neste estudo, utilizou-se a conjugação simples entre profissão e habilitações literárias. Sendo assim, ao nível socioeconómico elevado corresponde a habilitação superior e o desempenho da profissão correspondente à habilitação ou 3º ciclo ou secundário a exercer profissão de empresário; ao nível socioeconómico baixo, corresponde o conjunto de todos os desempregados, domésticas e com habilitação de 1º ciclo ou inferior e/ou empregados nas áreas de comércio e construção civil com 2º e 3º ciclo; ao nível socioeconómico médio correspondem as restantes classificações intermédias.

Instrumentos

Os dados sociodemográficos tanto das crianças como dos encarregados de educação foram recolhidos através de um questionário desenvolvido para o efeito, que permitiu obter uma descrição detalhada da amostra, onde se incluem elementos como a idade, género, estado civil, agregado familiar, escolaridade e situação profissional.

Com o objetivo de avaliar a percepção que os encarregados de educação têm do comportamento das crianças recorreu-se à versão portuguesa (ACHENBACH & MCCONAUGHY, 1997, adaptado por GONÇALVES & SIMÕES, 2000) deste instrumento para fornecer uma estimativa do comportamento da criança (4-18 anos) nos últimos seis meses, através da informação do pai e da mãe. Este instrumento permite o relato de problemas e competências através da informação dos pais/encarregados de educação e apresenta 118 descrições de comportamentos (e.g., descrições de atividade social, física, etc.). Todos os comportamentos são pontuados numa escala tipo *Likert* de 3 pontos (0= Não é verdadeira; 1= Algumas vezes verdadeira; 2= Muitas vezes verdadeira). Os encarregados de educação utilizam esta escala de *Likert* em itens como “Age de uma maneira demasiado infantil para a sua idade”; “Exige muita atenção”; “É desobediente em casa”, entre outros.

Procedimentos

Para a implementação da presente investigação foram cumpridos os requisitos éticos exigidos para a investigação com seres humanos.

No âmbito do estudo foi solicitado o consentimento ao Conselho Executivo da Escola para realizar mesmo e para a recolha da amostra solicitamos a autorização para realizar o estudo a todos os encarregados de educação dos alunos do 5º ano de escolaridade da Escola Básica do 2º e 3º Ciclos dos Louros. Nesse pedido constavam os objetivos do mesmo. Concedida a autorização procedemos aos contactos informais com os/as diretores/as das diversas turmas para enviarem através dos alunos o questionário para os encarregados de educação preencherem.

Após o término da recolha de todos os questionários, os dados foram introduzidos numa base de dados, sendo posteriormente analisados estatisticamente através do *software IBM SPSS Statistics 20*.

Análise dos Resultados

Para a escala CBCL do sistema de avaliação ASEBA foram calculadas as pontuações que cada participante obteve nas oito subescalas (Isolamento,

Queixas Somáticas, Ansiedade/Depressão, Problemas Sociais, Problemas de Pensamento, Problemas de Atenção, Comportamento Delinquente e Comportamento Agressivo). Foram ainda calculados os valores da Escala de Internalização (a soma das três primeiras subescalas) e os valores da Escala de Externalização (a soma das duas últimas subescalas). O Score Total foi calculado com a soma das Escalas de Internalização e Externalização e também pelas subescalas Problemas Sociais, Problemas de Pensamento e Problemas de Atenção, e Outros Problemas, que correspondem a alguns itens que não são englobados nas subescalas anteriores.

Posteriormente, foi realizado o teste *Kolmogorov-Smirnov* onde concluiu-se que este estudo tem uma distribuição normal.

No que se refere as propriedades psicométricas da escala *Child Behavior Checklist - CBCL* (ACHENBACH, 1991 – adaptação portuguesa de FONSECA, SIMÕES, ALMEIDA & DIAS, 1994) podemos verificar (Tabela 1) que a mesma apresenta uma elevada consistência interna nos itens ($\alpha=.922$), assim como uma boa consistência nas subescalas.

Tabela 2 – Consistência Interna da Escala e Subescalas CBCL

	Número de itens	<i>Alpha de Cronbach</i>
Isolamento	9	.584
Queixas Somáticas	3	.141
Ansiedade/Depressão	14	.768
Problemas Sociais	8	.711
Problemas de Pensamento	7	.242
Problemas de Atenção	11	.850
Comportamento Delinquente	13	.347
Comportamento Agressivo	20	.901
Escala Total	112	.922

Foram ainda calculadas correlações bi-variadas entre as subescalas do CBCL e o valor total. As subescalas mostraram estar fortemente intercorrelacionadas entre si, com a exceção da subescala Isolamento e Comportamento Agressivo. No entanto, é de salientar a subescala Ansiedade/Depressão que apresentou uma correlação negativa ($\rho = -.44$; $p < .05$).

Tabela 3 - Intercorrelações das Subescalas de Comportamento das Crianças em Idade Pré-escolar com o Desempenho Académico

Subescalas	Desempenho Académico
Isolamento	-.37
Queixas Somáticas	-.19
Ansiedade/Depressão	-.44*
Problemas Sociais	-.19
Problemas de Pensamento	-.19
Problemas de Atenção	-.10
Comportamento Delinquente	-.12
Comportamento Agressivo	0.08
Escala Global	-.20

* $p < .05$; ** $p < .001$

Não existem diferenças estatisticamente significativas entre a idade dos encarregados de educação relativamente ao desempenho académico, assim como o nível socioeconómico.

Denota-se somente uma correlação estaticamente significativa entre o desempenho académico e a idade das crianças ($p = .031$; $p < .05$).

Considerações Finais

A partir dos dados inferidos da amostra do estudo foi possível verificar que quanto mais ansiedade os pais descrevem que as crianças sentem, o seu desempenho académico tende a ser mais baixo, ou seja, os pais demonstram ter conhecimento tanto do comportamento como das notas dos seus educandos.

Para que as crianças possam beneficiar de um ambiente facilitador à aprendizagem, é necessário que a escola e os pais possam juntar-se, trabalhando em conjunto para atingir objetivos comuns que, de alguma forma, possam ajudá-los a desenvolver-se harmoniosamente. Mas para que essa colaboração possa existir é necessário haver o envolvimento de todos, estabelecendo uma relação de parceria onde a participação ativa seja valorizada por todos os intervenientes no processo educativo.

Deparamos, por vezes, com pais muito exigentes e severos que exigem dos filhos um aproveitamento brilhante. Estes pais nunca estão satisfeitos, pedem sempre mais, esquecem-se da criança e o seu ponto de referência é um código rígido que tem de se ajustar a determinadas metas; confrontam

permanentemente o aluno com um ideal, que o considera inacessível. A relação, assim, está dominada por uma decepção permanente, alternando com censuras constantes.

As exigências educativas estão desprovidas de compreensão psicológica e não se adequam ao sujeito, onde a criança não é considerada como pessoa independente, com vida própria, mas como objeto. Estas exigências levam a que as crianças em idade escolar sintam mais ansiedade perante os desafios educativos que lhes vão sendo colocados ao longo do seu percurso escolar. Sem uma boa relação entre família-escola e, principalmente, sem uma boa comunicação entre educadores e crianças não será possível um bom desenvolvimento e um percurso escolar adaptativo. Os encarregados de educação ao estarem presentes e envolvidos no percurso escolar dos seus educandos estão a contribuir indiretamente para um melhor resultado das crianças, deixando-as menos ansiosas com os desafios que vão surgindo.

O presente estudo, devido a vários factores, apresenta algumas limitações, nomeadamente no que diz respeito ao tamanho amostral, quer ao número de participantes, quer relativamente a estar cingido apenas a uma escola e, consequentemente, apenas a uma realidade, que condicionam fortemente a possibilidade de generalização dos seus resultados.

Referências Bibliográficas

ACHENBACH, T. M., & RESCORLA, L. A. *Manual for the ASEBA school-age forms & profiles: An integrated system of multi-informant assessment*. Burlington, VT: University of Vermont, Research Center for Children, Youth, & Families, 2001.

ALARCÃO, M. *(Des)Equilíbrios familiares*. Coimbra: Quarteto, 2006.

BARROS, E. *Andar na escola com João dos Santos: Pedagogia terapêutica*. 2. ed. Lisboa: Caminho, 1999.

BRANCO, M. E. *Vida, Pensamento e Obra de João dos Santos*. Lisboa: Livros Horizonte, 2000.

CRNIC, K. A., & GREENBERG, M. T. Minor parenting stresses with young children. *Child Development*, v. 61, p. 1628-1637, 1990.

DEATER-DECKARD, K. Parenting stress and child adjustment: Some old hypothesis and new questions. *Clinical Psychology: Science and Practice*, v. 5, p. 314-332, 1998.

_____. Parenting stress and children's development: Introduction to the special issue. *Infant and Child Development*, v. 14, p. 111-115, 2005.

DIAS, P., SOARES, I., & FREIRE, T. Percepção materna do comportamento de vinculação da criança aos 6 anos: Construção de uma escala. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, v. 2, p. 335-347, 2002.

DIOGO, J. *Parceria escola-família: a caminho de uma educação participada*. Porto: Porto Editora, 1998.

FIGUEIREDO, M. J. *A relação escola-família no pré-escolar: contributos para uma compreensão*. Dissertação (Mestrado. Universidade Fernando Pessoa: Porto, 2010.

MAROCO, J. *Análise estatística com utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo, 2007.

MEDEIROS, M. A. *As Três Faces da Pedagogia*. 2. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1975.

MOSS, E., & ST-LAURENT, D. Attachment at school age and academic performance. *Developmental Psychology*, v. 37, n. 6, p. 863-874, 2001.

PAPALIA, D. E., OLDS, S. W., & FELDMAN, R. D. *O mundo da criança*. Lisboa: McGraw-Hill, 2001.

SANTOS, J. *A Casa da Praia: o psicanalista na escola*. 4. ed. Livros Horizonte, 2007.

_____. *Ensaio sobre Educação – I: A Criança Quem É?* Edição de Product Solutions Catalysis Ltd. Edição para Kindle, 2016.

A ESCOLA À LUZ DO REFERENCIAL SANTIANO: APROXIMAÇÕES INICIAIS

Daniele Cariolano da Silva

Evaldo Cavalcante Monteiro

Maíra Maia de Moura

Introdução

O estudo objetivou compreender a escola à luz do referencial santiano. Trata-se de um trabalho desenvolvido na esfera do curso *Introdução ao Pensamento de João dos Santos: estudo sobre a Pedagogia Terapêutica*, concebido no âmbito da Linha de Pesquisa História e Educação Comparada do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará.

Parte-se da compreensão de que a escola ao longo da história configurou-se, ora numa perspectiva otimista ingênua, apresentando-se com caráter messiânico, supostamente neutro, politicamente desinteressado e com autonomia absoluta para extinguir todas as mazelas sociais; ora numa perspectiva pessimista ingênua, situando-se como instrumento determinado pelas classes (elites) sociais dominantes, sem autonomia, de caráter conservador, a serviço da sociedade e sendo reprodutora de suas desigualdades, portanto, do *status quo*.

É salutar evidenciar que tais configurações escolares, decorrentes de avanços e retrocessos sociais, econômicos, políticos e culturais, quando compreendidas isoladamente, sem considerar as relações entre si, obscurecem, de certo modo, a existência das contradições presentes na dinâmica da sociedade de classes, de suas esferas e instituições. Estas permeáveis aos processos tanto de conformação e reprodução social como de resistência e transformação. As perspectivas de escola decorrem de posições e práticas educativas anteriores (passadas) e configuram base para concepções e ações posteriores (futuras). Elas se entrelaçam entre si mediante retrocessos, permanências e progressos.

Para o estudo empreitado, considera-se o panorama de relações dialéticas, contraditórias e conflituosas no qual ao mesmo tempo em que a escola ainda se submete aos ditames dominantes que privilegiam os resultados quantificáveis, as relações corporativas, autoritárias, impessoais, racionalizadas e competitivas, ela ainda é promotora de processos políticos, pedagógicos e emancipatórios mediante sua relativa autonomia. Assim, constata-se contextos em que a escola ainda reflete relações de conflitos e poder, de hierarquização e fragmentação do trabalho, de burocratização, hierarquização e imposição do poder central para com a Educação e a profissão docente. Entretanto, sendo

possível compreender a escola como parte da sociedade, com seus condicionantes e como via de mão dupla, vislumbra-se, também, contextos críticos de promoção da formação consciente e reflexiva do sujeito e de transformações sociais.

Aliado ao panorama acima como base de sustentação e reflexão à pesquisa proposta, têm-se os conhecimentos (re)construídos ao longo da vivência do curso já mencionado e que proporcionaram adentrar nos estudos de João dos Santos, em seu conceito de Pedagogia Terapêutica, abordando para tanto a Educação e a Escola em suas relações com as demais instâncias sociais como a família.

Analisando o ser humano em sua contextualidade social e psíquica, em sua multidimensionalidade e referencialidade, o pensamento santiano postula que “a pedagogia é cada vez menos a arte de aplicar fórmulas e esquemas, é cada vez mais a aplicação ao ensino, de resultado da constante observação da criança agindo no grupo e no meio físico que a rodeia.” (SANTOS, 1982, p. 19). Torna-se então importante tanto ter conhecimentos pedagógicos como capacidade de observação e imaginação, além de recursos técnicos necessários ao estímulo desenvolvimental do sujeito. Daí a pertinência de equipes multidisciplinares que, direcionadas por pressupostos da pedagogia terapêutica, objetivam combater a partir da relação cognição e afeto, a persistência de práticas educativas baseadas por diagnósticos isolados, pontuais e estáticos, além de classificações/rotulações depreciativas. Aos pedagogos é orientado que antes mesmo de se voltarem para as dificuldades de aprendizagem da criança, é necessário que estabeleça com ela uma relação de empatia, de espontaneidade e de contínua observação de suas ações cotidianas, das relações que a criança estabelece com o meio, com os outros e consigo mesma. Além disso, é preciso que estes profissionais possuam saberes e fazeres de cunho teórico, técnico e fundantes da psicologia desenvolvimental.

Nesse sentido, “é preciso que na escola se brinque, cante, desenhe, pinte e fale em liberdade, antes que se dê satisfação aos pais e educadores apressados e obcecados com a ideia do exame” (SANTOS, 1982, p. 29). O ensino ali vivenciado deve deixar de conceber a pontuação nos exames e a passagem de uma série escolar para outra como seus principais resultados e objetivos institucionais e pedagógicos. É necessário que o ensino estimule a criança, mediante diferentes atividades livres, a expressar os seus sentimentos, capacidades e desejos seja pela palavra, grafismo, pintura, seja pelas atitudes, movimentos, dança ou outras formas de arte. É preciso ao mesmo tempo estimular a criança a encontrar-se a si própria e a inserir-se na sociedade. Assim,

é fomentado, a partir desta base contextual e teórica, da qual emergem o interesse e a pertinência deste trabalho investigativo na tentativa de compreender a escola a partir do enfoque santiano.

Para tanto, considerando os objetivos investigativos, a pesquisa se fundamentou em pressupostos metodológicos que encenam uma abordagem qualitativa de investigação, na qual se considera a dialética presente na relação quantidade-qualidade, enfatiza o processo em detrimento dos resultados alcançados e faz referência mais aos fundamentos epistemológicos do que aos aspectos metodológicos. Inserida nesta abordagem, recorreu-se à pesquisa bibliográfica que consiste no levantamento, seleção e análise de informações, apreendidas a partir de fontes primárias (legislações) e secundárias, publicadas por meios escritos e eletrônicos como livros, artigos científicos, página de web sites e outros. Desse modo, este tipo de pesquisa “utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados.” (SEVERINO, 2007, p. 122). Como procedimentos de coleta de dados, realizou-se a análise documental, visto que propicia o aprofundamento do campo de conhecimento em questão.

O desenvolvimento das atividades concernentes à proposta ocorreu em duas etapas: a primeira resultou no levantamento, apontamentos e anotações da bibliografia a ser consultada. A segunda, por sua vez, consistiu na análise dos dados, das informações coletadas e descritas durante a investigação de forma mais fidedignamente possível. Concretizou-se num “esforço de abstração, ultrapassando os dados, tentando estabelecer conexões e relações que possibilitem a proposição de novas explicações e interpretações.” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 49). Portanto, objetivando ir além da mera descrição para uma profunda reflexão crítica do objeto de análise. Para tanto, tomaram-se como referências os estudos de Santos (1982, 1983), Freire (1987, 1996), Branco (2013), Holanda e Morato (2016), dentre outros.

A Escola Sob o Enfoque Santiano: Iniciando a Conversa...

A educação compreende uma ação e um resultado. Nas relações entre o homem e o contexto social e natural, ela transmite conhecimentos, princípios, costumes, valores e regras sociais. Entrementes, a educação também produz e reproduz a vida social ao longo das gerações humanas. Nesse movimento de ações e relações, a educação ressurgue como produto dessa vida em sociedade, visando à formação do indivíduo e dando-lhe condições humanas indispensáveis a sua sobrevivência num determinado contexto sócio-histórico.

Intrínsecas às relações políticas, econômicas, sociais e culturais de uma dada sociedade, ela está em constante transformação, considerando que sua prática emerge como expressão da organização social que, por sua vez, se origina das ações humanas, portanto passível de modificações em diversos aspectos. Inerentes às manifestações da sociedade e da política, as transformações ocorridas no âmbito educacional estão diretamente ligadas às relações sociais vigentes. Assim, dada a sua complexidade e multidimensionalidade de acordo com BRANDÃO, 2006, p. 7,

[...] ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de outro, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação.

Ela se faz presente em diversos espaços, tempos e envolve diferentes sujeitos, sendo inevitável nos exirmos das influências de tal ação. Sendo uma prática estritamente humana, a ação educativa é uma intervenção no mundo, na configuração humana, nos estados físicos, mentais, sociais, cognitivos, afetivos, espirituais e culturais dos indivíduos.

Como fenômeno social, a educação torna-se necessária à existência e ao funcionamento da sociedade, visto que esta precisa primordialmente desenvolver determinadas capacidades, habilidades, saberes e fazeres imprescindíveis à formação humana. A educação possibilita pensar tipos de homem, de criá-los,

[...] através de passar de uns para os outros o saber que os constitui e legitima. Mais ainda, a educação participa do processo de produção de crenças e ideias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedade. (BRANDÃO, 2006, p. 11).

Desse modo, a prática educativa em ambientes formais ou não emerge para promover a apreensão pelos indivíduos, dos conhecimentos e experiências acumulados pela prática social da humanidade, tornando-os aptos a viverem, conviverem, adaptarem-se e atuarem de forma transformadora no meio social, levando em conta as demandas da coletividade.

Reafirmando o caráter social e humanista, cognitivo e afetivo, Santos (1982) apresenta a educação como fenômeno cultural, tendo uma dimensão integradora, a capacidade de estimular o sujeito a encontrar-se a si próprio, a construir sua identidade e a promover a integração no meio em que vive. A educação se entrelaça ao compromisso com os princípios que dão sentido e direcionalidade às relações estabelecidas entre os homens, bem como ao desenvolvimento intelectual, com enfoque na inteligência e no pensamento

expresso de diferentes formas, pela palavra, pela atitude, pela arte, pela escrita, pelo movimento. Não sendo uma matéria que se ensine e baseando numa relação espontânea, afetiva e instintiva, a educação é uma atitude fruto de diversas vivências, das ações, perspectivas e expectativas, do que fomos e do que pretendemos ser. Assim,

[...] a educação pretende que cada cidadão seja um Homem, um Homem fisicamente equilibrado, consciente da sua missão de obreiro do progresso e disposto a ocupar na vida o lugar que lhe compete. A educação prepara para a vida, dando ao indivíduo pela experiência própria e pela dos mestres: os conhecimentos que lhe permitam defender-se da natureza e triunfar na sociedade, as noções elementares das ciências indispensáveis a todo o profissional consciente e, por fim, o alimento da cultura. Pela educação o indivíduo aprende a defender a saúde seguindo as normas da higiene, aprende a servir-se do corpo e dos membros como armas eficientes e como instrumentos de trabalho e de expressão humana; a educação ensina a correr, saltar, nadar, lutar; a educação fornece ao indivíduo todos os materiais próprios à formação duma personalidade e ter personalidade é ter a noção do seu valor pessoal e social. (SANTOS, 1982, p. 176).

A educação deve ser compreendida como processo e ao mesmo tempo como produto. Concebida como processo, ela se configura como ação educadora em que, mediante condições e modos estabelecidos conforme a necessidade e o objetivo previamente definidos, pretende-se educar e intervir nas várias instâncias da vida humana, promovendo aprendizagens por meio da própria atividade educativa construída pelos indivíduos e que incide sobre eles. Como Educação-produto, resultante da Educação-processo, o foco não está no ato educativo, mas no sujeito educado advindo desse ato. Constata-se a educação como ação pela qual se pretende promover aprendizagens diversas, a formação técnica, intelectual, valorativa e humanista, além da educação como resultado/produto que é o homem educado ante a sua própria realidade. Segundo Brandão (2006, p. 22),

[...] mesmo onde ainda não criaram a escola, ou nos intervalos dos lugares onde ela existe, cada tipo de grupo humano cria e desenvolve situações, recursos e métodos empregados para ensinar às crianças, aos adolescentes, e também aos jovens e mesmo aos adultos, o saber, a crença e os gestos que os tornarão um dia o modelo de homem ou de mulher que o imaginário de cada sociedade – ou mesmo de cada grupo mais específico, dentro dela – idealiza, projeta e procura realizar.

A estrutura na qual a sociedade se organiza repercute tanto nas esferas econômica e política como nos processos educativos explicando, desse modo, o fato de as finalidades e de os meios da educação serem condicionados à conjuntura social, haja vista que o fenômeno educativo, onde quer que se manifeste, há sempre uma contextualização em torno dele, que se desdobra em exigências, objetivos, princípios, finalidades, condições e meios de ação. A

educação tanto condiciona como é condicionada socialmente na constituição de homens e de sociedades.

Diante do conceito ampliado de educação, advêm suas diferentes manifestações e modalidades, a informal, a não formal e a formal (LIBÂNEO, 1994). A primeira corresponde à vivência humana, à educação assistemática, às experiências decorrentes das relações humanas, ambientais, culturais, sociais e políticas, sem organização e planejamento do acontecer educativo. É um processo de aquisição de valores, crenças, hábitos, modos de falar e agir, sem objetivos explícitos preestabelecidos conscientemente. Na educação não formal, apesar do caráter pedagógico, intencional, há um baixo nível sistemático de organização e de planejamento, sendo a sua prática realizada em espaços não institucionalizados. Nesta perspectiva, incluem-se os movimentos sociais, os trabalhos comunitários, as atividades extraescolares (feiras, visitas a museus, cinemas, praças) e a educação de trânsito. Por último, tem-se a educação formal, conscientemente estruturada e planejada, na qual estão explicitamente presentes objetivos sociais e políticos. Além de métodos, conteúdos, ensino, condições estruturais, materiais e humanas imprescindíveis ao processo educacional intencional, mesmo que tal processo não ocorra na instituição de ensino propriamente dita. Inserem-se, nesse contexto, a educação escolar convencional, a educação profissional, a educação de adultos e a educação sindical.

Vale situar que a educação escolar não se exime de influências advindas dos atos educativos informais, dos elementos do meio natural e social que, apesar de decorrerem de modo não sistemático e não planejado, permeiam as práticas educativas formais, bem como as não formais. As diversas formas que a prática educativa assume se interpenetram, sejam intencionais ou não, formais ou não formais, escolares ou extraescolares.

Conforme Brandão (2006, p. 28), o ensino formal é o momento em que a educação se sujeita à Pedagogia, promove situações educativas específicas, com determinados métodos, regras, espaços, tempos e executores especializados, desse modo, é o momento em que emergem a escola, o aluno e o professor. Isto significa o surgimento de "[...] tipos e graus de saber que correspondem desigualmente a diferentes categorias de sujeitos (o rei, o sacerdote, o guerreiro, o professor, o lavrador), de acordo com sua posição social no sistema político de relações de grupo". Para além do saber comum que anteriormente era dividido a partir de categorias naturais de pessoas e transferido de uns para outros considerando apenas o sexo ou a idade, com o surgimento do ensino formal

criam-se níveis de divisão social do saber e de seu uso, bem como dos agentes envolvidos.

Nesse sentido, têm-se práticas educativas em que se objetivam formar sujeitos livres que, por igual, vivenciam a mesma vida comunitária, ao mesmo tempo que outras ações educativas, agora formais e institucionalizadas, buscam formar homens aptos ao exercício de sua função social previamente estabelecida, legitimando o poder de uns poucos sobre o trabalho e a vida de muitos, por conseguinte, as classes e as desigualdades sociais. Partindo da afirmativa de que a educação do homem decorre de toda ação do meio sociocultural, de tudo e de todos, do viver e do conviver, a escola emerge como uma das instituições sociais que contribuem para tal educação, destacando também a família, a igreja, os amigos, a comunidade, dentre outras. Desse modo, a educação decorre do vivido e aprendido no cotidiano e na escola, na vida e na aula, podendo na prática, educar como deseducar, humanizar como desumanizar.

No âmbito da perspectiva tradicional de educação, Santos (1982) adverte que a limitação da escola à dimensão intelectual/cognitiva não é aconselhável, não se deve limitar a seguir programas e normas pensadas por uns e devendo ser executadas por outros, além de não levar em conta as especificidades da criança em seu meio. A escola não deve restringir o seu papel social a simples aplicação rígida de programas indefinidos, da utilização de manuais e livros desatualizados, obsoletos e únicos para todos, independentemente de seu contexto geral e local, de suas expressões culturais e regionais. O ensino oficial tende a aceitação e imposição da ciência e do conhecimento das letras para simplesmente serem recebidos e memorizados passivamente pelos alunos para o ritual dos exames. Trata-se de um

[...] ensino obsoleto que às vezes se ministra, todo preenchido de "fazer números", exercícios de passividade chamados "cópias" e registros mecanizados de factos históricos e científicos, congelados e simplificados em sistema 'digest' para uso dos meninos das escolas. (SANTOS, 1982, p. 31).

Restrito à repetição monótona, fatigante e sistemática de certos dados e habilidades para serem aplicadas nos exames, o ensino se iguala ao adestramento.

Constata-se a preocupação com os exames em detrimento da formação integral da criança, esquecendo a importância da comunicação, da dialogicidade, do falar para a aprendizagem. Ensina-se a leitura da palavra, mas não estimulam a leitura imagética, pictórica, fílmica, a leitura de si própria e do mundo; promovem-se situações de representação pela escrita em contraposição aos

relatos orais, às descrições verbais ou a partir de desenhos, pinturas ou movimentos corporais. O processo de ensino e aprendizagem passa a se limitar à fala do professor e à escuta do aluno que posteriormente faz o registro escrito do que foi falado de modo passivo, mecânico e sem efetiva qualidade, compreensão e significação para a sua formação e vida. De acordo com Santos (1982, p. 21)

[...] a criança fala e gesticula para ilustrar as suas histórias, mas no ensino corrente o uso da palavra é pouco ligado à escrita; por vezes as crianças não falam o que vão escrever e, portanto, não vivem esses escritos que praticam através de exercícios de passividade, designados por "cópia" e "ditado". As próprias "redacções", que poderiam ser exercícios activos e de ligação entre o sentimento, a palavra e a escrita, são frequentemente feitas por encomenda, com temas sugeridos pelo mestre e sem relação com a espontaneidade, os interesses e as experiências feitas pela criança.

A escola tende para a desatualização, a descontextualização e desumanização de seu ensino. As boas notas nos exames, a passagem de uma série para outra, o nome do quadro de honra e os prêmios recebidos parecem se constituir nos objetivos institucionais, dos mestres, pais e alunos; entretanto, são insuficientes para a promoção de uma educação integral, qualitativa, democrática, contextual, humanística, formativa e transformadora, pois "toda a educação deve ter por base o amor pela criança, o afeto e o sentimento ligado ao ensino das matérias. Sem actividade recíproca do mestre e do aluno, sem relação afectiva e compreensão humana dos sucessos e dos fracassos, o ensino não é educação, é adestramento" (SANTOS, 1982, p. 35). Imbuída de uma cultura livresca impressa, do discurso da suposta neutralidade da escola e de que a ascensão social resulta em si da ascensão escolar, a sociedade estimula que a criança seja inserida, o mais cedo possível, neste contexto de domínio do código escrito, do ensino livresco, da repetição, memorização e cópia do escrito, de trabalhos escolares utilitários e forçados de castigo. Este compreendido como sanção a uma falha cometida ou algo que foi imposto à criança, mas que ela não entende nem o porquê nem a sua necessidade.

Uma vez fomentada por pressupostos tradicionais de ensino, a escola vivencia perspectivas e práticas que expressam uma educação bancária que, segundo Freire, (1987) tem como principais elementos representativos, o depositante do saber, aquele que tudo sabe (o educador) e o depositário do saber, aquele que nada sabe (o educando). Nesta prática, controlam-se os pensamentos, as concepções, ideias e ações; cultiva-se o silêncio e tolhe-se a criatividade, por isso ser unilateral, mecanizada e antidialógica. O educador passa a ser o único sujeito com a função de conduzir os educandos à memorização e repetição do conteúdo programático, concebidos como recipientes/depósitos a

serem envidados pelas informações repassadas pelo professor e passivamente recebidas pelos alunos, conforme o postulado abaixo.

[...] em lugar de comunicar-se, o educador faz "comunicados" e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção "bancária" da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. Margem para serem colecionadores ou fichadores das coisas que arquivam. No fundo, porém, os grandes arquivados são os homens, nesta (na melhor das hipóteses) equivocada concepção "bancária" da educação. Arquivados, porque, fora da busca, fora da práxis, os homens não podem ser. Educador e educandos se arquivam na medida em que, nesta distorcida visão da educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber. (FREIRE, 1987, p. 33).

O saber é compreendido como uma doação daqueles que se julgam detentores do conhecimento aos que estão na posição de ignorantes, que nada sabem, desconhecendo os homens como seres históricos. Quanto mais conteúdos forem depositados, tanto "melhor" será o educador; quanto mais memorizar e reproduzir fiel e docilmente o que foi transmitido, tanto "melhor" será o educando. Sendo o professor o sujeito do processo que educa, pensa, fala, disciplina, atua, opta, escolhe e transmite o saber, fica ao aluno a posição de objeto, sendo seu conhecimento não decorrente de experiências vividas, criadas, mas de experiências narradas por outros. Frisa-se que quanto mais fortemente se faz presente a educação bancária, em seu processo de alienação, adaptação, ajustamento, manipulação e objetivação dos agentes envolvidos, educadores e educandos, tanto menos eles desenvolverão a consciência crítica necessária ante a transformação da realidade imposta. Como artífice do processo de ensino e aprendizagem, cabia ao professor todas as iniciativas e à escola, organizar-se "como uma agência centrada no professor, o qual transmite, segundo uma gradação lógica, o acervo cultural aos alunos. A estes cabe assimilar os conhecimentos que lhes são transmitidos." (SAVIANI, 2009, p. 6). A escola como antídoto da ignorância devia se organizar em classes, contando cada uma com um professor que repassava as lições e os exercícios, sendo realizados atenta e disciplinarmente pelos alunos, tornando-se "esclarecidos".

Como crítica à Pedagogia Tradicional, suas manifestações e instituições educacionais consubstanciadas nos pressupostos tradicionais de ensino e aprendizagem, emerge mediante movimento escola novista, a Pedagogia Nova em que conforme Saviani (2009), desloca o foco do intelecto (cognição) para o sentimento (afeto), do lógico para o psicológico, dos conteúdos de ensino para os métodos e processos, do professor para o aluno, do esforço para o interesse, do aspecto disciplinar para a espontaneidade, do âmbito quantitativo para o qualitativo, do diretivismo para o não diretivismo, do campo filosófico e lógico

para a esfera biológica e psicológica, do aprender para o aprender a aprender. Inserida neste contexto educacional escola novista, a Pedagogia Terapêutica

[...] elaborada por João dos Santos reflete não só a sua formação psicanalítica, como também o estudo da psicologia genética e da psicologia dinâmica, por oferecerem oportunidade de investigação dos processos mentais, os quais podem ser acessíveis por meio da observação, interpretação de sonhos etc. Essa associação permitiu a criação de uma abordagem terapêutica direcionada para resolver os problemas na aprendizagem, encontrados pelas crianças. (HOLANDA, 2016, p. 93).

Com centralidade na criança, em sua profundidade, singularidade e historicidade, a Pedagogia Terapêutica, na articulação entre Pedagogia e Psicologia, cognição e subjetividade, aprendizagem escolar e família, busca contribuir com o conhecimento psicanalítico para a educação, para compreender a partir da escuta e da observação sistemática, os problemas, bloqueios e atrasos das crianças em iniciação à educação escolar. A Pedagogia Terapêutica não é uma técnica, mas uma orientação, intervenção, investigação, prática integrada, contextual, flexível, humana, afetiva e dialógica, em que uma equipe de profissionais trabalhando em cooperação, dentre eles o pedagogo e o psicólogo, estabeleçam uma relação comunicativa, de escuta, disponibilidade e acolhimento perante a criança e sua família. É preciso que tais profissionais aprendam

[...] a observar, escutar a criança, sem julgá-la e nem avaliá-la, sem por isso tomar o seu lugar ou confundir-se com a criança. Para que isso ocorra, é necessário que os membros da equipe efetuem uma aceitação de si mesmos e revelem uma presença autêntica no diálogo com o outro. (HOLANDA, 2016, p. 98).

Persiste estabelecer uma relação interpessoal, de liberdade, reciprocidade, espontaneidade, compreensão, afeto e respeito entre os profissionais e a criança.

No âmbito da escola sustentada por princípios e orientações da Pedagogia Terapêutica, o professor deve estimular e valorizar as experiências das crianças, seus sentimentos, desejos, sendo expressos por meio de gestos, movimentos, palavra, linguagem verbal, forma, traço e cor, ou seja, que a pessoa possa se expressar não somente por meios escritos, mas por diferentes atividades simbólicas e lúdicas como o desenho, a pintura, o jogo, a dança e demais propostas artísticas e corporais, uma vez que "os aspectos estéticos da educação devem impregnar toda actividade escolar. A criança só pode aprender se primeiro sentir e o sentir refere-se a tudo que é atividade emocional, jogo, pintura ou canto." (SANTOS, 1983, p. 24). O educador, em sua prática concreta e cotidiana de ensino, deve promover a vivência da educação em suas múltiplas expressões, do movimento acompanhado da palavra, do elo entre linguagem emocional e linguagem verbal, aprendizagem racional e aprendizagem

emocional. Quanto mais situações e instrumentos expressivos, corporais e verbais forem proporcionados à criança, mais possibilidades terão o pensamento e a inteligência de se desenvolverem.

Como a aprendizagem também decorre da investigação, conhecimento e experimentação da criança com o meio natural e social, com os objetos e as pessoas, torna-se necessário permitir uma variedade de atividades livres nos diversos espaços sociais como a família, preparando a criança para as demandas, regras, necessidades e possibilidades da escola, não somente estimulando sua adaptação, mas integrando-a aos contextos, práticas, ideias e sentimentos que a elevam emocional e espiritualmente, pois "... o que ela necessita é de espaço de pesquisa e de tempo de elaboração. Ela procura conhecer para encontrar referências e adquirir segurança e necessita ter segurança para poder aprender o que se passa à sua volta e arrumar as ideias." (SANTOS, 1983, p. 113). Cabe ao professor, articulando adequadamente liberdade e autoridade, possibilitar que as crianças dirijam a si mesmas, de reprimir-se, de saber quando mover e parar, falar e silenciar. Para tanto, emerge a prática da observação constante, a certeza do momento certo para intervir por parte do professor e a promoção da livre experiência, o que não significa indiferença às faltas cometidas pelas crianças ou a recusa pela defesa dos preceitos de convivência, coletividade e sociabilidade entre os homens e o meio.

Reflexões Finais

As concepções de escola e de suas práticas têm como base as teorias educacionais até então compreendidas e postuladas a partir das relações estabelecidas entre educação e sociedade. Para Saviani (2009), temos *grosso modo*, de um lado as teorias educacionais que entendem ser a educação um instrumento de equalização social, de correção de distorções, de homogeneização e integração dos sujeitos no corpo social, portanto, de suposta superação da marginalidade; do outro àquelas que concebem a educação como instrumento de discriminação social, de reprodução da marginalidade social a partir da reprodução cultural e escolar. Tais perspectivas de educação e escola condicionam e são condicionadas pelo tipo de sociedade em que estão inseridas, sendo as práticas educativas, formais, não formais e informais, entremeadas e influenciadas entre si, não devendo ser compreendidas isoladamente e com suposta neutralidade entre elas.

Na esfera da educação formal, Santos (1982) afirma que a escola numa postura de crítica à pedagogia tradicional, não deve se limitar a seguir obsoletamente os programas e manuais muitas vezes, instrucionistas, desatualizados e descontextualizados, nem reduzir o seu papel social e formativo

à adaptação da criança às normativas e imposições escolares e da sociedade. A escola a partir de suas práticas educativas e de ensino deve promover a articulação entre cognição e afeto, compreender o processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança, seu modo próprio de conhecer, sentir, comunicar, aprender e se expressar, tendo como ponto de partida a consideração de que o conhecimento humano decorre das atividades de livre experiência e espontaneidade proporcionadas à criança “na família: a palavra e o essencial das relações humanas. Na escola: a compreensão da forma ligada ao gesto e à palavra, a expressão ligada à actividade pictorial e gráfica, e as regras da vida social do grupo, ligadas ao trabalho.” (SANTOS, 1982, p. 157). É preciso que se proporcione à criança experiências verbais, lúdicas, espontâneas e criativas nos diferentes espaços sociais, em especial na família e na escola.

Se nestas situações, pais e professores “são espontâneos, ou se conseguem ser espontâneos, como foram em crianças, agem naturalmente a ternura e a agressividade e, portanto, fornecem à criança o modelo de pessoa autêntica.” (BRANCO, 2013, p. 152). Sendo verdadeiros em si mesmos, eles corporificam aspectos essenciais da prática educativa, a espontaneidade, o sublime, a verdade, a liberdade, a afetividade e o humano. A criança não precisa de pais e educadores integralmente racionais, dogmáticos e frios em que as ações são mecanicamente regidas por manuais e convencionabilidades; ela precisa sentir e compreender as mais diferentes situações, sentimentos e desejos, ser educada e viver de verdade a realidade.

Na instituição escolar deve-se estimular cotidianamente a criança a cantar, desenhar, brincar, falar, pintar, dançar, jogar, expressar-se de modo espontâneo e criativo, desse modo, a vivenciar um ensino que considera sua individualidade, conhecimentos e sentimentos, colocando ao professor e à escola a responsabilidade de não apenas respeitar os saberes que os alunos possuem ao iniciarem no cotidiano da escola mas, sobretudo, discutir com os alunos o porquê de ser e as relações evidenciadas com o ensino dos conteúdos (FREIRE, 1996). Exige-se, da escola e de seus agentes, o respeito aos saberes dos educandos, não se limitando à memorização, imitação e reprodução de programas escolares pensados à margem das necessidades e possibilidades da instituição. No domínio da escola sob o enfoque santiano, faz-se pertinente um ensino que tenha a livre experiência como base da educação e a emoção como base da aprendizagem; que, por meio de experiências corporais, artísticas, lúdicas e psicomotoras possibilite ao aluno compreender o mundo. Para tanto, busca-se a articulação entre educação física e educação artística (a arte), imprescindíveis

para a leitura da palavra e do mundo através das dimensões intelectual e emocional.

Referências Bibliográficas

BRANCO, Maria Eugénia Carvalho e. *Vida, pensamento e obra de João dos Santos*. 2. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2013.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho e MORATO, Pedro Jorge Parrot. *Pedagogia terapêutica: diálogos e estudos luso-brasileiros sobre João dos Santos*. Fortaleza: Edições UFC, 2016.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

SANTOS, João dos. *Ensaaios sobre Educação - I: A Criança Quem É?* Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

_____. *Ensaaios sobre Educação - II: O Falar das Letras*. Lisboa: Livros Horizonte, 1983.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política*. Campinas – SP: Autores Associados, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.



III - EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO

AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO: PORTUGAL E BRASIL

Itamara Peters

Cícero Edinaldo dos Santos

Introdução

O presente artigo irá descrever brevemente aspectos da biografia de João dos Santos, relatando como sua trajetória de estudos e ações reflete-se na criação de políticas públicas inclusivas. Na sequência, o texto discorre sobre a estruturação dessa política, ressaltando os princípios de ação criados e pensados por João dos Santos para o processo educativo e a prevenção da saúde mental na infância, dando sequência ao texto com a trajetória da educação especial e inclusiva no Brasil, para depois estabelecer elementos comparativos entre Portugal e Brasil.

Ao comparar a trajetória de João dos Santos com a cronologia da educação especial brasileira busca-se encontrar pontos de convergência e disparidades que possam ser entendidas e pensadas para que possam ser discutidas e melhoradas.

Quem foi João dos Santos

João dos Santos nasceu em Lisboa em 1913. Na sua trajetória acadêmica formou-se em Educação Física em 1934 e foi professor enquanto cursava Medicina, formou-se médico em 1939 e fez estágio no serviço de Neurologia. Em 1941 iniciou seus trabalhos na psiquiatria, mas logo interrompeu suas atividades em Portugal, em virtude de problemas políticos se vê forçado a deixar o país e vai à França em 1946, em Paris atuou no Laboratório de Biopsicologia da Criança, onde conheceu os estudos de Henri Wallon e de outros estudiosos da psiquiatria, formando-se em psicanálise.

Em 1950 regressou a Portugal, fez parceria com dois estudiosos, Francisco Alvin e Pedro Luzes com quem fundou, em 1971, por meio das ações do grupo de estudos a Sociedade Portuguesa de Psicanálise.

As parcerias de João dos Santos foram muitas e proporcionaram a criação de vários programas e fundações voltadas à saúde mental das crianças: Centro de Assistência Materno-Infantil de Campo de Ourique (1952); Centros Psicopedagógicos do Colégio Moderno e de A Voz do Operário; o Colégio Eduardo Claparède (1954); o Centro Infantil Helen Keller (1956); a Liga Portuguesa dos Deficientes Motores (1958); Associação Portuguesa de Surdos (1958); Centro de Saúde Mental Infantil de Lisboa (1965); Liga Portuguesa contra a Epilepsia (1971); a Escola dos Cedros - Clínica da Juventude (1974); e, por último, a Casa da Praia – Externato de Pedagogia Experimental (1975).

A listagem de espaços, fundações e programas em que João dos Santos se envolveu dão a dimensão da sua obra e comprovam a luta por uma causa. A causa da saúde mental infantil que lhe trouxe o título de primeiro Psicanalista de crianças em Portugal.

A criação de muitos espaços educativos e a conexão direta com a educação apontam para o seu olhar cuidadoso com a infância e com a necessidade de pensar o processo educativo, como afirma, ao falar da fundação do Colégio Eduardo Claparède “[...] uma pequena escola de ambiente familiar, [...] a nossa intenção foi ensaiarmos várias metodologias da didática especial. (SANTOS, 1982, p. 18)”. Ou seja, há no trabalho de Santos a preocupação com o apoio às crianças e aos pais no desenvolvimento e educação da infância. A prática pedagógica e psicopedagógica são pensadas e repensadas para estruturar um processo educativo global.

O Olhar Santiano sobre as Políticas de Inclusão

Focando o trabalho no olhar e nos estudos de João dos Santos sobre a educação, a psiquiatria e a psicanálise, encontramos um referencial bastante sólido sobre o assunto. No envolvimento com diferentes propostas de atendimento a infância e a saúde mental, Santos (1958) deixa claro o seu posicionamento sobre a integralidade dos atendimentos.

Dentro do serviço oficial onde trabalho – o Centro de Saúde Mental Infantil de Lisboa (1965), a experiência recente de Externato de Pedagogia Terapêutica Experimental, Casa da Praia (1975), vem ainda confirmar a ideia da necessidade duma Instituição Nacional, que ajude os pais e a população a consciencializar a ideia de que a educação e a saúde são tarefas de todos os cidadãos. (SANTOS, 1982, p. 23).

Ao apontar que os atendimentos educacionais e de saúde são de responsabilidade de toda a sociedade, Santos (1982) chama a atenção para o papel da sociedade nos processos educativos e de desenvolvimento dos indivíduos “a proteção materno-infantil e a educação competem a toda a comunidade” (SANTOS, 1982, p. 87).

João dos Santos pensa a educação e a saúde de um modo humanizado, estabelecendo relações claras entre a saúde, o desenvolvimento, a educação e o papel da sociedade nos cuidados com a infância, “é necessário fazer participar os pais e os técnicos, a família e as comunidades, na organização e suporte de instituições” (SANTOS, 1982, p. 16). Entendendo, assim, que há um conjunto de pessoas e instituições que participam dos processos de cuidado da criança e cabe a elas zelar pela saúde e educação da infância.

Na criação de diferentes instituições voltadas ao cuidado das crianças, em especial as mais fragilizadas, João dos Santos deixa evidente o seu papel de líder e pioneiro na área da educação especializada e da psiquiatria portuguesa. Além da liderança na criação de institutos e espaços de atendimento, Santos deixa um referencial teórico sólido e consistente que marca as ideias de seu tempo, e influencia o pensamento posterior sobre educação, saúde, psicanálise e psiquiatria.

Sua teoria traz um olhar cuidadoso sobre os indivíduos e os processos de aprendizagem na sociedade. As ações, pesquisas e estudos de João dos Santos representam uma ruptura com a concepção de saúde mental antes vigente, ao defender um avanço para a Psicologia e a Educação, quando propôs uma teoria do indivíduo e uma pedagogia que abranja as dimensões cognitiva e afetiva, aproximando-as e rompendo com o danoso afastamento a que estavam condenadas as duas mais importantes esferas da vida mental infantil e humana. Na teoria de Santos há uma apropriação da responsabilidade de imprimir um novo olhar aos problemas mentais e ao processo educativo dos indivíduos.

Ao propor a criação de institutos e instituições voltadas ao atendimento das crianças e familiares, João dos Santos volta seu olhar para espaços que ofereçam apoio aos pais na educação dos filhos, sobretudo, no momento que deparam com uma criança que apresenta algum tipo de problema, ou que, passado algum tempo, parece ter um desenvolvimento diferente do esperado. Ao preocupar-se com o apoio das famílias identifica-se novamente o seu viés humanista e integral do ser humano.

As Políticas de Educação Especial e Inclusão no Brasil

A educação especial⁹ no Brasil tem seus primeiros registros em 1854, com a criação do Instituto Imperial dos Meninos Cegos, que mais tarde passou a se chamar Instituto Benjamin Constant; em 1874 inicia-se na Bahia o tratamento de pessoas com deficiências mentais e, em 1957, com a criação do Instituto Nacional de Educação de Surdos.

Ligada à filantropia, assistência à criança com deficiências começa a acontecer. A primeira lei de 1961 menciona o direito à educação. Lei nº 4.024/1961: Antiga Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional previa o direito

⁹ A denominação oficial educação especial se consolidou como processo de atendimento às pessoas que possuem necessidades específicas de acompanhamento do seu processo educativo. A meu ver, a modalidade pode ser entendida como Educação Especializada, que exige conhecimentos específicos sobre processos de ensino e recursos mais adequados.

dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino. Porém, mesmo a partir da lei as instituições que vão atender esse público são instituições privadas.

Visando atender as demandas sociais, o Ministério da Educação firma parcerias com as instituições privadas e auxilia financeiramente o atendimento da educação especial. No título X da Lei nº 4.024/1961 aparece o texto que confirma o financiamento público e a relação de parceria: “toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativa à educação de excepcionais, receberia dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudos, empréstimos e subvenções”. Com a Lei nº 5.692/1971, o texto muda um pouco:

Art. 9º. Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação. (BRASIL, 1971).

Em 1973 é criado, pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) organismo que se torna responsável pela gerência da educação especial; a atuação do CENESP impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação, mas ainda com uma política de campanhas assistenciais e iniciativas isoladas por parte do poder público.

Foi somente em 1988, com a Constituição Federal, que as políticas para a área começam a ser organizadas. O texto da Constituição indica que é papel do estado, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” (art. 3º, inciso IV). Além disso, o texto da Constituição chamará a sociedade à responsabilidade ao apontar no artigo 205, que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

O texto da Constituição aponta, no seu artigo 206, inciso I, que deve haver uma “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” tendo isso como um dos princípios para o ensino e garante que é dever do Estado a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

Tendo como base legal a Constituição, o movimento em prol da Educação especial se fortalece e cria mecanismos de cobrança para que as políticas

públicas se tornem efetivas, exigindo do estado a criação de uma nova lei em 1989, Lei 7.853-1989, que discorre sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social, e sobre a criação da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE. Além de garantir outros direitos à pessoa portadora de deficiência, a lei recém-criada, interfere diretamente na Educação determinando o que deveria ser feito neste âmbito:

I - Na área da educação:

a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;

b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;

c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino;

d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos portadores de deficiência;

e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo. (BRASIL, 1989, artigo 2º).

Além da força política e legal, os movimentos a favor da educação especial ganham força com a Declaração de Jomtien, em 1990, que tem como princípio determinar o fim de preconceitos e estereótipos de qualquer natureza na educação; e com a Declaração de Salamanca, em 1994, que apresenta princípios, políticas e práticas educativas e sociais na área das necessidades educativas especiais.

O compromisso assumido internacionalmente pelo Brasil com a adesão às duas Declarações exige uma série de medidas públicas no campo da educação, voltadas para a inclusão: erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental no país; desenvolver e apoiar a construção de sistemas educacionais inclusivos, nas diferentes esferas públicas: municipal, estadual e federal e criar instrumentos que viabilizem as duas metas anteriores.

Com a evolução das ações, criação de leis e pressão pública nacional e internacional é publicada, em 1994, a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de "integração instrucional" que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que "[...] possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os estudantes ditos normais." (BRASIL, 1994, p. 19).

No entanto, com essa proposta a política não foi capaz de provocar mudanças significativas.

Em 1996 é publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, que, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado.” (BRASIL, 1996, art. 24, inciso V) e “[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características da vida e de trabalho, mediante cursos e exames.” (BRASIL, 1996, art. 37). Isso possibilitou que as crianças e adolescentes com algum tipo de intercorrência no processo de aprendizagem e desenvolvimento cognitivo pudessem ter tratamento mais adequado no âmbito escolar.

A partir da LDB, novas definições e diretrizes são publicadas e visam efetivar o atendimento à educação especial em todo o território nacional. O MEC publica o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89. Ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Em 2001 o Conselho Nacional de Educação publica as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, nos artigos 2º e 3º, determinam que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (BRASIL, 2001, artigo 2º, p. 1).

[...] por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (BRASIL, 2001, artigo 3º, p. 1).

A partir do ano 2000, surgem muitas leis, decretos e resoluções voltadas para a educação especial que visam o atendimento integral das pessoas com

necessidades educacionais especiais. O documento que impulsiona de fato a transição da educação especial para a educação inclusiva e social é o Decreto nº 5.296/04, o qual regulamentou as Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

De acordo com o MEC (BRASIL, 2008, p. 21),

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.

O conceito de necessidades educacionais especiais, que passa a ser amplamente disseminado a partir da Declaração de Salamanca, ressalta a interação das características individuais dos estudantes com o ambiente educacional e social. No entanto, mesmo com uma perspectiva conceitual que aponte para a organização de sistemas educacionais inclusivos, que garanta o acesso de todos os estudantes e os apoios necessários para sua participação e aprendizagem, as políticas implementadas pelos sistemas de ensino não alcançaram esse objetivo. (BRASIL, 2006, p. 14-15).

A inclusão de crianças, jovens e adultos com “necessidades educacionais especiais” dentro do sistema regular de ensino é a questão central, sobre a qual a Declaração de Salamanca discorre. No entanto, o próprio MEC cita que o objetivo de garantir a educação inclusiva ainda não foi alcançado.

A inclusão é a modalidade de educação escolar ofertada na Rede Pública de Ensino para estudantes com deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento -TGD e altas habilidades/superdotação, de acordo com recomendação da legislação vigente. A integração do aluno com necessidades educativas especiais em salas de aula regular, com outros alunos que não possuem essas mesmas necessidades é uma tentativa de inserção do educando especial na escolarização regular.

Os estudantes que precisam de atendimento especializado são matriculados em turmas do Ensino Regular ou, em decorrência de suas necessidades, em caráter temporário, em turmas de atendimento exclusivo ou ainda nos Centros de Ensino Especial, além de outras formas de atendimento. Segundo Mantoan (1997, p. 145) inclusão é:

A noção de inclusão não é incompatível com a integração, porém institui a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática. O vocabulário integração é abandonado, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou um grupo de alunos que já foram anteriormente excluídos; a meta primordial da inclusão é a de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo. As escolas inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em virtude dessas necessidades. A inclusão causa uma

mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

Ainda de acordo com Mantoan (2015, p. 28), “a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldade de aprender, mas todos os demais para que obtenham sucesso na corrente educativa geral”. Mas, na prática, a educação inclusiva é ainda uma adaptação do público da educação especial (estudantes) em classes comuns da rede regular de ensino, evidenciando a necessidade urgente de mudanças em todos os níveis do sistema de ensino. Para Mantoan (2015), na perspectiva da inclusão, “o sistema de ensino é provocado, desestabilizado, pois o objetivo é não excluir ninguém, melhorando a qualidade do ensino das escolas e atingindo todos os alunos”. O princípio básico da inclusão é criar ambientes ricos, variados e abertos que possibilitem a aprendizagem e o desenvolvimento de todos.

A meta da inclusão é, desde o início, não deixar ninguém fora do sistema escolar, o qual deve adaptar-se às particularidades de todos os alunos. À medida que as práticas educacionais excludentes do passado vão dando espaço e oportunidade à unificação das modalidades de educação, regular e especial, em um sistema único de ensino, caminha-se em direção a uma reforma educacional mais ampla, em que todos os alunos começam a ter suas necessidades educacionais satisfeitas dentro da educação regular (MANTOAN, 2002, s.p). O processo de inclusão educacional exige planejamento e mudanças sistêmicas político-administrativas na gestão educacional, que envolvem desde a alocação de recursos governamentais até à flexibilização curricular que ocorre em sala de aula (MATISKEI, 2004). Tais mudanças exigem: a construção de culturas inclusivas (comunidade escolar e sociedade civil); a elaboração de políticas inclusivas (secretarias municipais e estaduais de educação); a dimensão das práticas inclusivas (professores e equipe técnico-pedagógica).

Discussões e Considerações Finais

Estabelecendo uma comparação simples entre a trajetória de João dos Santos em Portugal e as iniciativas brasileiras de educação especial, conseguimos perceber que há, no Brasil, uma preocupação com a criação de muitas instituições voltadas especificamente para o atendimento de alguma necessidade específica, mas as instituições brasileiras não apresentam inicialmente a preocupação com o processo educativo ou com o desenvolvimento integral do indivíduo.

Durante muitas décadas, as instituições brasileiras tinham o seu olhar voltado exclusivamente para o abrigo e os cuidados básicos de higienização, somente décadas mais tarde é que há, no Brasil, o olhar voltado para o processo educativo, com iniciativas de legalização do ensino e de propostas inclusivas que visavam o atendimento integral. Comparado ao olhar da João dos Santos, o Brasil ainda precisaria evoluir muito no seu modo de conceber a educação e em especial a educação especializada.

A educação inclusiva é uma política fundamentada na concepção de direitos humanos e defende o direito que todos os alunos têm de acesso e permanência na escola, sem qualquer forma de discriminação. Segundo Carvalho (2016), a educação pressupõe outro modelo de escola.

O conceito de escolas inclusivas pressupõe uma nova maneira de entendermos as respostas educativas que se oferecem com vistas à efetivação do trabalho na diversidade. Está baseado na defesa dos direitos humanos de acesso, ingresso e permanência com sucesso em escolas de boa qualidade (onde se aprende a aprender, a fazer, a ser, e a conviver), no direito de integração com colegas e educadores, de apropriação e construção do conhecimento, o que implica necessariamente previsão e provisão de recursos de toda ordem. E mais, implica incondicionalmente a mudança de atitudes frente às diferenças uns dos outros e de nós mesmos porque evoluímos e nos modificamos. (CARVALHO, 2016, p. 38).

Desse modo, os conceitos de uma escola inclusiva dialogam com toda a legislação brasileira sobre os princípios da educação universal e para todos promovendo a universalização do acesso à educação e a possibilidade de uma “educação plural e democrática”. Para Mantoan (2015, p. 62), “A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernizar e reestruturar a natureza atual das escolas”, ou seja, ao adotar medidas inclusivas a escola inevitavelmente evolui e modifica suas práticas pedagógicas.

Para Rubio e González (2001), o conceito de educação inclusiva contempla um “coletivo de pessoas marginalizadas”, que necessitam de igualdade no processo educativo independentemente de suas condições. Nascimento e Freitas (2012, p. 1) apontam a educação inclusiva como sendo “um guarda-chuva que abriga sobre si inúmeros clamores”, provocando um eco e uma expectativa para que a escola atenda a todos indistintamente.

Dessa forma, a escola inclusiva apresenta-se como um espaço que oferece a oportunidade de desenvolvimento integral de todos os envolvidos. Ela é uma escola que entende a necessidade de uma profunda transformação do sistema educativo e faz as mudanças para atender de modo eficaz a todos os seus alunos. Na sua organização é uma escola flexível tanto no campo das metodologias de ensino como nas estratégias e nos processos avaliativos. Pauta-se nos princípios

de trabalho cooperativo e colaborativo, em que todos os envolvidos estão comprometidos com as inovações, adaptações e avanços provocados pela nova postura.

Diante do que foi exposto, compreende-se que o olhar de João dos Santos, na época do seu centenário, apresenta uma conexão direta com as políticas inclusivas e com as práticas de humanização exigidas nos mais diversos espaços de atendimento a infância. Visitar os estudos do Professor João dos Santos, nos faz perceber que o debate sobre educação inclusiva é amplo e exige o olhar voltado para um processo de educação humana, humanizadora e viva; pautado na “sensibilidade educativa e na intencionalidade pedagógica” que promove a educação para e sobre a vida.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. LDB nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

_____. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. LDB nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial 1988.

_____. *Secretaria de Educação Especial*. Lei nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

_____. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

_____. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

_____. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Resolução CNE/CEB nº 3/1998. Ministério de Educação. *Conselho Nacional de Educação*. Brasília, 1998.

_____. Ministério da Educação. *Secretaria de Educação Especial*. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

_____. SEESP. *Projeto Escola Viva*. Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola. Alunos com necessidades especiais, nº. 5 – Adaptações de Grande Porte. Brasília, 2000.

_____. MEC, SEESP. *Projeto Escola Viva*. Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola. Alunos com necessidades especiais, nº. 6 – Adaptações de Pequeno Porte. Brasília, 2000. 2000.

_____. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

_____. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.

_____. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Ministério da Educação e Cultura. SECADI. Brasília, MEC, 2006.

_____. *Política Pública de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, 2008. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>.

CARVALHO, Rosita Edler. *Educação inclusiva: com os pingos nos "is"*. 11. ed., Porto Alegre: Mediação, 2016.

LOBO, Paula Grijó dos Santos Maia. Um Contínuo Tecer de Afectos: nota biográfica. In: HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho e MORATO, Pedro Jorge Parrot. *Pedagogia Terapêutica: Diálogos e Estudos Luso-Brasileiros sobre João dos Santos*. Fortaleza; Edições UFC, 2016.

MAGALHAES, Justino. *Do cuidar, educando: revisitando João dos Santos*. Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Disponível em: <https://joaodossantos.net/contributos/do-cuidar-educando-revisitando-joao-dos-santos/>.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. *Integração X Inclusão: Escola (de qualidade) para Todos*. Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Reabilitação de Pessoas Deficientes - LEPED/UNICAMP, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Integração X Inclusão: escola de qualidade para todos. 1998. Pátio - *Revista Pedagógica/ Artes Médicas*. Porto Alegre/RS, v. 5, n. 2, p. 48-51.

_____. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Summus, 2015.

MANTOAN, M.T.E. *Ensinando a turma toda*. Pátio: Porto Alegre, ano 5, n 20, p. 18-23, 2002.

MARQUEZAN, Reinaldo. Aprendizagem: explicações para as Dificuldades. *Revista de Educação Especial*. Universidade Federal de Santa Maria, RS. Centro de Educação. Departamento de Educação Especial. N° 27. 2005.

MATISKEI, Angelina Carmela Romão Mattar. *Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas*. Educar: Curitiba, n. 23, p. 185-202, Editora UFPR, 2004.

NASCIMENTO, Deise Fernandes. FREITAS, Marcos Cezar. A importância da formação e capacitação de profissionais da saúde, educação e assistência social para a compreensão das vulnerabilidades infanto juvenis e o papel da prevenção. *Memorias Convención Internacional de Salud Pública*. Cuba Salud 2012. La Habana 3-7 de diciembre de 2012.

RUBIO, Claudia Grau. GONZALES, Carmen Ortiz. *La pedagogía hospitalaria em al marco de uma educación inclusiva*. Málaga, Ediciones Aljibe, 2001.

SANTOS, João dos. *A caminho de uma utopia... um instituto da criança*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

POLÍTICA DE INCLUSÃO: OFICINAS TERAPÊUTICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

*Jefferson Falcão Sales
Sumara Frota do Nascimento
Maria José Barbosa*

Introdução

No Brasil, de acordo com o Censo de 2000, existiam 24,5 milhões de pessoas com necessidades especiais, o que correspondia, na época, a 14,5% da população. Dentre as necessidades especiais, na época, apresentavam-se os seguintes percentuais: 48%, deficiência visual, 23%, deficiência motora, 17%, deficiência auditiva, 8%, deficiência mental, e 4%, deficiência física. (IBGE, 2000).

A profundidade das modificações através das políticas de inclusão implica estranhamentos distintos, em face das práticas pedagógicas conservadoras estarem alicerçadas em uma história de mais de dois mil anos, em que o objetivo era muito mais a disciplina do que a aprendizagem. São inúmeros os benefícios atribuídos aos atendimentos terapêuticos para pessoas com deficiência, porém, sendo fundamental a efetivação da inclusão social. Incluir quer dizer fazer parte, inserir, introduzir. Inclusão é o ato ou efeito de incluir. Assim, a inclusão social das pessoas com deficiências significa torná-las participantes da vida social, econômica e política, assegurando o respeito aos seus direitos no âmbito da Sociedade, do Estado e do Poder Público.

O presente artigo trata de estudos sobre a inclusão através das oficinas terapêuticas por intermédio da informação cultural e acadêmica. Foi utilizada como procedimento, a Revisão de Literatura, que se constituiu como método de análise e avaliação dos conjuntos de dados teóricos produzidos e registrados acerca do objeto de estudo. Assim, como indicam Soares e Maciel (2000), ao realizar estudos dessa natureza no exame de perspectivas, multiplicidade e pluralidade de enfoques, é possível inferir indicadores para esclarecer e resolver as problemáticas históricas, além de compreender os aportes significativos da teoria e da prática pedagógicas.

O artigo resulta de uma pesquisa bibliográfica, que tem por objetivo principal esclarecer, aprofundar e desenvolver a temática por meio de uma revisão sistemática de literatura sobre o assunto, respeitando os pressupostos da abordagem qualitativa.

Na pesquisa qualitativa, desenvolve-se um foco ao longo de um dado período. A natureza qualitativa, que é própria das ciências sociais, demarca a metodologia utilizada para analisar o objeto de estudo escolhido. A pesquisa

qualitativa visa a responder a questões muito particulares, pois, segundo Minayo (2010) “A pesquisa qualitativa [...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.” (p. 21). Esse modelo de pesquisa é definido por aquilo que não pode ser mensurável, pois a realidade e o sujeito são elementos indissociáveis.

A fim de se estudar como se dá a relação entre as oficinas terapêuticas e as pessoas com deficiência, numa perspectiva inclusiva, fez-se um levantamento sobre informações do objeto, delimitando o assunto e mapeando os respectivos conteúdos. A pesquisa foi realizada com materiais utilizados em formato de artigos, sites, revistas e livros e dissertações de mestrado publicadas em periódicos científicos, ocorrendo através de buscas *on line* nas principais bases de dados: Scientific Eletronic Library Online (SciELO), Periódicos Eletrônicos, livros e documentos legais referentes a temática, tendo como referência principal, o aporte teórico do psicanalista João dos Santos.

Os procedimentos metodológicos utilizados na construção desta pesquisa foram de suma importância, visto que foram encontrados poucos artigos acerca do tema. A partir do levantamento bibliográfico, foram selecionados estudos dos últimos 10 anos, e documentos a partir da década de 1990 referentes ao assunto até os dias atuais. As etapas que ocorreram da pesquisa foram: A primeira envolveu: (1) definição do objeto da revisão; (2) identificação da literatura; (3) seleção dos estudos a serem incluídos.

A segunda etapa envolveu: (1) critério de inclusão e exclusão de material; (2) definição de desfecho e fim de estudo; (3) verificação dos resultados; (4) determinação da qualidade dos estudos. A pesquisa foi realizada seguindo princípios éticos, a partir de coleta de dados feita por meio de revisão bibliográfica, mantendo a ideia dos autores utilizados, sem alterar seu conteúdo.

Processos Relacionados a Inclusão

Entendemos que, para mediar o processo de inclusão de pessoas com deficiência é preciso bem mais que incluir por incluir, é preciso conhecer os sentidos e os sentimentos das pessoas sobre inclusão e promover a conscientização destas. As novas demandas da sociedade exigem uma prática pedagógica voltada para a dignidade da existência humana enquanto um ser gregário. Diante disso, é necessário repensar novas práticas que trabalhem a inclusão social de pessoas com deficiência em diversos campos da sociedade; para tanto se repensam novos modelos de métodos e práticas pedagógicos, que se iniciam com convivência e socialização das pessoas com deficiência em um mesmo espaço de aprendizagem.

Segundo Sassaki (1997), na história da evolução humana, as pessoas com deficiência foram discriminadas pela sociedade e encaradas como incômodo em face de suas diferenças, limitações físicas e mentais, que as restringiram no exercício das atividades do cotidiano. Essa exclusão social perpetuou em diversas culturas. Esse modelo perdurou até ao século passado quando, internacionalmente, entre os anos 1980 e princípio dos anos 1990, surgiram os primeiros movimentos de inclusão social, no sentido literal da palavra, enquanto incluir.

Esse movimento, sob o entusiasmo criador de novos princípios, foi importante para a construção de uma sociedade inclusiva. Os objetivos da inclusão, foram: celebração das diferenças; direito de pertença ao grupo; valorização da diversidade humana; solidariedade humanitária; equalização da importância das minorias e da cidadania com qualidade de vida (SASSAKI, 1997).

A Organização das Nações Unidas (ONU, 2006) afirma que há cerca de 600 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, das quais, 400 milhões vivem em países que estão em desenvolvimento. E ainda cita que 82% dessas pessoas com deficiência vivem abaixo da linha de pobreza e, em sua maioria, constituem-se de crianças. Já no Brasil, segundo a ONU, estima-se que 15% da população brasileira apresentem algum tipo de necessidade especial, possuem carência física, psicológica ou social. Deste percentual, 820 mil são crianças/adolescentes entre 0 e 17 anos.

No entanto, a inclusão segue um modelo social, no qual é a sociedade quem deve se modificar para incluir quando, então, a inclusão acaba por denunciar problemas que a sociedade tem há muito tempo. A inclusão, hoje, é pauta de trabalhos em diversas áreas, porque está envolta em comportamentos, como afetos, condições de saúde, educação, moradia e alimentação, que fazem parte de discussões acaloradas sobre a inclusão social e a condição humana nesta realidade.

A partir da Constituição de 1988, a exclusão tornou-se crime e as ações contra quaisquer formas de exclusão deram impulso a novas leis, que asseguraram e asseguram diversos direitos para pessoas com deficiência. A integração escolar é uma desses direitos e refere à inserção da pessoa deficiente com o objetivo de prepará-la para o convívio social:

[...] como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades educativas especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui então um processo bilateral no qual pessoas, ainda excluídas e a

sociedade busca, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. (SASSAKI, 1997, p. 3).

A integração pode ser definida em seu objetivo único, de incorporar física e socialmente pessoas com deficiência em determinados ambientes, para que possam usufruir os bens socialmente produzidos, habilitando-as e oferecendo-lhes recursos para o exercício da sua cidadania. Ao entender a inclusão como um acontecimento, no qual a sociedade se adequa para incluir as pessoas com deficiência, ao mesmo tempo, observa-se que esta convida os incluídos a assumirem seu papel de cidadão e os integra em sua comunidade. Todavia, tanto a integração quanto a inclusão demonstram a carência de recursos para atender os seus objetivos.

Nesse contexto, temos o pensamento de João dos Santos, psicanalista e defensor das intervenções pedagógicas para a transformação do ser. É considerado, em Portugal, como um precursor das políticas de inclusão. Conforme Holanda (2016, p. 81), "O psicanalista de Lisboa foi um mestre que formulou ideias humaníssimas, que tratam, sobretudo, da arte de viver, de crescer e existir em interação com o outro."

Entre as criações de João dos Santos, vale destacar a Liga de Deficientes, voltada para atuar junto aos seus usuários, pensando neles como um todo, vinculado a um complexo familiar e social integrado, e não apenas como um ser humano cuja característica única a ser observada seja o déficit a ser tratado, ele desenvolvera um olhar mais atento à pessoa com deficiência, vendo-a inserida num contexto familiar e social. Já nascem como parte e expressão de um movimento precursor das políticas de inclusão, ao conscientizar e sensibilizar a sociedade sobre os prejuízos da segregação e da marginalização de indivíduos de grupos com status minoritários:

Pouco a pouco foram sendo derrubados antigos preconceitos para tornar evidente que a educação, a profissionalização, a capacidade de crescimento das pessoas, e, sobretudo, o viver com dignidade humana, não era uma utopia para os que tivessem, em si, dificuldades ainda maiores a superar. A Liga trabalha numa perspectiva da funcionalidade humana, que se refere ao modo como cada pessoa, ao longo da sua vida, expressa a sua funcionalidade. (HOLANDA, 2016, p. 83).

Desse modo, João dos Santos, ao colaborar com essas instituições, demonstra seu grande interesse por tudo que se refere ao sentido da vida e à possibilidade de um crescimento construtivo da vida do indivíduo em sociedade.

As Oficinas Terapêuticas e o Pensamento Santiano

No Brasil, a atual compreensão de oficina terapêutica teve seu início com Nise da Silveira¹⁰, na década de 1940, mas ainda não fazia parte de uma política de atendimento. A psiquiatra deu início a uma nova perspectiva assistencial no campo psiquiátrico a partir da valorização das oficinas como recurso terapêutico, ao tempo que denunciava os desvios em sua utilização. Destacava o caráter de convite, através de uma oferta e da não obrigatoriedade, para a participação nas oficinas. Suas atividades envolviam trabalhos manuais (marcenaria, costura, sapataria etc.), atividades de expressão (pinturas, modelagens, músicas, danças etc.), atividades recreativas (passeios, festas etc.) e atividades culturais (GUERRA, 2008).

Destarte, as oficinas terapêuticas existem como um passo a mais para atender pessoas com necessidades especiais para uma integração. O programa de Oficinas Terapêuticas (previsto no Artigo 35, § 5º, do Decreto nº 3. 298/99) é uma alternativa de atendimento para as pessoas com Deficiência Intelectual e Múltipla que inicialmente, devido à significância de sua deficiência, não apresentam condições de inserção no programa de Educação Profissional e sim, em programa específico para suprir as suas necessidades sociais, emocionais, educacionais e ocupacionais.

Entre as atividades desenvolvidas identificam-se as oficinas terapêuticas, no campo da reabilitação psicossocial, como espaços destinados aos usuários onde a singularidade é respeitada, em um processo que visa resgatar a cidadania da pessoa com sofrimento mental através da atividade criativa. Dessa maneira, as oficinas passam a exercer um papel fundamental no projeto terapêutico por meio de diversas ações que visam dar autonomia e qualidade de vida ao indivíduo (LUCIANA; ROBERTA, s/d).

¹⁰ Nise da Silveira foi uma psiquiatra brasileira, aluna de Carl Jung, nascida no estado de Alagoas, que introduziu o uso das artes plásticas e o auxílio de animais no tratamento para transtornos de natureza psiquiátrica em manicômios, sendo contrária ao uso de procedimentos agressivos na psiquiatria. Recomenda-se a leitura do livro *Nise - Arqueóloga dos Mares*, do jornalista Bernardo Horta, bem como o filme *Nise – O coração da Loucura*, estrelado pela atriz brasileira Glória Pires, em 2015, para o entendimento da contribuição de seu legado para a psiquiatria brasileira e mundial. Publicou vários livros: *Jung: vida e obra*, de 1968; *Imagens do inconsciente*, de 1981; *Casa das Palmeiras. A emoção de lidar. Uma experiência em psiquiatria*, de 1986; *O mundo das imagens*, de 1992; *Nise da Silveira*, de 1992; *Cartas a Spinoza*, de 1995; *Gatos - A Emoção de Lidar*, de 1998.

As oficinas terapêuticas permitem potencializar os sentidos dos alunos com ampliação da percepção de si e do mundo; estimular a elaboração do pensamento com a ampliação da capacidade de exteriorizar suas vivências e recriar a sua história; promover a expressão artística com valorização do potencial criativo e expressivo; estimular a autoestima; trabalhar a integração sensorial, objetivando a melhoria da organização do comportamento e estimulando a comunicação, o que promove mais integração da pessoa com seus grupos.

Na mesma direção, Costa e Figueiredo referem-se à oficina terapêutica como “o lugar onde se dão grandes transformações” (COSTA; FIGUEIREDO, 2008, p. 272). Estas transformações, segundo os autores, incluem, no caso de oficinas terapêuticas, os materiais utilizados e até mesmo, os próprios participantes. As oficinas terapêuticas são atividades de encontro de vidas entre pessoas em sofrimento psíquico, promovendo o exercício da cidadania à expressão de liberdade e convivência dos diferentes através da inclusão. O cotidiano pode começar a ser reconstruído dentro das oficinas terapêuticas no lidar com o outro e com os objetos. A competência social adquirida ao longo da vida implica numa compreensão e integração com o mundo que o sujeito vive.

Como psicanalista, João dos Santos demonstra sua consciência sobre a vicissitude humana e propõe o nascimento de instituições que ofereçam apoio aos pais na educação dos filhos, sobretudo, no momento em que se depara com uma criança que apresenta algum tipo de problema, ou que, passado algum tempo, parece ter um desenvolvimento diferente do esperado.

Holanda (2016) afirma que, na perspectiva do pensamento santiano, o processo de ensino e aprendizagem deve estar fundamentado cientificamente no ser humano, no sentido de buscar explicações sobre como ele aprende a se desenvolver cognitivamente e afetivamente. As oficinas terapêuticas, ao longo do processo histórico da psiquiatria, tinham um objetivo diferenciado do referencial da reabilitação psicossocial.

Atualmente vem se constituindo através de princípios específicos, ou seja, a partir da reinserção das pessoas em sofrimento psíquico, mas respeitando a singularidade de cada instituição, de acordo com suas peculiaridades e regionalidades.

As oficinas terapêuticas tornam-se positivas quando possibilitam a transformação da realidade, minimizando o sofrimento que a doença mental causa. Entre saberes e fazeres nas oficinas terapêuticas, o atendimento implica o criar e o recriar constantes. Nesta proposta de educação terapêutica, o

importante é fomentar a capacidade de poder viver e vivenciar a individualidade dos participantes.

João dos Santos, afirma que analisar e educar são funções convergentes, complementares e de potenciação recíproca [...] aberta ao pensamento divergente que catalisa a inovação, a dúvida que instiga a pesquisa e a curiosidade que possibilita a descoberta. (CAVALCANTE, 2016, p. 146).

Acrescenta-se, ainda que seja por meio da troca de experimentações no coletivo, na relação com o outro que o sujeito se enxerga como parte do processo da vida.

Ou seja, a interdependência e o relacionamento saudável com outras vidas podem favorecer a elevação do nível de satisfação, a construção das memórias, ou interferir em outros momentos como experiência. Nascemos, passamos pela infância, adolescência, fase adulta e velhice, por momentos tristes e alegres. O tempo de motivação para a vida se torna extremamente relativo à diversidade humana, à história de cada um. Alguns têm mais momentos felizes do que outros.

João dos Santos pontua a barreira maior imposta pela dita sociedade moderna, que acentua a distância entre as pessoas mais adaptadas aos novos ritmos e exigências, e, aquelas que, por condicionamentos funcionais ou culturais, são excluídas da sociedade. “Essas pessoas perdem a visibilidade social e cultural, ficando à margem do sistema, do usufruir dos seus mínimos direitos sem exercer sua cidadania” (HOLANDA, 2016, p. 87).

O tempo de motivação pode ser curto para uns ou longo para outros.

[...] cada homem carrega dentro de si a possibilidade de ser ele mesmo, de se transformar e de exprimir sua experiência [...] para entendermos o outro é preciso que nos tornemos o espelho da manifestação da totalidade de sua existência, como ser que pede atenção e respeito, cuidado e ajuda. (HOLANDA, 2016, p. 83).

Cada um vai ter sua diferença de sofrer ou ser feliz. Cada um vai promover motivação de vida no que for possível, pelo que se consegue ter. Cada um pode romper o impossível para ser e fazer o outro feliz em uma infância longa ou numa velhice curta.

Considerações Finais

O quadro situacional da inclusão no Brasil denuncia a ausência de políticas públicas e de ações de reabilitação terapêutica, cognitiva e profissional para as pessoas com deficiência. É sabido que a inclusão remonta uma superação pessoal e social, pois os preconceitos e estigmas ocasionados pelas diferenças e limitações, são hiper-focalizados, tornando a pessoa com deficiência, invisível.

Mesmo diante de legislações avançadas e pautadas nos direitos humanos, a inclusão social das pessoas com deficiência ainda está muito centrada em esforços individuais e familiares. Práticas de inclusão, como a proposta por João dos Santos na liga de deficientes, e a da psiquiatra Nise da Silveira, com as oficinas terapêuticas, caminham na contramão, à medida que promovem o desenvolvimento psicossocial das pessoas com deficiência.

As oficinas terapêuticas permitem às pessoas com deficiência, oportunidades de desenvolvimento de ofícios de trabalho nos campos artesanais, artísticos e lúdicos. O diferencial está no caráter interdisciplinar das atividades, que busca atender as demandas sociais, emocionais, educacionais e ocupacionais.

O pensamento santiano corrobora a visão progressista e metodológica dessas oficinas, pois o espírito de atuação da liga de deficientes, proposto por este pesquisador, pautava-se na perspectiva do respeito e resgate da dignidade e funcionalidade humana, por meio da educação e profissionalização das pessoas com deficiência. À luz dos ensinamentos de João dos Santos, a questão da inclusão, em particular, ganhará muito no seu processo de desenvolvimento amplo, interação, socialização, aquisições possíveis, autonomia e a compreensão de mundo. Isso implica olhar para a diferença, sendo capaz de reconhecer no sujeito, o que de comum e de particular o aproxima e o distancia dos outros com os quais convive.

As experiências de reabilitação psicossocial, evidenciadas neste artigo, revelam a importância de se considerar a área da pessoa com deficiência como multiprofissional, transdisciplinar, e inspiradora de conquistas e inovações.

Referências Bibliográficas

CAVALCANTE, M.J.M. A descoberta de João dos Santos e a sua importância para a Psicopedagogia em Portugal e no Brasil. In: HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho e MORATO, Pedro Jorge Parrot. *Pedagogia Terapêutica: Diálogos e Estudos Luso-Brasileiros sobre João dos Santos*. Fortaleza: Edições UFC, 2016.

COSTA, C. M.; FIGUEIREDO, A.C. Apresentação. In: COSTA, C. M.; FIGUEIREDO, A.C. (Org.). *Oficinas terapêuticas em Saúde Mental: sujeito, produção e cidadania*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2008, p. 7-10.

GUERRA, Andréa M. C. Oficinas em saúde mental: percurso de uma história, fundamentos de uma prática. In: COSTA, C. M. e FIGUEIREDO, A. C. (Org.). *Oficinas terapêuticas em Saúde Mental: sujeito, produção e cidadania*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2008, p. 23-58.

HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho e MORATO, Pedro Jorge Parrot. *Pedagogia Terapêutica: Diálogos e Estudos Luso-Brasileiros sobre João dos Santos*. Fortaleza; Edições UFC, 2016.

LUCIANA, Silva; ROBERTA, Firmino. *Oficinas Terapêuticas no processo de Reabilitação psicossocial*. Universidade Federal de Minas Gerais, s.d.

MINAYO, M. C. S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Maria Cecília de Souza Minayo (Org). 29. ed – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. 2006. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/convencao>. Acesso em: 15 dez. 2016.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

CORRETO - SOARES, M. B.; MACIEL, F. P. *Alfabetização*. Brasília: MEC; Inep; Compêd, 2000. (Estado do Conhecimento, n. 1).

POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE AS CONTRIBUIÇÕES DE JOÃO DOS SANTOS E OS MARCOS POLÍTICOS E LEGAIS QUE MARCARAM A TRAJETÓRIA EDUCACIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

Tânia Maria Lima

Tânia Maria Rodrigues Lopes

Introdução

O presente artigo é resultado de estudos e pesquisas desenvolvidas como estudante do Curso de Extensão: *Introdução ao Pensamento de João dos Santos: estudo sobre a Pedagogia Terapêutica*, integrante do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará - UFC. Ressalto que as parcerias com instituições no Brasil e em Portugal foram essenciais para a realização do curso, de natureza fundamental para o aprofundamento e atualização teórica e metodológica de docentes com os temas abordados por este autor.

A aproximação da figura do membro notável da sociedade portuguesa de psicanálise, João dos Santos, com este estudo, dá-se por sua forte visibilidade no campo educacional e psicanalítico, como um dos mais importantes precursores das políticas de inclusão. Isso se verifica por encontrarmos, em suas obras e prática profissional, uma clara abordagem humanística, a qual compreende o indivíduo em suas singularidades, considerando-as fundamentais para o crescimento, desenvolvimento, realização pessoal e inserção social do mesmo.

As autoras Romero e Souza (2008), lembram-nos que o estudo sobre o processo de inclusão de pessoas com deficiência nos diversos âmbitos sociais, em especial, no espaço educacional, requer que se realize uma retomada histórica dos marcos, lutas e políticas que delinearam os caminhos para a vivência do atual paradigma da inclusão em sociedade, de forma a se construir a compreensão de que a perspectiva de inclusão em seu significado real, que não se encerra na oportunidade de acesso, não é resultado de um coletivo social “[...] com intenções *politiqueiras*, e sim fruto da luta de movimentos sociais que acreditam e defendem os direitos de todas as pessoas, mesmo que possuam alguma deficiência.” (ROMERO e SOUZA, 2008, p. 3092).

Neste sentido, o presente artigo concentrou-se, em seu objetivo geral, a realizar uma aproximação entre as contribuições do psicanalista João dos Santos para as políticas de inclusão e os marcos políticos e legais que marcam a

trajetória do paradigma de inclusão de pessoas com deficiência no cenário educacional brasileiro.

Metodologia

O presente estudo delinea-se como uma pesquisa de caráter bibliográfico de natureza qualitativa. Os resultados aqui reunidos observam um recorte histórico realizado acerca da vida e obra de João dos Santos, em especial, suas contribuições como notável precursor das políticas de inclusão.

As obras consultadas para fundamentação desta pesquisa situam-se no acervo do autor, disponibilizado pelo próprio Curso de Extensão: Introdução ao Pensamento de João dos Santos: estudo sobre a Pedagogia Terapêutica, oferecido pela Universidade Federal do Ceará - UFC, instituição que também disponibiliza através do site: *João dos Santos no Século XXI* conteúdos, acervos de obras e estudos sobre o psicanalista.

No que se refere ao recorte histórico a respeito dos marcos legais e políticos que marcam a trajetória de afirmação da perspectiva de educação especial inclusiva no Brasil, nos propusemos a aprofundar documentos legais e políticos como: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB, a Política Nacional de Educação Especial(1994), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), dentre outros.

Dentre os autores utilizados para fundamentação da pesquisa estão Holanda (2016), Beyer (2013), Bezerra e Holanda (2015), Ribeiro, Bezerra e Holanda (2015), entre outros que abordam estes marcos políticos e legais enquanto resultado de um movimento que foi fortemente influenciado por ações e iniciativas advindas de países da Europa.

O Olhar Inovador de João dos Santos sobre a Diversidade: Contribuições do Psicanalista para a Formação das Políticas de Inclusão

Holanda (2016) nos conduz ao entendimento de que o Psicanalista João dos Santos lançou um novo olhar sobre as dificuldades de ser e aprender em sociedade, defendendo em sua trajetória a ideia de que a irrecuperabilidade não fazia sentido para ele. Esta mesma autora nos diz, ainda, que João dos Santos entendia que a sociedade moderna impunha barreiras às pessoas com deficiência, promovendo uma espécie de diferenciação para com este público, de forma que estas pessoas se tornaram alvo de suas práticas marginalizadoras e excludentes em sociedade.

Considerando que este coletivo vivenciava uma atmosfera de invisibilidade social e cultural, a qual o deixava à margem de um sistema que promovia a negação de seus direitos humanos e de sua cidadania, João dos Santos colocou-se em defesa da mudança das atitudes de preconceito atribuídas a essas pessoas pela sociedade, o que pare ele requeria “[...] a superação do olhar da diferença e a doação de um olhar sobre as pessoas na sua singularidade e diversidade.” (HOLANDA, 2016).

Estando o psicanalista fortemente interligado ao campo da saúde mental infantil de Lisboa, e compreendendo a diversidade humana em suas potencialidades e necessidades, este pensador propôs a construção de diversas instituições destinadas a oferecer apoio, não só na educação de crianças com deficiência, mas igualmente, proporcionar apoio psicológico e informativo às famílias dessas crianças, considerando que muitos pais acabam por apresentar uma postura de resistência e aceitação quanto à deficiência do filho, muitas vezes em função da falta de informação e acompanhamento profissional necessário. Neste sentido, a consideração e aproximação da dimensão familiar no processo educacional e desenvolvimento integral da criança é característica marcante nas obras de João dos Santos.

O acesso à obra deste autor possibilitou uma cartografia de sua produção e das instituições que criou, dentre as quais se destacam a Fundação Liga de Deficientes Motores (1952), a Liga Portuguesa de Higiene Mental, a Associação para apoio a crianças e jovens com deficiência motora¹¹ (1952). De acordo com Holanda (2016), o protagonismo de João dos Santos, nesta área, é entendido como uma das primeiras iniciativas concretas em Portugal, no que diz respeito a garantia do direito à cidadania por pessoas com deficiência, dentre outras ações relevantes.

Holanda (2016) pondera, ainda, que tais ações foram fundamentais para encaminhar e fortalecer o debate acerca da educação de pessoas com deficiência no campo político e educativo. Com efeito, a autora explica que, gradativamente, grande parte dos preconceitos e ações excludentes alimentados pela sociedade do século XX acabaram por ser desconstruídos, o que tornou evidente a ideia de que “[...] a educação, a profissionalização, a capacidade de crescimento das pessoas, e, sobretudo, o viver com dignidade humana, não eram uma utopia

¹¹ Em 1954, João dos Santos e a Doutora Rosa Bemfeito se uniram em parceria para reunir um conjunto de especialistas em uma Comissão Instaladora para a constituição desta Associação. Neste contexto, em 16 de abril de 1956 são publicados no *Diário da República*, os Estatutos da Liga Portuguesa dos Deficientes Motores.

para os que tivessem em si dificuldades ainda maiores a superar.” (HOLANDA 2016, p. 3).

Esse pensamento, por sua vez, marcou o surgimento e a conquista de uma nova forma de conceber a infância e saúde mental pela sociedade portuguesa da época, assim como, ofereceu avanços significativos no campo da psicologia e educação, pois, a teoria proposta por João dos Santos vislumbra a integralidade do indivíduo e, sua pedagogia, a aproximação e relação das dimensões cognitiva e afetiva. Dessa forma, o psicanalista entendia a relação entre estas duas esferas como fundamental para o desenvolvimento mental infantil.

Holanda (2016) pontua que a mobilização de João dos Santos em criar e atuar como membro de instituições voltadas para o apoio de jovens e crianças com deficiência, nasce especialmente “[...] como parte e expressão de um movimento precursor das políticas de inclusão, ao conscientizar e sensibilizar a sociedade sobre os prejuízos da segregação e da marginalização de indivíduos de grupos com status minoritários.” (HOLANDA, 2016, p. 3).

Como força deste movimento ao longo da história, presenciou-se em escala mundial o surgimento de consideráveis iniciativas quanto à elaboração de políticas públicas sociais e educacionais destinada a garantir o direito de pessoas com deficiência nos mais diversos âmbitos da sociedade. Da Europa, surgem as primeiras mobilizações em prol da educação de pessoas com deficiência, reforçadas através de medidas educacionais que perpassaram diversos países como Estados Unidos, Portugal e Brasil.

Não se pode desconsiderar neste processo que, grande parte da evolução que foi conquistada no que se refere a esses direitos, deve-se a partir da organização e articulação histórica das mobilizações sociais, em especial no Brasil, ao longo da década de 1970. Com efeito, apresenta-se a seguir um recorte histórico que aborda a trajetória das políticas públicas de educação voltadas para a pessoa com deficiência no contexto brasileiro.

Marcos Políticos e Legais destinados à Educação da Pessoa com Deficiência no Brasil

Uma vez aberta às possibilidades educativas para as pessoas com deficiência, observa-se que realizar a retomada do processo educacional deste público em seu percurso histórico, requer certo entendimento de que muitos dos ideários cultivados pela sociedade a respeito deste coletivo acabaram por ser incorporados nas ações e práticas direcionadas a este sentido.

Ribeiro, Bezerra e Holanda (2015), explicam que as primeiras iniciativas direcionadas a promover a educação de pessoas com deficiência foram ações muito isoladas, ora por parte de grupos religiosos, e, em outros casos, por alguns intelectuais da época. Mazzota (1999) menciona que, até o fim do século XIX, as denominações pedagógicas atribuídas para se referir as práticas educacionais direcionadas a estes grupos revelavam certa junção entre a educação e a medicina, com predominância maior da segunda sobre a primeira, fato que nos mostra que ainda era muito intensa a influência do pensamento clínico a respeito da deficiência, como se pode ver: "Pedagogia de Anormais", "Pedagogia Teratológica", "Pedagogia Curativa" ou "Terapêutica" e "Pedagogia Emendativa".

No Brasil, observa-se que as ações pioneiras em direção à proposta de educação especial deram seus primeiros passos ainda no final do século XIX, ao longo do Período Imperial (1822 - 1889). Neste entorno, percebe-se que grande parte das instituições de ensino criadas, foram inspiradas em experiências e práticas educacionais europeias, tais como a de João do Santos em Portugal.

Neste sentido, dentre as instituições de atendimento escolar pode-se destacar: a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854), por Dom Pedro II no Rio de Janeiro; a fundação do Instituto Imperial dos Surdos-Mudos (1856), também criado por Dom Pedro II em parceria com professor francês Ernest Huet; a criação de um hospital psiquiátrico (1874) na Bahia, atualmente chamado Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira, instituição médica que deu início ao tratamento e assistência médica de "deficientes mentais"; e a fundação da Escola México (1887) no Rio de Janeiro, designada ao atendimento de pessoas com deficiências físicas e intelectuais.

Analisa-se que, para o traçado histórico da educação especial no Brasil, essas instituições são consideradas passos iniciais para a valorização da cidadania e dos direitos das pessoas com deficiência, embora se tenha clareza que estas foram iniciativas isoladas e que estavam longe do ideal educativo esperado. A esse respeito, Januzzi (1985) esclarece-nos que:

A criação dessas primeiras instituições especializadas [...] não passaram de umas poucas iniciativas isoladas, as quais abrangeram os mais lesados, os que se distinguiram, se distanciavam ou pelo aspecto social ou pelos comportamentos divergentes. Os que não o eram assim a "olho nu" estariam, incorporados às tarefas sociais mais simples. Numa sociedade rural desescolarizada. (p. 28).

Em reforço a esta ideia, Mendes (2010), fundamentando-se igualmente nas considerações de Januzzi (1992), nos explica ainda que:

[...] prevaleceu neste período o descaso do poder público, não apenas em relação à educação de indivíduos com deficiências, mas também quanto à educação popular de

modo geral, [...] as raras instituições existentes possivelmente foram criadas para o atendimento dos casos mais graves, de maior visibilidade, ao passo que os casos leves eram ainda indiferenciados em função da desescolarização generalizada da população, até então predominantemente rural. (MENDES, 2010, p. 94).

Apesar destes percalços, analisa-se que, para os valores da época, tais ações representaram uma quebra, ainda que muito tímida, das visões preconceituosas direcionadas às pessoas com deficiência, pois, se considerarmos uma significativa parte do registro histórico destes grupos, constataremos que a sociedade cultivava um olhar de inutilidade para com eles, vendo-os como [...] “um peso morto para a sociedade, um fardo para a família, alguém sem valor profissional.” (SASSAKI, 2003 p. 10).

Chegando a meados do século XX, Ribeiro, Bezerra e Holanda (2015), destacam que o tratamento destinado a pessoas com deficiência avançou consideravelmente em termos de qualidade e assistência, principalmente porque boa parte da população atendida constituía-se por soldados do pós-guerra. A Europa e os Estados Unidos tornam-se palco da criação das primeiras associações de pais de pessoas com deficiência, unidos em favor da luta por melhores condições educacionais para seus filhos. No Brasil, esse período também marca a criação de iniciativas neste sentido, tais como, a Sociedade Pestalozzi (1932) e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE (1954).

Nos anos 1960, essas mobilizações ganharam nova força e sujeitos, profissionais e familiares saem em defesa das causas sociais levantadas por pessoas com deficiência. Com efeito, observa-se que os anos 1970 e 1980 assinalaram importantes progressos na perspectiva educacional de pessoas com deficiência. A educação inclusiva tem início nos Estados Unidos, através da Lei nº 94.142, de 1975, e no fim dos anos 1980, Ribeiro, Bezerra e Holanda (2015) lembram que:

Debates foram alimentados pela ideia da adaptação do sistema escolar às necessidades do alunado. A Assembleia Geral das Nações Unidas (1989) recomenda que o ensino dos alunos com deficiência ocorra no sistema regular de ensino sempre que possível. Seria o fim da dicotomia escola especial versus escola regular, seria finalmente a fusão dos dois modelos de escola. (p. 27).

Percebe-se que, na passagem do século XX para o século XXI, um novo paradigma educacional começa a ser pensado para as pessoas com deficiência, configurado na perspectiva de inclusão. Nos anos 1990, importantes encontros internacionais são realizados, e deles são firmados declarações e tratados mundiais direcionados à defesa da inclusão de pessoas com deficiência não só no espaço educacional, mas também nas demais esferas sociais. Em destaque para os eventos internacionais, pode-se mencionar: Conferência Mundial de

Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia (1990); Declaração de Salamanca (1994); Carta para o terceiro Milênio (1999); Convenção de Guatemala (1999).

Influenciado por estes movimentos, o Brasil também deu importantes passos em direção ao reconhecimento dos direitos sociais e educativos das pessoas com deficiência, através de relevantes documentações legislativas, tais como a Constituição Federal de 1988; o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990); Política Nacional de Educação Especial (1994); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996); Plano Nacional de Educação (2001); Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), dentre outros.

Inicialmente, propõe-se uma reflexão retomando o que está determinado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Em síntese, dos princípios dispostos nesta escritura, observa-se que a declaração prevê que todas as pessoas têm a educação por direito indiscutível, de forma gratuita e obrigatória no ensino básico, em todas as nações. A acessibilidade em todos os níveis de ensino também se coloca como um fator considerável neste documento. O artigo 26 da supracitada declaração, que faz menção à educação, determina que a educação deve ser orientada de forma a promover o pleno desenvolvimento da personalidade humana, bem como, motivar e fortalecer o respeito aos direitos humanos, assim como o respeito à liberdade e diversidade.

Em continuidade, temos o documento magno da organização social brasileira, que também considera em algumas de suas disposições a valorização da vivência social e educação como um direito igual a todos. Trata-se da Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Orientada na promoção do bem a todos, sem distinção por qualquer fator, a constituição em seu III capítulo – Da Educação, da Cultura e do Desporto, da seção I da Educação, no Artigo 205, delibera:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Em referência especial a Declaração de Salamanca (1994), nota-se que este documento foi promotor de uma visão inovadora a respeito da educação especial, trazendo consigo uma nova concepção de criança, fundamentada nos preceitos psicológicos que cada vez mais se aproximavam aos educativos. De acordo com Romero e Souza (2008, p. 3097), a declaração:

Acredita e proclama que todas as crianças possuem suas características e seus interesses, habilidades e necessidades que são únicas e, portanto, têm o direito à educação e a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem. Em

acrécimo, a respeito das crianças com NEE, a declaração determina: “[...] aquelas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-las dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades (SALAMANCA, 1994, p. 1 e 2).

Ainda segundo o documento, a adoção da perspectiva inclusiva pelas instituições escolares de ensino regular promoveria a luta contra o preconceito e a discriminação contra esse público, abrindo cada vez mais caminhos para uma educação vivenciada por todos e para todos, através de espaços educacionais que promovessem a igualdade.

No que se refere a Política Nacional de Educação Especial no Brasil, publicada em 1994 pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação – MEC, observa-se, em suas orientações, um movimento de retrocesso quanto aos princípios de inclusão, que se vinha reforçando nas políticas públicas educacionais anteriores. Isso porque a política previa, em uma de suas determinações, que fosse estabelecido o processo de “integração instrucional”, ou seja, orientava a aplicação de um sistema de acesso seletivo dos alunos com deficiência, condicionando o seu acesso às classes comuns do ensino regular somente para aqueles que dispusessem de condições para acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos sem deficiência.

A respeito desta determinação, Ribeiro, Bezerra e Holanda (2015), esclarecem que:

A política reafirma pressupostos fundamentados em padrões homogeneizadores de participação dos alunos com deficiência, não produzindo impacto capaz de gerar práticas educacionais inovadoras e, além disto, mantém a responsabilidade da educação de alunos com deficiência exclusivamente no âmbito da educação especial. (p. 35-36).

Contudo, com a instituição da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394), em 1996, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, verifica-se que os princípios da Declaração de Salamanca, que por ela foram incorporados, provocaram uma reorientação das determinações legais em favor da construção de instituições escolares inclusivas. A esse respeito, Romero e Souza (2008, p. 3098), nos dizem que:

Pela primeira vez foi destinado um capítulo para tratar da educação especial (Capítulo V da L.D.B), provendo a oferta de educação preferencialmente na rede regular para os alunos deficientes, a oferta de serviço de apoio e especialização na escola regular para atender às peculiaridades da clientela, o início da oferta de educação na educação infantil e restringe o atendimento em classes e/ ou escolas especializadas aos alunos cuja deficiência não permite sua integração na rede regular.

Neste sentido, a LDB afirma, em um de seus princípios base, a educação como um direito universal de todos. Dentre as mudanças que esta nova legislação trouxe para a educação de pessoas com deficiência, pode-se destacar a exigência de formação de professores e especialistas para a educação de alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE). O artigo 59 da lei faz menção a essa deliberação:

[...] III- professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (RIBEIRO, BEZERRA e HOLANDA, 2015, p. 34).

Chegando ao Plano Nacional de Educação (PNE), documento oficial que também define metas e objetivos para a educação de pessoas com deficiência, vê-se, em acordo com Ribeiro, Bezerra e Holanda (2015), que algumas de suas metas se configuram pelo:

- a) desenvolvimento de programas educacionais em todos os municípios, e em parceria com as áreas de saúde e assistência social;*
- b) padrões mínimos de infraestrutura das escolas para atender aos alunos com necessidades educacionais especiais; e*
- c) formação inicial e continuada de professores. (p. 35).*

Já nos últimos anos, presenciamos a instituição da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008). Orientada sob os princípios desta perspectiva, a política expressa a mobilização em torno da reestruturação educacional brasileira, com vista a permitir o acesso e a permanência significativa de pessoas com deficiência nas instituições escolares. Em diretrizes, a política define:

A política nacional define como público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades. Em relação à formação de professores, determina que [...] deve ter como base uma formação inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. (BRASIL apud RIBEIRO, BEZERRA e HOLANDA, 2015, p. 36).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), também é determinado nesta legislação, como um serviço da educação especial que

[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas [...] (BRASIL, apud RIBEIRO, BEZERRA e HOLANDA, 2015, p. 36).

Como se observa nesta reconstituição histórica, política e legislativa, priorizando as publicações oficiais, a garantia dos direitos às pessoas com deficiência já vem sendo determinado em leis específicas, entretanto, atualmente, boa parte destas determinações legislativas foram agrupadas na Lei Brasileira de Inclusão da

Pessoa com Deficiência (LBI - Lei nº 13.146/15), anteriormente conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. A lei entrou em vigor atualmente, no ano de 2016, e determina o alcance de novos direitos em várias áreas, tais como: a saúde, transporte, trabalho, moradia e educação.

Considerações Finais

Diante ao exposto, verificamos que o olhar inovador de João dos Santos sobre a diversidade humana, claramente observado em sua abordagem de estudo humanista, foi elemento propulsor de consideráveis iniciativas no campo das políticas de inclusão em Portugal, ações que somaram em movimento ao redor do mundo.

Com efeito, a apresentação do percurso histórico de algumas das principais políticas e leis educacionais que orientam a promoção da educação especial no Brasil, guiadas pelo propósito da educação inclusiva, no sistema regular de ensino, nos permite como afirmam Ribeiro, Bezerra e Holanda (2015), o conhecimento não só destas bases legislativas em suas determinações, mas igualmente, a possibilidade de tecer considerações sobre os avanços e lacunas ainda existentes nestas deliberações, observando a efetivação dos direitos relacionados à educação de pessoas com deficiência para além da prática de acesso no espaço escolar.

Referências Bibliográficas

BEYER. H, O. *Inclusão e Avaliação na Escola: de alunos com necessidades educacionais especiais*. 4. ed. [s.l.]. Mediação, 2013. p. 1-128.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Capítulo III da Educação, da Cultura e do Desporto. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 19 ago. 2015.

HOLANDA, P. Módulo V. *O Olhar Santiano sobre as Políticas de Inclusão*. Curso de Extensão: Introdução ao Pensamento de João dos Santos: estudo sobre a Pedagogia Terapêutica. Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará- UFC, 2016.

JANUZZI, G. M. *A luta pela educação do "deficiente mental" no Brasil*. [s.l.]: Educar Editora UFPR, p. 253-256. 2008.

MANTOAN, M, T, E; PRIETO, R, G. *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*. v. 1. Ed Summus, p. 16-68. 2006.

MACHADO, R. *Educação especial na escola inclusiva: políticas, paradigmas e práticas*. v. 1. Ed Cortez: São Paulo-SP. 2014. P. 14-18,

PORTO, B, G, G, F.et al. *Inclusão: saberes, reflexões e possibilidades de uma prática em construções*. v. 1. Fortaleza: Ed UECE, p. 1-319. 2015.

RIBEIRO, Renata Rosa Russo Pinheiro; BEZERRA, Tarcileide Maria Costa; HOLANDA, Telma Regina Pessoa. História e política da educação especial: da exclusão à inclusão. In: SANTOS, Geandra Cláudia Silva et al. (Orgs). *Inclusão: saberes e possibilidades de uma prática em construção*. Fortaleza, Ed UECE, 2015.

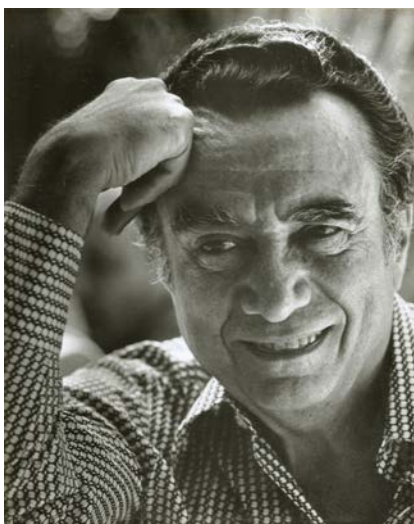
ROMERO, Rosana Aparecida Silva; SOUZA, Sirleine Brandão de. *Educação Inclusiva: alguns marcos legais que produziram a educação atual*. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/447_408.pdf.

Acesso em: 05 jan. 2016.

SILVA, O. M. *Epopeia ignorada: a história das pessoas deficientes no mundo de ontem e hoje*. Ed. CEDAS. 1987. Disponível em:

<https://www.scribd.com/doc/130604275/A-Epopeia-Ignorada-Oto-Marques-da-Silva-corrigido#scribd>. Acesso em: 05 jan. 2016.

SASSAKI, R. K. Terminologia Sobre Deficiência na Era da Inclusão. *Inclusão: Construindo Uma Sociedade Para Todos*. 4 ed. Rio de Janeiro, 2002.



João dos Santos
1913 - 1987

"João dos Santos é uma presença luminosa do século XX. A sua acção nos domínios da saúde e da educação marca o nosso pensamento mais inteligente, e mais sensível, sobre a infância."

António Sampaio da Nóvoa

6 de Setembro de 2013

"A ruptura epistemológica que João dos Santos fez em Saúde Mental Infantil radicou na ideia, aprofundada e fundamentada na psicanálise, de que a

luta pela aventura da evolução saudável da criança só será possível através de um *novo paradigma científico* que inter-relacione os saberes e as práticas que a tornam possível: a medicina com as suas especialidades direccionadas prioritariamente para a assistência à saúde física e mental da grávida e para a promoção da *qualidade* emocional e afectiva da *relação* que estabelecerá com o seu bebé (obstetras, pediatras, psiquiatras, pedopsiquiatras e psicanalistas); a psicologia e a pedagogia, sobretudo a Pedagogia Terapêutica, ajudando-se mutuamente com vista a recuperar na criança *falhas precoces* do seu desenvolvimento; a sociedade no seu conjunto investida na preocupação com a sorte da criança; uma abordagem científica e cultural, aprofundada pela psicanálise, que pense a evolução do ser humano à luz das suas raízes mais arcaicas filogenéticas e etológicas."

Maria Eugênia Carvalho e Branco

BRANCO, 2016, Kindle posições 2573-2580. In [Pedagogia Terapêutica](#).

Par mais informações sobre o curso de extensão *Introdução ao Pensamento de João dos Santos: estudo sobre a Pedagogia Terapêutica*, e para outras informações sobre a obra escrita e falada de João dos Santos, por favor consulte os recursos disponíveis no site www.joaodossantos.net.